

Socialismo & Liberdade

Ano II, nº 5



Dossiê Revolução Árabe



FUNDAÇÃO
LAURO CAMPOS

www.socialismo.org.br

Sumário

Estamos com a Revolução Árabe

Roberto Robaina.....pág. 3

Todo apoio à resistência do povo Líbio!

Declaração da Executiva Nacional do PSOL.....pág. 5

Tunísia e Egito: revolução democrática e permanente

Israel Dutra e Pedro Fuentes.....pág. 6

Tempestade no deserto

Fred Henriques.....pág. 12

Na Praça Tahrir com Amr Abdulah

Fred Henriques.....pág. 17

Em Giza com Legan Thawrya

Fred Henriques.....pág. 19

Loay Kahwagi, dirigente do movimento 6 de Abril

Fred Henriques.....pág. 22

A Revolução Egípcia e a Estratégia Estadunidense

Hassan Nasrallah.....pág. 26

O Movimento no Egito

Samir Amin.....pág. 28

Quatro dias na Tunísia: “Bem-vindo à revolução”

Pedro Fuentes.....pág. 29

Os trabalhadores têm um papel destacado

Entrevista com Amami Nizar.....pág. 32

Apoio à revolução líbia! Fora Kadaffi!

Declaração do Bureau da IV Internacional.....pág. 34

Nenhuma intervenção imperialista!

Silvia Santos.....pág. 35

O futuro da Líbia e das revoltas árabes

Juliano Medeiros e Luiz Arnaldo Campos.....pág. 42

O que fazer na Líbia?

Atilio Borón.....pág. 46

Líbia: um debate legítimo e necessário desde uma perspectiva antiimperialista

Gilbert Achcar.....pág. 52

Todo apoio à Revolução na Líbia! Fora Kadaffi!

Pedro Fuentes.....pág. 57

Um panorama da Esquerda Árabe

Gilbert Achcar.....pág. 59

Ventos africanos sobre o Fórum

Luiz Arnaldo Campos.....pág. 63

Expediente

SOCIALISMO E LIBERDADE
Ano II – nº 5 – março de 2011
ISSN 1984-4700

Fundação Lauro Campos

Av. Rio Branco 185/1525 – Centro
Rio de Janeiro – RJ
CEP 20040-007
Tel. (21) 2215 2491

Edição:

Roberto Robaina
Antônio Cunha Neto
Bernardo Corrêa

Jornalista responsável:

Max Costa (DRT-PA: 1574)

Design e Diagramação:

Hugo Scotte e Bernardo Corrêa
Tiragem: 5.000 exemplares

DIRETORIA DA FUNDAÇÃO LAURO CAMPOS

Presidente de honra:

Oraida Policena
de Andrade Campos

DIRETORIA EXECUTIVA

Diretor Presidente:

Roberto Robaina

Diretor

Administrativo-financeiro:

Rodrigo da Silva Pereira

CONSELHO DE CURADORES

Presidente:

Mário Agra Júnior

Vice-presidente:

José Enrique Morales Bicca

Membros

Heloísa Helena Lima

de Moraes Carvalho

Ewerson Claudio de Azevedo

Ema Regina Greber Carneiro

Breno de Souza Rocha

Antonio Jacinto Filho

Israel Pinto Dornelles Dutra

Luiz Arnaldo Dias Campos

Honório Luiz de Oliveira Rego

CONSELHO FISCAL

Presidente:

Antonio Carlos de Andrade

Membros:

Alexandre Varela

Luciana Gomes de Araújo

Jaqueline Teresa Aguiar

João Batista Oliveira de Araújo

Estamos com a Revolução Árabe

Durante anos a relação de forças militar no Oriente Médio parecia indicar um caso certo de vitória israelense. Mas muitas vezes as aparências enganam. A questão militar não é tudo. Como mostra bem a conversa entre Ali, o ativista palestino, e Aver, personagem principal do filme *Munique* de Steven Spielberg, o integrante da polícia política do Estado de Israel, a Mossad, vivido por Eric Bana, a resistência não se deixa vencer.

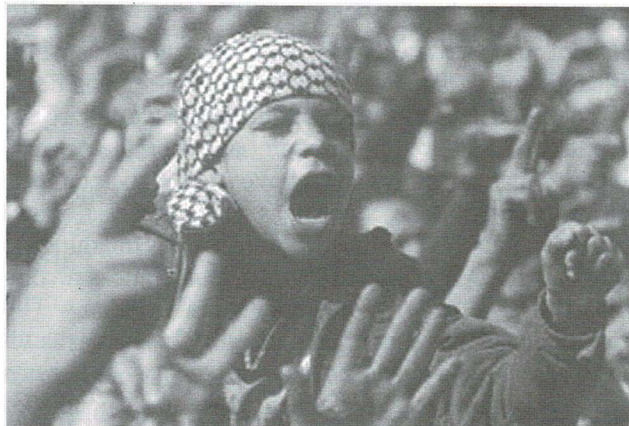
“Em 100 anos, se os palestinos não vencerem, ainda estarão em luta”, diz o militante de um dos grupos armados palestinos, diante do discurso de Aver sobre a evidente superioridade militar do Estado de Israel. “Não desistiremos jamais”, completa. Não podem desistir. Uma resistência herdada.

Este é um dos diálogos mais ricos do filme, quando os dois oponentes, depois de encontrarem-se, por acaso, num abrigo comum, cada um deles acompanhado por sua equipe e após um choque que chegou ao limite de um massacre mútuo, conversam numa madrugada sem sono. A população árabe terá aumentado ainda mais e o Estado de Israel estará mais isolado, é o vaticínio do palestino. O sofrimento terrível deste povo não pode esperar, mas a convicção profunda do personagem ativista está correta.

Esta tenaz resistência palestina agora recebeu um fortalecimento inesperado: o levante das massas árabes no norte da África e nas vizinhanças de Israel. Os palestinos sem dúvida serviram de exemplo, de estímulo para construir um novo futuro e para vingar um passado de sofrimentos inauditos. Não resta dúvida de que o ano de 2011 marca uma aceleração da mudança no mundo

A crise econômica mundial iniciada em 2007 é o pano de fundo deste giro histórico da situação mundial. Foi na sua esteira que poderosas revoluções democráticas e populares varreram o norte da África. Não se explica a força destas revoluções sem este marco econômico e sem o exemplo dado pelos trabalhadores europeus ao resistir contra os planos de ajuste capitalista – especialmente a juventude e os trabalhadores gregos. Os povos árabes também viram que eles podiam vencer depois do povo dos próprios EUA derrotar nas urnas o governo G.W. Bush.

As revoluções vitoriosas não foram diretamente socialistas, não tem uma direção socialista, mas não perdem importância estratégica por estes fatos. Nem muito menos por isso deixam de ser revoluções. A maior mobilização de massas do século XX, a revolução iraniana de 1979, também não alterou a estrutura econômica e social. As atuais revoluções democráticas no mundo árabe provocaram profundas alterações na correlação de forças entre as classes sociais. Aos que minimizam a importância de revoluções desta natureza vale lembrar que as conquistas dos direitos civis, a defesa da livre orientação sexual, os



avanços culturais e democráticos conquistados pela resistência das mulheres, as mobilizações contra o racismo são expressões de movimentos e processos de acumulação favoráveis aos que defendem uma sociedade marcada pela auto-organização popular, pelo controle democrático da política e pela liberdade dos produtores, dos trabalhadores em geral, da juventude, isto é, em última instância, uma sociedade cuja natureza é logicamente socialista.

Não se pode esquecer o que representou, por exemplo, a derrota do regime do apartheid na África do Sul, em 1994. Evidentemente, o programa de Mandela, um homem um voto, era limitado. A miséria e a exploração atual do proletariado negro sul-africano provam isso. Contudo, não considerar um avanço democrático a vitória do CNA encabeçada por Mandela significa desconhecer a importância da luta anti-racista. Jean-Paul Sartre foi brilhante quando definiu:

O preto sofre seu jugo, como preto, a título de nativo colonizado ou de africano deportado. E, posto que o oprimido em sua raça, e por causa dela, é de sua raça, antes de tudo, que lhe cumpre tomar consciência. Aos que, durante séculos, tentaram debalde, porque era negro, reduzi-lo ao estado de animal, é preciso que ele os obrigue a reconhecê-lo como homem. Ora, no caso não há escapatória, nem subterfúgios, nem “passagem de linha” a que possa recorrer: um judeu, branco entre brancos, pode negar que seja judeu, declarar-se homem entre os homens. O negro não pode negar que seja negro ou reclamar para si esta abstrata humanidade incolor: ele é preto. Está pois encurralado na autenticidade: insultado, avassalado, reergue-se, apanha a palavra “preto” que lhe atiram qual uma pedra; reivindica-se como negro, perante o branco, na altivez. A unidade final, que aproximará todos os oprimidos no mesmo combate, deve ser precedida nas colônias por isso que eu chamaria momento da separação ou da negatividade; este racismo antirracista é o único caminho capaz de levar à abolição das diferenças de raça. E como poderia ser de outra maneira? Podem os negros contar com a ajuda do proletariado branco,

distante, distraído por suas próprias lutas, antes que estejam unidos e organizados em seu solo? (Reflexões sobre o racismo, Difusão Europeia do Livro, São Paulo, 1960 - Página 111)

Depois que Sartre escreveu este livro, inúmeros países africanos romperam sua condição colonial e mais de 30 anos depois a África do Sul conquistava seu primeiro governo negro. São exemplos de vitórias, incompletas, insuficientes, mas arrancadas pelo povo, mais concretamente pelo proletariado, não concedidas pela burguesia branca nem pelos países imperialistas. A queda das ditaduras no norte da África são também vitórias democráticas revolucionárias. Não ver isso é uma miopia política total.

Infelizmente, neste momento, depois de sucessivas vitórias, a revolução árabe encontrou um obstáculo que não pode, ainda, superar: a ditadura de Kadafi. As condições geográficas do país – cruzado por desertos – a menor população e o forte aparato repressivo de Kadafi permitiram que a contra-revolução atuasse com mais força, usando toda a máquina repressiva disponível do estado corrupto e burguês dirigido pelo ditador sócio de Berlusconi, o fascista e decadente primeiro ministro da Itália. O caráter ditatorial de Kadafi ficou demonstrado com sua resposta ao povo líbio: “*Avançaremos centímetro a centímetro, casa a casa, rua a rua... Não teremos piedade nem compaixão.*” Este é o real Kadafi, o mesmo que criticou o povo da Tunísia por derrubar o ditador Ben Ali. Na Líbia, com estes métodos, a contra-revolução ganhou terreno e estava a ponto de liquidar fisicamente a oposição.

Neste momento, entraram em cena as potências imperialistas. Não atuaram para que a revolução fosse vitoriosa (assim como sustentaram Mubarak, não planejavam tampouco derrubar Kadafi) – mas também não queriam o controle de Kadafi de todo o território Líbio. O historiador Gilbert Achkar (ver artigo nesta edição) explica as razões por trás desta decisão. Por sua vez, o fato de que os rebeldes tenham reivindicado que as potências imperialistas atuassem militarmente contra Kadafi fez com que alguns setores da esquerda não apontassem suas armas contra o ditador Líbio. Alguns governantes, a exemplo de Hugo Chávez, mesmo antes disso, adotaram a desastrosa posição de embelezá-lo. Mas o certo é que os povos do Oriente Médio e do Norte da África não se confundiram. Sabem que a situação desesperada da oposição a empurrou para o pedido de ajuda.

É claro que as potências imperialistas trataram de arbitrar a situação a seu favor, impedindo a autodeterminação revolucionária do movimento de massas e tentando manter o controle das riquezas naturais do país. Mas o povo de Benghazi não será mais massacrado. E Kadafi dificilmente continuará dando as cartas.

Do ponto de vista do futuro da revolução, o heroísmo demonstrado até aqui pelo povo revolucionário líbio não foi em vão. O terreno conquistado pela vitoriosa revolução da Tunísia e do Egito tem todas as condições de não

ser perdido. E na Líbia, os milhares de ativistas que preservaram suas vidas voltarão com mais força e mais experiência. Não aceitarão que a Líbia continue sendo uma ditadura nem tampouco uma colônia. Nosso lado, sem dúvida, deve ser o lado da oposição, o lado da revolução árabe.

Aqueles que por ignorância ou má fé, apontam a retomada pelos revolucionários da antiga bandeira da monarquia como sinal de reacionarismo e conservadorismo, respondemos que esta bandeira foi adotada pelo Estado Líbio quando conquistou a independência da Itália. Ou queriam que os revolucionários ficassem com a bandeira (e o livro) verde imposta por Kadafi? Segundo o especialista Gilbert Achkar, a bandeira tricolor “simboliza as três regiões históricas da Líbia, e a meia lua e a estrela são os mesmos símbolos que aparecem nas bandeiras das repúblicas da Argélia, Tunísia e Turquia, e não símbolos monárquicos”.

Ainda segundo Achkar, a oposição na Líbia é igual a de todas as demais revoltas que sacodem a região, a começar pela heterogeneidade. O que dá unidade a todas as forças díspares é o rechaço à ditadura e a ânsia de democracia e direitos humanos. “A força política mais destacada na revolta é a Juventude da Revolução de 17 de Fevereiro, que defende uma plataforma democrática e reivindica o Estado de direito, liberdades políticas e eleições livres”, informa Achkar. O movimento líbio inclui ademais a setores das forças armadas e governamentais que desertaram e que se uniram à oposição, processo que não ocorreu na Tunísia e no Egito. Portanto, conclui Gilbert Achkar, a oposição líbia está formada por um conjunto variado de forças e a conclusão é não que há motivo para manter uma atitude distinta ante ela que ante todas as demais revoltas de massas na região”.

Nas páginas que seguem você terá um dossiê sobre a revolução árabe. São artigos escritos no mês de março, refletindo posições existentes no seio da esquerda socialista da América Latina e trazendo aportes fundamentais de intelectuais como Gilbert Achkar, Atilio Borón, Samir Amin, além do relato de protagonistas da revolução da Tunísia e do Egito. Para tanto tivemos o privilégio de contar com dois colaboradores da Fundação Lauro Campos que estiveram nas ruas da revolução da Tunísia e do Egito: Pedro Fuentes e Fred Henriques, dirigentes do PSOL, sem os quais esta revista não seria possível.

Finalmente, aproveito para informar que nos próximos meses a Fundação editará revistas especiais sobre o movimento de mulheres, o movimento negro, o movimento ecológico e o movimento sindical. Queremos assim contribuir com a formação e com a luta.

Boa leitura

Roberto Robaina

Presidente da Fundação Lauro Campos

Todo apoio à resistência do povo Líbio! Fora Kadaffi! Nenhuma intervenção imperialista!

O ditador Kadaffi resiste com bombas, balas e seus mercenários à heróica luta do povo em rebelião. O passado de enfrentamentos com o imperialismo ficou longe. Há quase 20 anos que Kadaffi converteu-se em um fiel aliado dos interesses das multinacionais petroleiras, do imperialismo ianque e europeu. Sua ditadura proíbe a liberdade para que o povo se organize política e sindicalmente, a repressão aos lutadores populares, sindicais e estudantis, cárcere e tortura para quem tenta expressar divergências.



Como parte do processo de revoltas no norte da África, onde os povos do Egito e Tunísia protagonizam um fantástico triunfo democrático ao derrubar Mubarak e Bem Ali, também ambos ditadores pró-imperialistas, o povo da Líbia se levantou contra o cruel ditador Kadaffi e há um mês vem conquistando cidades e somando setores da população à luta contra o ditador.

O PSOL expressa sua total solidariedade e apoio ao povo líbio e sua valorosa resistência, com o objetivo de derrotar o ditador e genocida Kadaffi. Neste sentido, tem que ser feitos todos os esforços humanos, materiais e políticos para efetivar de solidariedade à resistência líbia.

No entanto, alertamos que o imperialismo, por meio de sua hipócrita atitude, não está defendendo a resistência nem aposta no triunfo do povo na sua luta para derrocar o ditador. A política dos EUA e Europa não é para ajudar o povo líbio na sua luta contra Kadaffi. Sua intervenção por meio da sua zona de exclusão – uma vez que Kadaffi avança sobre as posições da rebelião – foi planejada para incrementar sua capacidade de influenciar na resolução política da crise, pactuando um novo governo que mantenha intactos seus interesses na região e possa servir como base para se recuperar na área.

Portanto, o PSOL declara: todo apoio à resistência do povo Líbio! Fora Kadaffi. Nenhuma intervenção imperialista!

Tunísia e Egito: uma revolução democrática e permanente percorre os países árabes

Israel Dutra e Pedro Fuentes



“Entramos numa nova era no mundo árabe. Este é um novo e revolucionário Oriente Médio, não mais aquela região com países com regimes moderados e submissos aos Estados Unidos. Fala-se em um pan-arabismo. Essas revoluções não são religiosas.”

*Ahmad Moussalli,
professor de ciência política e estudos
islâmicos da Universidade Americana de
Beirute (entrevistado por Carta Capital).*

Introdução

No mundo árabe, estão em curso poderosas revoluções. Na Tunísia, as massas saíram às ruas e derrubaram o regime de Ben Ali. O Egito se inspirou no exemplo, e perdeu o medo de Hosni Mubarak, e em uma gloriosa epopeia de 17 dias de mobilizações revolucionárias acabou com o faraó de Egito. Esta grande onda continuou avançando e tem chegado a Barhein e se tem instalado com força em Líbia, onde a resposta sanguinária do carniceiro Kadaffi tem transformado a mobilização revolucionária em uma guerra civil. Trata-se de uma grande onda revolucionária, que comove todo o mundo árabe, que esta se expressando agora nas mobilizações juvenis palestinas pela unidade do Hamas e a OLP contra o estado sionista. Terá alcances ainda maiores: põem em questão todos os regimes ditatoriais e autocráticos incluindo a China.

Este texto foi preparado em poucos dias para uma Escola de Quadros do PSOL realizada em São Paulo. Foi atualizado à luz dos novos fatos e editado em forma mais sintética para toda nossa militância do PSOL que deve se inserir nessa revolução como se fora a sua. Acompanhar, intervir e prestar solidariedade à Revolução Árabe é uma tarefa crucial, pois é o processo mais fervoroso da luta de classes mundial. É uma tarefa que podemos dizer que estamos cumprindo com as viagens a Tunísia e Egito que vão enriquecer no só nossos conhecimentos sobre a revolução e também criar relações estreitas com a mesma.

Em uma revolução, as massas aprendem em algumas horas o que não puderam aprender em toda sua vida. Toda revolução é nova, tem continuidade e diferenças com as anteriores. É a partir delas que os revolucionários dão saltos de qualidade na sua formulação política e teórica.

Olhamos a revolução de bem longe e pretendemos nos aproximar de sua realidade o máximo possível. Temos estruturado este texto em cinco questões que nos colocam estas revoluções:

- 1) Qual é o caráter desta revolução? Quais são seus protagonistas?
- 2) Qual é o marco mundial da revolução árabe, a partir da crise econômica aberta no 2007-2008?
- 3) Quais as raízes históricas da presente revolução?
- 4) Quais as semelhanças desta revolução com outras revoluções?
- 5) Quais as tarefas dos internacionalistas frente a ela?

1. O caráter da revolução árabe: para onde ela vai?

a) Revolução Regional

A Revolução iniciada na Tunísia em dezembro de 2010 adquiriu proporções regionais e alcançou com toda força o Egito, país mais importante do mundo

árabe onde se conseguiu o grande triunfo de tirar a Mubarak. A queda de Bem Ali e Mubarak são as dois primeiros grandes triunfos da revolução árabe e mudam toda a região. Jordânia, Iêmen, Argélia, Bahrein, e Líbia já foram atingidos pela onda revolucionária e nos dois últimos países podemos falar que as grandes mobilizações, apesar da repressão, que tem provocado centenas de mortos, já apresenta contornos revolucionários. Ambos se diferenciam da Tunísia e Egito. As ditaduras dominantes armaram poderosas contra-ofensivas; a revolução gera a contra-revolução. No Bahrein, a monarquia apelou à entrada das tropas da Arábia Saudita que tem encabeçado a repressão e na Líbia é onde este confronto já é mais profundo, e se expressa na guerra civil em curso.

Embora a situação da Líbia seja a mais complicada, o que está avançando é a revolução, e principalmente no Egito e na Tunísia. No Egito vivem 80 milhões de pessoas e é um país estratégico, o pilar da política imperialista dos EUA no Oriente Médio, junto com Arábia Saudita. Logo, das quedas de Bem Ali e Mubarak, na Tunísia e no Egito a revolução não se deteve. Os governos provisórios formados tentaram salvar instituições fundamentais do estado, leia-se as forças armadas e a polícia, para poder fazer sob certo controle, a mudança do regime. Mas os processos não se detiveram. As mobilizações democráticas e reivindicativas continuaram e continuam em ambos os países conquistou-se uma primeira grande tarefa da revolução: a convocatória da Assembleia Constituinte, o que coloca agora uma nova luta para que elas sejam soberanas e democráticas e reorganizem os países sobre novas bases.

b) Revoluções democráticas com insurreições espontâneas

“Revolução” se tornou termo comum nos jornais que usualmente o evitam. Nós a vemos como uma revolução democrática contra os regimes autocráticos, cuja tarefa concreta imediata é derrubar o regime. Há algo de similar com as revoluções que derrubaram as ditaduras latino-americanas nos anos 80. A diferença substancial é o contexto de crise econômica.

Embora não sejam ditaduras clássicas, as autocracias do norte da África se mantiveram no poder por meio da violência de Estado. São regimes totalitários que organizam eleições totalmente manipuladas. Ao redor de seu poder formou-se uma grande burguesia corrupta e servente ao imperialismo que passou a controlar grandes setores econômicos. O clã ligado à mulher de Bem Ali controla 60% da economia na

Tunísia. Estas autocracias brotaram do processo reacionário após a era de independências nacionais da região. O Egito é, desde 1981, o principal aliado dos EUA para sustentar o Estado de Israel. Os EUA equiparam e financiaram diretamente o exército de Mubarak. Além disso, a região é economicamente dependente do imperialismo europeu.

O mundo árabe se apresentou como elo mais fraco da crise econômica mundial. A crise aumentou o empobrecimento das massas, atingindo a juventude. Na Tunísia, por exemplo, 60% da população têm menos de 30 anos e 50% está desempregada. Assim, as demandas de trabalho e salários se combinam com a luta democrática contra a autocracia.

O povo saiu às ruas para resolver estes problemas e notou que só é possível fazê-lo através de outro regime político. As principais bandeiras “Abaixo Bem Ali” e “Abaixo Mubarak” por uma Assembleia Constituinte expressam que a revolução é, em sua primeira fase, essencialmente democrática. Combina também a luta anticapitalista contra a corrupção e contra o poder das grandes famílias burguesas que controlam uma importante parte da economia dos países, e também consignas antiimperialistas de independência dos países. Mas insistimos, a primeira grande tarefa e os primeiros grandes triunfos que não se podem minimizar são os de uma revolução democrática

c) Quem está fazendo a revolução?

Há um movimento popular que une a classe média, os jovens empobrecidos, os trabalhadores, a intelectualidade. Desde 2008 vêm ocorrendo importantes greves operárias no Egito. Lá os sindicatos são perseguidos e não há uma central sindical. Já na Tunísia os trabalhadores jogaram um papel bem importante ao ponto que a União Geral dos Trabalhadores Tunisianos (UGTT), que é uma central única que tinha uma convivência com o velho regime se negou a compactuar com o primeiro governo provisório.

Os sujeitos da revolução são apontados pelo El País: “Quem faz a revolução? São pessoas de todos os estratamentos sociais, desde as classes mais altas às mais baixas. Mulheres, crianças, adolescentes, estudantes de medicina ou ativistas de direitos humanos, camareiros ou farmacêuticos, também há uma grande maioria de desempregados. Fecharam as ruas para pedir que devolvam seu país. Não têm um perfil determinado e o governo não é capaz de encarcerá-los. Saíram às ruas em todos os pontos do país e não pensam em voltar às suas casas até que alcancem o que almejam: liberdade, segurança, bem-estar, pão e democracia”.

O sujeito social da revolução é heterogêneo, abarca setores trabalhadores e pequeno-burgueses. A burguesia como classe não está nas ruas. No Egito, a Irmandade Muçulmana, grupo de oposição, não foi organizador direto das mobilizações, embora tenha tentado encabeçar posteriormente as negociações. Na Tunísia o caráter laico do movimento está mais demarcado, como assim também a presença do movimento dos trabalhadores a través dos sindicatos dos professores e outras categorias que tem jogado um papel muito importante.

Milhões de egípcios resistiram na Praça Tahrir até que Mubarak caiu. As massas perderam o medo e derrotaram o aparato repressivo do velho regime nas ruas tanto na Tunísia como em Egito. Em ambos os países o exercito evito o confronto aberto com a mobilização para, dessa maneira, poder salvar a instituição fundamental do estado burguês. Nos dois países, a população mobilizada defendeu, com sua auto-organização, a segurança das ruas e bairros. Foi ocupada uma grande parte das sedes da polícia, dos partidos do poder e instituições. O mais gritante foi o assalto que se fez no Egito às sedes da polícia segregada que teve que ser agora dissolvida pelo governo.

d) Crise revolucionária: dualidade de poder e manobras do velho regime

A força da mobilização popular espontânea abriu em ambos os países uma crise revolucionária e uma situação de dualidade de poder. Em ambos países como falávamos acima, depois da queda de braços entre os novos governos e o povo mobilizado conquistou-se as Assembléias Constituintes. No Egito, a resistência de Mubarak foi desesperada. Mubarak organizou uma ação contra revolucionária com polícias de civil, e ate camelos e cavalos, que foram comprados por cerca de 30 dólares. Foi a tentativa de fazer uma ação contra-revolucionaria, mas foi derrotada. O povo enfrentou e uma posterior greve dos transportes públicos convertida ao dia seguinte em greve geral terminou com o ditador.

Na revolução árabe os imperialismos ianque e europeu revelaram suas caras de apoio as autocracias. Os EUA financiaram o regime Mubarak desde 1981. O imperialismo europeu tem sido o principal explorador econômico dos povos da região. Quando começou a mobilização apoiaram aos ditadores, depois correram por detrás dos acontecimentos. A queda do Mubarak significa o fim da política seguida pelos EUA no norte da África e no Oriente Médio. A revolução árabe no só

tirou os autocratas, como também terminou com essa forma de dominação imperial. Tem que elaborar uma nova estratégia, com certeza mais defensiva para toda a zona.



e) Até onde vai o trem?

Nada será como antes no Magreb e no Oriente Médio: o processo de democratização da sociedade árabe já é um fato histórico. Na impossibilidade de impor em Tunísia e Egito uma contra-revolução explícita, o imperialismo busca manobrar o processo revolucionário através da instituição de uma democracia burguesa clássica, com mais liberdades civis e políticas com o poder em mãos de as burguesias que sejam aliadas dos EUA.

Mas são as massas quem tem a palavra. A questão é: até qual estação chega o trem da revolução? A burguesia árabe e o imperialismo querem deter o processo na estação mais próxima possível ao velho regime. Já a revolução quer chegar à estação mais próxima de um destino avançado. Quer não só tirar as autocracias, mas também se tem colocado o problema de resolver seus problemas econômicos, a dependência do imperialismo, o seja conquistar a independência nacional e um regime de uma democracia radical. Isto significaria chegar à uma estação similar ao que aconteceu em América Latina com as revoluções bolivarianas, um nacionalismo pan-arábicos. Para isso, as lutas econômicas, a luta antiimperialista pela soberania nacional e pela Assembléia Constituinte Soberana, que reorganize os países são passos fundamentais.

Para cumprir essa tarefa, não basta a vontade das massas. É preciso apostar na formação de uma direção política. O trem pode andar várias estações por ação espontânea, mas o destino final é impossível sem uma direção.

Na Tunísia, a Frente “14 de Janeiro” propõe um programa para a Assembléia Constituinte e agrupa forças

democráticas de esquerda.

No Egito, pelo que sabemos de longe, nas negociações com Mubarak participaram a Irmandade Muçulmana, e importantes grupos juvenis formados na luta contra a ditadura. A Irmandade Muçulmana é um movimento mais burguês, cauteloso na hora de mobilizar. As juventudes agrupadas no movimento denominado 6 de abril têm jogado um papel fundamental como apon-támos antes.



Sendo revoluções que tem em sua primeira fase as tarefas democráticas e antiimperialistas aqueles que levantam como tarefa colocada para o atual período o socialismo estão absolutamente descontextualizados. Hoje não há a possibilidade de criar uma alternativa de massas sob esta bandeira. Há sim possibilidade de destruição de velhos regimes e conquista de independência frente ao imperialismo. Se isso ocorrer, o processo de avanço programático das mobilizações pode entrar numa dinâmica socializante ou não. Isto está ainda por ver; a conjuntura mundial não aponta para que esteja na ordem do dia nosso objetivo estratégico.

2. As repercussões mundiais da revolução árabe

Vivemos um novo período histórico aberto com a crise econômica de 2008. A Europa é agora o epicentro da crise. Os EUA atravessam a pior etapa de sua decadência. Seus gastos de guerra no Iraque e Afeganistão não condizem com o forte empobrecimento da classe média e degradação social do proletariado. Ao mesmo tempo, Obama está de mãos atadas pela maioria republicana no Congresso e Wall Street segue sua atividade especulatória no mesmo ritmo que gerou a crise.

A crise econômica, força determinante da conjuntura mundial, mostrou o mundo árabe como elo mais

débil da cadeia do capitalismo, e isso oxigena a revolução em curso.

A irrupção do movimento de massas no mundo árabe constitui uma nova virada na situação mundial e é uma expressão direta da crise econômica. O aumento do preço do pão na região chegou a ser de 200%, e o desemprego agravado pela crise é um trampolim das revoltas. As mudanças vão reconfigurar as relações entre Estados no Oriente Médio, e as conseqüências podem ser muito negativas para Estados Unidos e Israel. A União Européia e a China também serão tocadas pela revolução árabe.

Com a decadência do império americano o mundo caminha para uma dinâmica multipolar. A localização do Egito é estratégica. O país é um corredor entre as grandes potências petrolíferas como Arábia Saudita, Emirados Árabes, Kuwait. É o maior influente do Magreb. O controle político e econômico da região passa pela estabilidade egípcia. A entrada em cena do povo insurreto embaralha e reorganiza as peças, enfraquecendo os planos do Imperialismo.

a) Uma derrota amarga para o Imperialismo Francês e estadunidense

Existe a possibilidade de que a intervenção “diplomática” dos EUA na queda de Mubarak tenha efeitos equivalentes à captação gradual do processo de redemocratização do Brasil na década de 1980. De qualquer modo, a queda de Mubarak no contexto das revoltas de massas já é por si só uma derrota ao imperialismo.

Além deste, há mais dois elementos de forte desestabilização do imperialismo. Primeiro, a desestabilização econômica. O imperialismo francês atua com grandes empresas na Tunísia, como a Lafarge, gigante do cimento. A Lafarge saiu da Tunísia ameaçada pela crise política e dando mostras de crise econômica.

Segundo, a enorme quantidade de imigrantes árabes na Europa pode ser um elemento explosivo. Se os imigrantes se identificarem com a causa de seus compatriotas, podem organizar protestos de solidariedade e retomar movimentos de massa na Europa, desestabilizando seus regimes democráticos dentro da própria casa.

b) Israel, no olho do furacão

A revolução árabe altera a correlação de forças da luta territorial e política dos povos árabes com Israel. A tendência é o isolamento de Israel.

Israel perdeu aliados importantes no último período, como a Turquia, após o bombardeio gratuito da “Frota da Liberdade”. No Líbano, o governo de conciliação nacional que reúne foi desestabilizado por uma inter-

venção recente do Hezbollah, principal organização anti-Israel. A queda de Mubarak seria um terceiro golpe duro para a política Sionista. A fronteira de Monte Sinai no Egito é um território sob custódia militar de Israel, uma frente “neutralizada” que pode dar trabalho sob um novo regime egípcio.

Já o Irã é um país mais contraditório que Egito e Arábia Saudita. A ditadura aiatolá, relativamente independente do imperialismo, possui enormes elementos regressivos. No período das eleições de 2009, a insurreição popular da oposição demonstrou insatisfação das massas com o regime de Ahmadinejad. Se a onda revolucionária do Magreb atinge o Irã não será um triunfo do imperialismo, e sim pode ser o contrário. Pois o sentido imediato da revolução árabe é democrático e anti-imperialista, independente de até onde ela chegar.

c) Palestina

A Al-Jazeera revelou documentos secretos sobre as negociações entre Israel e ANP (Autoridade Nacional Palestina). Conforme o Antonio Luiz Costa: “Al-Jazeera e o jornal britânico The Guardian publicaram documentos confidenciais sobre as negociações entre Israel e a Autoridade Nacional Palestina (ANP) que abalaram o prestígio da OLP e do governo de Mahmoud Abbas e, à primeira vista, favoreceram o Hamas”. Tais documentos revelam uma traição da direção da ANP. A ANP negociou a retirada de 7 milhões de refugiados palestinos em território israelense, em troca de um território equivalente a 10% do Mandato Britânico na Palestina. Por isso, a direção da ANP está desmoralizada, e as atuais revoluções podem incentivar uma renovação e radicalização da resistência palestina. Já está demonstrado com os movimentos juvenis.

d) Uma mobilização sem fronteiras

Os efeitos imediatos da revolução árabe não se limitam ao Egito e à Tunísia. No Líbano, houve a reorganização do governo em favor do Hezbollah; na Jordânia, o rei Abdullah II alterou o governo temendo manifestações na capital; na Argélia, Bouteflika vê sua popularidade cair e desemprego crescer; no Iêmen, o governo de Saleh enfrenta protestos; no Marrocos atuam movimentos laicos e cidadãos contra o governo. No Bahrein e Líbia começaram revoluções similares a de Egito e Tunísia.

As redes sociais e a internet têm cumprido papel de ajudar a organizar nestes países as mobilizações e os movimentos democráticos. O governo chinês sabe disso, e proibiu as buscas com a palavra “Egito” no Google.

10 Todo indica que a revolução árabe vai a desfazer

fronteiras e a propagar-se como uma vaga cujo alcance é todo o mundo árabe e talvez muçulmano. Não à toa, já se tem mobilizações no Irã.

3. As raízes da presente revolução árabe

O Estado de Israel surgiu em 1948. A Jordânia foi forçosamente repartida, restando ao povo palestino refugiar-se em Gaza e na Cisjordânia, e em diversos países árabes. A partir daí uma corrente nacionalista árabe se organizou na região como resistência ao imperialismo e ao sionismo. A independência do Egito e a revolução Argelina são os momentos mais revolucionários do pan-arabismo.

a) Nasser e o nacionalismo Pan-Árabe nos anos 1950

A luta nacionalista no Egito derrubou o Rei Faruk em 1952, e o general Nasser chegou ao poder, levando a cabo um programa que liquidou a Monarquia, concluiu a independência em relação à Inglaterra, acelerou a industrialização e realizou a reforma agrária. Nasser encabeçou a resistência anti-colonialista regional e impulsionou as revoluções democráticas.

Em 1956, Nasser nacionalizou o Canal de Suez, até então explorado pela Inglaterra. Em 1958, Egito, Síria, Sudão, Líbano e Iraque fundam a “República Árabe Unida”, expressão do pan-arabismo, sob o comando de Nasser. Então os EUA invadiram o Líbano para conter a expansão pan-arábica, e derrotaram Nasser. Essa derrota se completa em 1967, quando Israel ataca os territórios egípcios e quadruplica seus territórios.

b) A grande revolução na Argélia de 1962

A crise instaurada na França na II guerra abre brechas para o desenvolvimento de uma política pró-independência completa da Argélia. Como síntese de diferentes setores laicos, socialistas, muçulmanos e radicais islâmicos surge a Frente de Libertação Nacional (FLN). A FLN aproveita a crise do pós-guerra para desenvolver sua luta. Toma os principais bairros muçulmanos das grandes cidades do país. Na França, 75% dos franceses rechaçam a política colonialista. Em 1962, é proclamada a independência completa da República Nacional da Argélia, tendo como primeiro presidente Ben Bella. Seu programa aponta para nacionalizações dos recursos estratégicos, o apoio aos “movimentos de países

não alinhados”, a defesa dos conselhos populares. Porém, em 1965 um golpe dentro da própria FLN derruba Ben Bella, e inicia uma escalada regressiva, burguesa e pró-imperialista que dura até hoje.

c) A revolução iraniana de 1979

No ano de 1973 estoura a chamada “crise dos petrodólares”, quadruplicando o preço do petróleo, aumentando a receita dos países exportadores. Quase 500 empresas estadunidenses atuavam em território iraniano. Nesse período, o Irã era o único país da região que reconhecia Israel.

Em 1978, o movimento de massas realizou protestos de cunho antiimperialista pela deposição do Xá. Em dezembro cerca de 10 milhões de iranianos reunidos no centro de Teerã decretam na prática, pela via das ruas, o fim do regime. Mas os avanços conquistados pela revolução são capturados pela visão fundamentalistas dos Aiatolás. Assim, o Irã viu as esperanças de aprofundamento da democracia se dissiparem ao longo dos primeiros anos da revolução.

d) Retrocesso do nacionalismo, crescimento do fundamentalismo

O fracasso da onda nacionalista pan-arabista levou ao crescimento de correntes fundamentalistas e religiosas, cujas contradições se expressam, sobretudo na revolução iraniana. O que se verificou nas décadas seguintes foi a expansão do projeto político da religião muçulmana, atraindo setores da classe média, setores pauperizados do movimento de massa, em especial a juventude sem emprego. As correntes islâmicas “radicais”, com sua fraseologia revolucionária, seus métodos individualistas e terroristas ocuparam o espaço diante da saída de cena dos setores nacionalistas laicos. São estes que podem voltar a se expressar na atual revolução árabe.

4. Diferenças e semelhanças com outras revoluções: revolução democrática e revolução permanente.

a) O que é uma revolução?

A jornalista Alma Allende do jornal Rebélion escreveu uma boa definição: “O que é uma revolução? Uma situação em que se está mais seguro, mais tranquilo, mais vivo, mais protegido, melhor acompanhado nas

ruas do que em casa”. Acima de tudo, o que distingue uma revolução é a força das massas nas ruas. O que acontece no Egito e na Tunísia são revoluções, já que é a força social da mobilização que está destruindo o velho regime.

b) As revoluções democráticas das últimas décadas

Nos últimos 40 anos, algumas revoluções democráticas derrubaram ditaduras totalitárias. Recordemos 5 exemplos: na Nicarágua os sandinistas derrubaram o regime ditatorial de Somoza; o Irã pôs fim ao regime pró-imperialista de Sha Pavelec; a derrubada dos governos militares na América Latina; a queda do apartheid na África do Sul; as revoluções de veludo no leste europeu derrubam a burocracia stalinista. Todas elas são insuficientes do ponto de vista socialista, mas são grandes conquistas populares. É nesse processo mundial de revoluções democráticas que se insere a revolução árabe.

O primeiro passo dessas revoluções democráticas foi um sujeito social heterogêneo: diferentes classes e setores da sociedade. A consigna que unificou estas revoluções é “negativa”: abaixo o velho regime! É exatamente isso que vemos no Egito: uma unidade da população massiva contra o velho regime.

c) Revolução democrática e revolução permanente

Que dinâmica seguira a revolução árabe? Será possível que a revolução árabe supere a fase de revolução democrática e avance em tarefas antiimperialistas como na América Latina? Haverá uma dinâmica de revolução permanente e se chegará a um pan-nacionalismo radical? Haverá condições de permanência da revolução para avançar ao socialismo? Segundo Trotsky a revolução permanente inclui três aspectos: a dinâmica de classe; a dinâmica das tarefas; e a dinâmica internacional. É pela combinação dos 3 elementos que vai explicar até qual estação vai o trem da revolução árabe

O sujeito social da revolução é heterogêneo, embora a classe operária tenha aparecido mais na Tunísia. Quanto à direção política, é visível a disputa entre os setores do islamismo e os democráticos revolucionários. Não há uma direção socialista com influência de massas em nenhum destes países.

O contexto de crise econômica e ditadura pró-imperialista combinam tarefas democráticas, econômicas e antiimperialistas na mesma revolução.

A dinâmica internacional é o aspecto mais importan-

te da teoria da revolução permanente e é o mais presente no Egito. A mobilização regional em curso pode fazer com que o trem avance além da derrubada do velho regime. Por isso, uma hipótese que não está descartada é que ocorra um processo superior ao que ocorre na América Latina hoje, com as revoluções nacionalistas. Por que? Pois junto a todos os elementos explosivos soma-se outro: se na América Latina os países mais importantes (México e Brasil) estão na retaguarda do processo, no mundo árabe a vanguarda do processo é o país estratégico, eixo de toda região (Egito). A contra-revolução está tentando fazer-se forte em Bahrein e indiscutivelmente já se fez na Líbia. O resultado que se possa conseguir na Líbia dependerá cada vez mais da revolução regional. É muito difícil que os países que estiveram à vanguarda retrocedam, pois o caminho do aprofundamento da revolução estará aberto

5. Tarefas dos internacionalistas latino-americanos

A revolução árabe tem grandes simpatias pelos processos latino-americanos. Não é por casualidade. O Che é um símbolo, e Chávez e Evo Morales têm sido reconhecidos por seu papel de apoio a Palestina e ao Líbano e, ao mesmo, tempo a luta pela dignidade como chamam às suas revoluções inclui também a independência do país, a recuperação do país. Nossas próprias lutas latino-americanas contra as ditaduras são um exemplo para eles. Também miram olham para o Brasil país ao qual vêm como uma potencia emergente que é o que eles queriam ser.

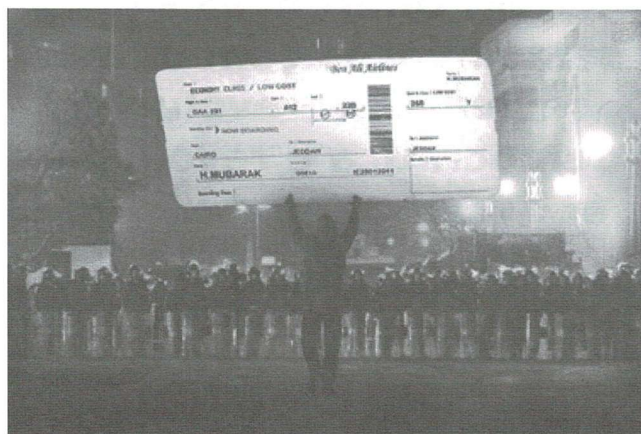
O que nos leva a afirmar que nós latino-americanos temos que estabelecer laços estreitos com esses processos. Toda a vanguarda antiimperialista e inclusive os governos mais avançados se pronunciaram a favor das revoluções. Mas a feroz resistência de Kadafi em Líbia mudou essa situação. Criou-se uma corrente na América Latina que pensa que é preciso atuar com cautela porque o imperialismo está se aproveitando da situação, inclusive militarmente. Achemos errado. A mesma posição que os socialistas e antiimperialistas conseqüentes tiveram ante os processos revolucionários da Tunísia e do Egito é a que temos que ter agora apoiando os rebeldes da Líbia contra Kadafi que, até ontem, esteve aliado aos grandes capitais europeus e estadunidenses e muito particularmente à Itália e Inglaterra. Estamos do lado do povo e lutamos pela derrubada do ditador que o está bombardeando e ata-

cando. O que é preciso ver primeiro é o que está fazendo o povo com sua rebelião, não quais as formas e medidas com que as potências externas se aproveitam da guerra civil. Na Líbia, Kadafi não está defendendo seu país e sim seu poder, suas riquezas, seus cárceres e suas câmaras de tortura, quaisquer que tenham sido suas medidas nacionalistas há 40 anos, e o está fazendo destruindo o povo.

Se se sucedesse tal intervenção imperialista, que ate agora não tem acontecido porque o imperialismo o primeiro que quer é deter a revolução árabe, ele será facilitada pelo próprio Kadafi e sua resistência em deixar o poder. Apoiar a luta do povo líbio contra Kadafi é a melhor forma de impedir a intervenção das potências imperialistas; quanto antes o derrubem, melhor será. Compreender agora a situação Líbia é compreender o que é uma revolução democrática que faz o povo para tirar o ditador; sob todas as formas ela é uma tarefa democrática revolucionária, como falava Lênin. .

A nova revolução árabe coloca na agenda política a necessidade de construir uma nova organização internacional capaz de solidarizar-se concretamente, de ajudar o processo árabe, apostando na dinâmica antiimperialista e anticapitalista do processo. Seria de uma grande ajuda para a vanguarda que está nas ruas em Egito e todo o mundo árabe a existência de uma organização ou minimamente uma coordenação internacional que possa ajudar a sua luta e fazer o nexo entre ela, Europa e o mundo.

Enquanto a tarefa da nova organização internacional não se processa, devemos reunir devemos somar os esforços das correntes, organizações e partidos anticapitalistas e socialistas para apoiar a revolução árabe. Esta tarefa é impostergável. O PSOL já tem começado a realizá-la ao tomar contato com os revolucionários da Tunísia e Egito para fazer um apoio concreto a revolução em curso.



Tempestade no Deserto

A queda do regime de Mubarak e a Revolução Democrática no Egito

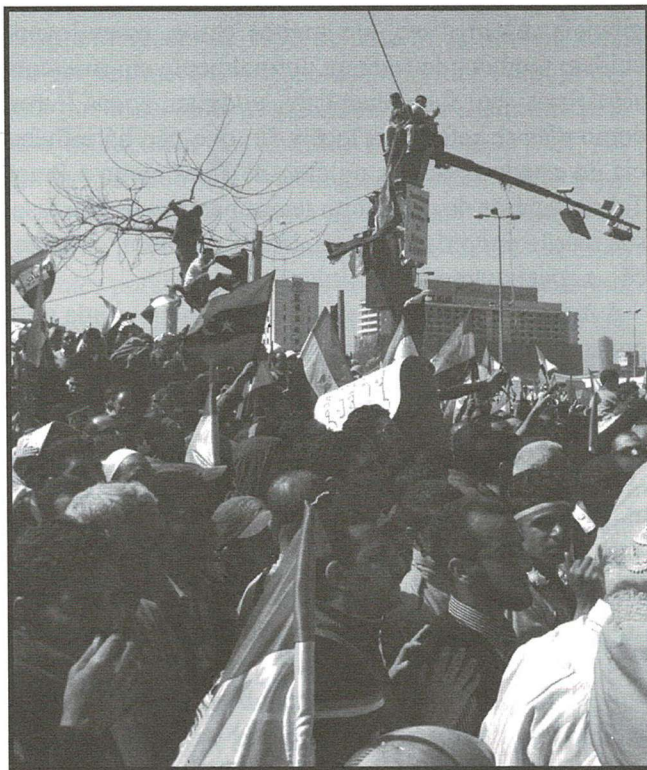
Fotos e textos Fred Henriques

Nas últimas semanas, no PSOL e em toda a esquerda socialista, tem se feito um importante debate sobre as revoluções em processo no mundo árabe. Embora a Tunísia e o Egito tenham sido os países mais dinâmicos desse processo, o fortalecimento do exército revolucionário na Líbia, agora com a intervenção da ONU e a implantação da zona de exclusão aérea, e ainda as ondas de protestos na Jordânia, Iêmen, Argélia, Bahrein, Iraque e Iran dão a dimensão da importância do processo de democratização desses países.

Enviado pela secretaria de Relações Internacionais do PSOL, passei, do dia 26 de Fevereiro ao dia 10 de Março, no Egito, viagem motivada pela necessidade de compreender e analisar os acontecimentos, tomar contato com os principais grupos neles envolvidos e prestar solidariedade aos ativistas e militantes daquele país.

A escolha do Egito como destino dessa viagem não ocorreu por acaso. Ele é o país árabe mais populoso, com 80 milhões de habitantes, ou seja, ele detém sozinho 40% da população da região. Além disso, Mubarak, durante os 30 anos de poder, foi o principal pilar de apoio do imperialismo na região de maior conflito do planeta, junto com a Arábia Saudita. O Egito é, desde 1981, o principal aliado dos EUA para sustentar o Estado de Israel. E, por fim, a sua posição estratégica, entre o Magreb e o Oriente Médio, faz dele um importante ator na geopolítica mundial.

Assim como todas as revoluções, a árabe apresenta diversas diferenças e, ao mesmo tempo, um aspecto de continuidade, em relação àquelas pelas quais já passou. Para lidar com a riqueza desses processos e a maneira como as massas e a vanguarda os enfrentam, faz-se necessário fugir de esquemas acabados e enxergar a realidade a partir de sua dinâmica própria.



Uma revolução em movimento

Nós, latino-americanos, temos uma péssima experiência com o papel contrarrevolucionário exercido pelo Exército em momentos-chave de nossa história. Esta vivência faz com que muitos de nós questionemos se houve, de fato, uma revolução ou se foi a Junta Militar que interrompeu o processo. Poucos dias já são suficientes para se encontrar a resposta para essa pergunta: sim, houve uma revolução, que ainda se mantém em movimento. A derrubada do regime fortaleceu de tal maneira a população que o Exército não tem força alguma para frear a revolução.

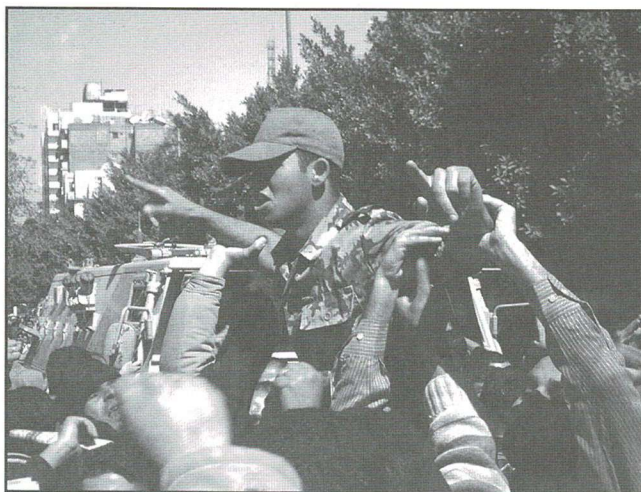
A prova foi a derrota do aparelho repressivo e mantenedor da ordem. Desde o dia 28 de Janeiro, o povo egípcio derrotou, de forma heróica, uma polícia que sempre foi sinônimo de violência, corrupção e autoritarismo. Passando pela capital, Cairo, e por Alexandria, pude notar que todas as delegacias estavam queimadas, à exceção de uma, histórica, encontrada em Cidatel.

Não se encontrava um policial nas ruas e o Exército, com muita apreensão, cuidava de locais ligados ao antigo regime e daqueles de importância nacional, como a casa de Mubarak e as embaixadas. Quem fazia a segurança de boa parte da cidade eram comitês de jovens que cuidavam de garantir a integridade das pessoas nos bairros e das casas. Um bom exemplo disso aconteceu em Alexandria, onde, em um percurso de 5 km, de táxi, fui abordado quatro vezes por diferentes grupos de vigilância. Além disso, em muitos casos, esses jovens cuidam também do tráfego, normalmente em ruas com semáforos sem funcionamento, e vigiam zonas livres, como eles se referem a locais em que não há influência do estado opressor, no caso de áreas como a Praça Tahrir. Apesar de o exército tentar parar esse processo, sua reação é tímida e com tendência de buscar conciliação e apaziguamento da situação.

A memória dos mártires e a experiência vivida pelo povo durante estes dias são os aspectos responsáveis pela manutenção da revolução. Camisetas, videoclipes, crachás, cartazes e faixas estão espalhados por todas as cidades do Egito, com imagens de vários militantes que faleceram no levante. Em várias conversas e entrevistas, ao perguntar sobre a importância daquelas imagens, a resposta obtida era sempre a mesma: as imagens dos mártires servem para lembrar que muitos caíram para que o processo fosse levado adiante e esse é um dos principais motivos porque ele não pode parar. Todos que participaram das manifestações sabiam que muitos morreriam, mas estavam dispostos a fazê-lo para mudar a condição de opressão que o regime lhes impunha.

São mudanças na estrutura que estão sendo alcançadas com a mobilização. No dia 19 de março, ocorreu um referendo que previa diversas mudanças para as eleições parlamentar e presidencial no final do ano. Mesmo com os setores revolucionários e os mais dinâmicos da revolução votando contra as mudanças constitucionais, esse referendo mostra que os setores do antigo regime e os reformistas estão dispostos a ceder em diversos pontos, como, por exemplo, no que se refere à liberdade de organização e liberdade de imprensa e também com a indicação de uma Assembléia Constituinte a partir das eleições parlamentares. Essas questões, por si só, já colocam a luta de classes num outro patamar nesse país.

A conquista da liberdade, a tomada das ruas pelo povo e a derrota de Mubarak, junto ao seu regime e à polícia, são os elementos que mais anunciam a vitória da Revolução Democrática no Egito. O povo, agora, batalha em outro patamar: o da luta de classes.



Momentos-chave da insurreição

Muito se destacou sobre a utilização das mídias sociais como ferramentas para convocar os atos desse momento, sobre o envolvimento de todas as etnias, religiões e classes durante os dias de levante, acerca da falta de uma clara liderança nesse processo, porém, pouca análise se fez dos antecedentes da revolução e dos momentos-chave que estão por trás dela. Pretendo, aqui, expor, em ordem cronológica, esses momentos destacados por lideranças do processo.

6 de Abril de 2008. Em todo o país, explodem greves massivas como resultado da situação precária que estão submetidos os trabalhadores. Em apoio às greves, pedindo o fim da lei de emergência e a saída de Mubarak, milhares de jovens saem às ruas em todo o Egito. A repressão, neste dia, faz com que centenas de manifestantes fossem detidos e inúmeros saíssem feridos. Apesar de ser pequena a vitória que se concretiza, greves passam a ser constantes nos meses que se seguem.

6 de Junho de 2010. Morre Khaled Said, depois de ter sido detido pela polícia em Sidi Gaber, Alexandria. Após realizar um vídeo da polícia vendendo hashishe nos becos de Alexandria e compartilhá-lo entre os amigos na internet, Khaled Said é preso. Depois de dias, o jovem aparece morto e desfigurado. Embora a Polícia e o Ministro do Interior declarem, como causa da morte, o sufocamento por ingestão de drogas, o povo sai às ruas em luto contra a tortura e a repressão policial.

25 de Janeiro de 2011. Dia em que têm início os protestos. A partir da queda de Ben Ali, na Tunísia, muitos grupos vêem uma boa oportunidade para convocar uma grande manifestação. Logo, diversos grupos de

juventude usuários do Facebook, em especial o “Somos todos Khaled Said”, passam a convocar atos contra a repressão exercida pelo regime para o dia 25 de Janeiro, ironicamente, o dia da Polícia, no Egito. O protesto, para o qual se esperava a presença de duas mil pessoas, consegue atingir a marca de quinze mil participantes, apenas em Tahrir, e, como consequência, é duramente reprimido pela polícia. A comoção com os atos da polícia faz com que as manifestações passem a ganhar corpo a cada dia.

28 de Janeiro de 2011. “Dia da Fúria”. Apesar da derrubada da internet e dos serviços de telefonia móvel no país, durante a madrugada, centenas de milhares de pessoas tomam as ruas no Egito, em um forte enfrentamento com a polícia. No fim do dia, esta é derrotada: diversas delegacias são incendiadas, o prédio do partido governista (Partido Nacional Democrático – PND) também fica em chamas e os primeiros tanques do Exército tomam as ruas.

2 de Fevereiro de 2011. Após centenas de milhares de ativistas se juntarem, no dia 31 de Janeiro, Mubarak libera presos comuns e paga policiais à paisana para atacarem os manifestantes em Tahrir, usando cavalos, coquetéis molotov e armas automáticas. Depois de muitas horas de intensos combates, a população derrota os “manifestantes” pró-Mubarak.

11 de Fevereiro de 2011. Milhões de pessoas continuam a protestar, já no décimo oitavo dia consecutivo, pela queda de Mubarak. Os trabalhadores do transporte público entram em greve e é chamada uma greve geral para o dia seguinte. O presidente Mubarak deixa a capital Cairo, indo de avião para o balneário de Sharm el-Sheikh, no Mar Vermelho, e faz um pronunciamento anunciando sua renúncia ao cargo de Presidente do Egito. Milhões de egípcios saem às ruas para comemorar o novo tempo.

4 de Março de 2011. É convocada uma manifestação de milhões de pessoas em memória dos mártires da revolução e contra Ahmed Shafiq, primeiro ministro membro da cúpula de Mubarak. Este, na noite anterior, anunciara a sua saída e a destituição de todo o gabinete ligado ao antigo regime. A oposição indica Essam Sharaf para primeiro ministro. Sharaf se pronuncia, neste dia, para mais de um milhão de pessoas, recebendo do povo toda a legitimidade para o seu poder. Na Praça Tahrir, ele é ovacionado pela população.



Os principais atores do processo

Durante os 14 dias que passei no Egito, procurei entrar em contato com todos os principais grupos envolvidos na revolução. Num momento revolucionário e sem uma direção clara, o número desses grupos multiplicou-se em centenas, uma vez que o facebook deixou de ser uma ferramenta para fomentar os atos revolucionários e tornou-se o principal organizador dos grupos de juventude. Diante dessas características, quero me deter nos principais atores desse processo.

Os principais pilares de sustentação do antigo regime, que foram abalados durante a revolução, são uma burocracia enriquecida nos últimos vinte anos do governo e a polícia. A queda de Mubarak e do regime deixou essa burocracia órfã, e alguns já estão, inclusive, presos.

Desde Nasser, eram os militares que estavam no comando do Egito, porém, a necessidade da sucessão presidencial e a escolha do filho do ditador para sucedê-lo fizeram com que Mubarak passasse a retirar a renda e o poder do Exército, aos poucos, enquanto fortalecia a polícia. Logo, a polícia passou a ser a força leal ao regime, que, após o dia 28 de Janeiro, foi derrotada pela população na rua. Todos os ativistas com quem eu conversei afirmaram que a força policial vai voltar com o tempo, porém, ela nunca mais será a mesma. E foi exatamente esse processo de retirada de força dos militares que deu a eles autonomia para irem contra o desejo de Mubarak de enfrentar a população e de realizar um processo de transição, atenuando os enfrentamentos, como desejava um dos seus principais financiadores, os Estados Unidos.

Além do partido do antigo regime, PND, ligado à burocracia e a Mubarak, o outro grupo organizado, participante da revolução, com o qual tomei contato foi a Irmandade Muçumana. Apesar de não ter participado do processo desde o seu início, essa Irmandade cumpriu um papel fundamental na defesa de Tahrir, especialmente no dia 2 de fevereiro. Após 80 anos na clandestinidade, utilizou o processo revolucionário para ganhar espaço na sociedade egípcia. É um grupo islâmico re-

formista - inclusive o primeiro grupo a tentar negociar com Mubarak - e tem como referência o Partido da Virtude, em especial, o Partido da Justiça e Desenvolvimento (AKP), que, embora de cunho religioso, fez reformas econômicas liberais na Turquia. Também foi o principal apoiador de Essam Sharaf e deu apoio ao Sim no referendo de 19 de Março.

A postura conciliadora e reformista da Irmandade fez com que um grupo minoritário, com referência no Hezbollah, composto majoritariamente por jovens que viveram intensamente os acontecimentos da Praça Tahrir, começasse a se preparar para montar um partido próprio. Apesar de alguns problemas com o Estado Laico, como na maioria dos grupos islâmicos, claramente, o antiimperialismo e o antiliberalismo são características marcantes neste grupo.

Também surgiu uma dezena de grupos social-democratas que têm como referência o Brasil. O exemplo do Presidente Lula, com destaque para a economia aberta e competitiva e para programas sociais, é um fator que os move. Um grande número de futuros partidos está nascendo, nenhum deles com grande quantidade de membros, e compõem-se, em sua maioria, por intelectuais da classe média. Os grupos de jovens, às dezenas, organizam-se por meio do facebook e das redes sociais em geral. Esses grupos têm como principal referência, na América Latina, Che Guevara, pela participação nos processos de libertação da África, apesar de manterem uma postura crítica em relação a Fidel Castro.

Dentre os grupos de jovens com que tomei contato, destaca-se o Movimento 6 de Abril, que, como o nome diz, foi iniciado por jovens que estiveram presentes no apoio às greves de 2008. O Movimento iniciou sua formação com jovens de classe média, mas, com a massificação da revolução, ganhou um grande espaço junto à juventude trabalhadora. Seus integrantes são democratas radicais, não aceitam mediar com as forças do antigo regime e acreditam na mobilização como principal forma de conseguir seus direitos. Posicionaram-se contra o referendo de 19 de março, embora achem importante que a unidade nacional seja estabelecida independente da posição política. Sempre apoiam as revoluções árabes, mas ficam reticentes ao falarem do imperialismo e da questão da palestina, por não acharem, ainda, que seja o momento para isso.

Por fim, também fiz contato, no Egito, com os socialistas revolucionários ou trotskystas. Eles têm o trabalho focado, principalmente, no movimento sindical e dos trabalhadores, apesar de serem uma organização pequena. Participaram ativamente dos movimentos de greve que precederam o processo revolucionário. Dentre as tarefas colocadas por esse setor está a construção dos comitês de fábrica e populares.

Para onde vai a história

A vitória da democracia, em muitos aspectos, já está colocada. A liberdade de imprensa pode conferir em minha visita aos jornais no Cairo, e de organização reflete-se no fato de que até partidos islâmicos e trotskystas poderão se organizar e participar de eleições. A derrota da polícia e a experiência popular farão com que as lutas por direitos avancem em todo o país.

O Exército tentará domar a democracia a partir de um tutelamento, como na Turquia, porém, o momento de acirramento da luta de classe e a vitória da revolução democrática fazem com que eles estejam numa situação fragilizada. Para diminuir o ímpeto popular, há um processo de negociação com a Irmandade Mulçumana e setores do antigo regime, para que o processo caminhe de forma amortecida. Isso pôde ser notado no comício de Sharaf, no dia 4 de Março, em que, ao seu lado, estava a Irmandade, e também na vitória do Sim, decidida no referendo do dia 19 do mesmo mês.

A vitória do Sim significa a chamada para eleições no final do ano, ou seja, significa que haverá eleições parlamentares e que os eleitos serão os responsáveis de redigir uma nova Constituição. Além disso, haverá, também, eleições para presidência e liberdade para que diversos partidos se organizem. Mesmo que os setores mais radicalizados, situados nas grandes metrópoles, tenham apoiado o Não, a luta e a mobilização seguem adiante, ou seja, as greves continuam, as ocupações permanecem e Tahrir se mantém de pé.

A mobilização de mais de um milhão de pessoas impressiona. Adolescentes em grandes discussões com burocratas, jovens ocupando e vigiando as ruas servirão de inspiração para transformações radicais no mundo todo. É preciso fortalecer relações com os revolucionários e dar solidariedade a todo o movimento, conscientes de que, num momento histórico como esse, é fundamental esse tipo de apoio, com vistas a uma organização internacional. Espero que estes relatos inspirem os jovens de nosso país a fazer o que eles fizeram no Egito, tomar a história em suas mãos.



Egipto

Na Praça Tahrir com Amr Abdulah

por Fred Henriques



Em poucos dias, Tahrir, que antes estava ocupada dia e noite por manifestantes, começou a ser tomada por barracas e lonas. Logo, percebi que o acampamento era o ponto de referência para as grandes manifestações que estavam sendo programadas.

Fazendo contato com alguns manifestantes, percebi que a queda de Mubarak já não bastava para o povo, eles queriam a saída de todos os ministros e funcionários ligados ao antigo governo. Resolvi passar uma primeira noite junto aos acampados para entender como funcionava a organização de toda aquela estrutura: revista para entrar na praça, fornecimento de colchões e cobertores, alimentação para todos os acampados, televisão via satélite, internet a disposição dos ativistas, três postos de saúde improvisados e estrutura de iluminação própria.

Durante a noite, fui levado ao centro de operações, a maior barraca da Praça que conta com os aparelhos de comunicação e os materiais para distribuição. Lá, contatei diversas lideranças que, em geral, eram homens de classe média, engenheiros, contadores, pequenos comerciantes, e alguns ligados a movimentos islâmicos mais radicais e sacerdotes, além de uma vasta juventude que organizava Tahrir.

Com o passar dos dias visitando aquele espaço, fui percebendo as principais lideranças, dentre elas estava Amr Abdulah que, além de ser um ator importante, é um dos poucos que se comunicava razoavelmente em inglês. Para entendê-lo um pouco, resolvi acompanhar meia hora da correria na qual ele estava envolvido, a fim de obter suas principais ideias sobre a revolução.

Poderia contar um pouco de sua história?

Claro. Há vinte anos, ainda na universidade, eu participava de um grupo que estudava os sindicatos e os movimentos que ocorriam aqui no Egito. Por causa disso, acabei me engajando em trabalhos sociais. Nos tempos de Mubarak, era muito difícil fazer algo que não fosse ajudar os mais próximos, porém, depois do início da revolução as coisas mudaram. Eu sabia que deveria estar com eles, mas era fundamental deixar a minha esposa e filhos seguros. Assim, no dia 25 eu tive que trabalhar, no dia 26, fui para o interior, na casa da minha sogra deixá-los e depois disso, passei a me dedicar aqui em

Tahrir. Eu sempre tentei e continuo tentando fazer o meu melhor por aqui. Muitos não entendem como eu, que tenho muito dinheiro, posso estar aqui com tanta gente sem nada. Porém, a luta por democracia não tem haver com a quantidade de dinheiro, a liberdade não é algo que se possa comprar. Nós estamos lutando por isso, por nossas crianças e nós desejamos que elas não passem mais por isso. Não vamos passar mais 30 anos a espera de mudanças, temos que mudar desde já.

Apesar de observarmos os fatos diariamente no Brasil, pouco se vê de análises sobre por que começou o levante no Egito. Para você, qual é o real motivo do início da revolução?

A revolução se iniciou há 10 anos, quando Mubarak começou a ser rodeado apenas por seus comparsas e iniciou a saquear seu povo, se tornando cada vez mais egoísta. Se você tivesse um projeto social, ou uma ideia para ajudar uma comunidade, você não podia realizá-la, Mubarak tomou todos os espaços de nós. Desde então, se iniciaram pequenas revoluções em todos os lugares, um sentimento de insatisfação em cada egípcio. Assim esse povo que o cercava, cada vez mais, passa a observar a si mesmo. Antes, não eram capazes de observar o povo passando fome, a única coisa que viam eram seus interesses.

Nesses últimos anos, as pessoas passaram a sofrer mais. Fred, você pode imaginar uma pessoa vivendo com 150 libras egípcias por mês? Isso dá menos de 30 centavos de dólares por dia. Em nosso país, temos mais de metade da população abaixo da linha da pobreza. Você imagina todos os dias ouvindo seu filho: “pai, eu estou com fome”. Essas crianças muitas vezes têm que se jogar nas ruas para conseguir algo para comer. Há dois anos, o governo ofereceu comida para este povo humilde, pão e macarrão, porém, depois foi descoberto que estavam envenenados! Muitas crianças e mulheres morreram. Eles queriam se livrar deles. Mubarak disse que foram causas naturais que fizeram com que essas pessoas falecessem, mas não foram. (Amr fica muito abalado em lembrar estes fatos e pede para interromper a entrevista).

Nossa sociedade está muito doente. Enquanto o povo não tem 10 libras para gastar, o governo torra muito dinheiro em benefício próprio. Nas ruas, as pessoas se

matam por 10 libras, e os ministros ganham mais de 15 milhões de libras anuais! O governo se tornou cego ao sofrimento do povo! Há poucos meses, um jovem se matou, pois não tinha condições de dar tratamento médico a sua mãe doente. Nós não estamos sofrendo como animais, estamos pior do que eles! Quando alguém se imola ou se mata é por que a situação já se tornou insustentável. Quem está louco, nós ou o governo?

Todos do governo que infligiram esse sofrimento ao povo devem ser presos. O mínimo é a cadeia para eles. Se há alguém que cometeu muitos crimes, essa pessoa foi Mubarak, e também seu filho e seus ministros. Hoje, ninguém mais vai desafiar o povo e fazer com que soframos tanto.

Ao chegar a Tahrir, percebi o quanto são organizadas as mobilizações e a praça. Mesmo durante o dia, quando muitos estão trabalhando, ela se mantém nos eixos. Há algum grupo por trás de todo este operativo? Como vocês colocaram tudo isto de pé?

Este operativo não foi sempre assim. No dia 27, quando cheguei aqui, não havia nenhum tipo de organização, apenas algumas pessoas à noite fazendo uma vigília e, somente quando havia enfrentamento com a polícia, todos nós lutávamos juntos. Logo, percebi que para os enfrentarmos não bastava a solidariedade, teríamos de nos organizar. Nós sabíamos que para cooperarmos melhor um com o outro, para ajudar um ao outro de maneira mais eficiente, teríamos de instituir uma organização. Assim, nos tornaríamos mais fortes para enfrentar todas as armas do regime.

Para organizar o espaço, contamos com a doação de dinheiro e materiais de muitos colaboradores da causa. A partir disso, construímos as barracas, instalamos água, luz e internet. Eu estava com um grupo de 35 pessoas que comprou as lonas e a madeira para construir as tendas e fazer as instalações. Hoje, temos 2 mil pessoas que lutam contra o regime acampando aqui em Tahrir e pretendemos que este número cresça. A partir da desorganização da Praça, o número de pessoas dispostas a ajudar vem aumentando. Temos aqueles responsáveis pela comida, pela segurança em três períodos distintos, médicos vieram para ajudar no posto de atendimento, artistas responsáveis pelas atividades culturais das crianças e dos adultos, outros responsáveis por atender os jornalistas. Enfim, cada um faz a sua parte. Assim, também agimos como se fôssemos uma família, sendo um o melhor amigo do outro.

E há algum grupo que centraliza? Ou algumas organizações?

Na verdade, temos muitos grupos, alguns religiosos, outros de juventude, outro pobres que não tem para onde ir, ou seja, de tudo.

Vocês têm alguma referência nas outras revoluções no mundo Árabe?

A queda de Ben Ali na Tunísia foi importante para nós ganharmos coragem para enfrentar o regime aqui. Quando pensamos nestes povos, estamos pensando também em suas mulheres e filhos que também merecem uma vida mais digna, porque todos nós somos tunisianos, palestinos e argelinos, todos nós sofremos com essas pressões e estamos dispostos a morrer por uma sociedade melhor para nossos filhos. A única coisa que queremos é liberdade e dignidade para nós e para eles.

E quais são as perspectivas para o novo governo e os próximos passos? O primeiro ministro foi escolhido pela oposição, não é?

Como eu já havia afirmado anteriormente, o problema não é quem dirige, mas todo o regime. Eles estão espalhados por todas as partes e vêm explorando nosso povo há muito tempo. Eles têm os canais de TV, estão nas universidades, nos jornais, em muitas empresas e em todos os lugares. Acreditamos que apenas com mais gente voltando a se incorporar nos atos e manifestações, conquistaremos mais direitos e dignidade para nossas famílias. Sabemos que muitos querem que nos desmobilizemos, mas não vamos parar. Mesmo se eu tenho tudo que preciso em casa, não posso deixar os milhões de irmãos que não têm nada padecer nas ruas. Temos que continuar lutando, independente do referendo e do processo eleitoral. O ministro esteve aqui conosco esta manhã e colocamos as nossas novas demandas: a prisão dos ministros e representantes do antigo regime, supressão da Lei de Emergência, destituição dos administradores locais nomeados por Mubarak, garantia de uma constituinte para uma nova Constituição, novas eleições limpas para presidente e parlamento e a garantia dos direitos sociais do povo.

Fred, eles estão me chamando para ajudar no acampamento, infelizmente tenho que ir.

Tudo bem, Amr. Muito obrigado pela conversa.

Que isso, Fred. O Brasil também é um país com muitos problemas sociais, não é? Espero que vocês também façam a sua revolução. Estamos torcendo por vocês!



Em Giza com Legan Thawrya

por Fred Henriques

Após vários dias tentando estabelecer contato com os grupos Trotskistas e socialistas no Egito me deparei com o jornal “Legan Thawrya”. Logo procurei traduzi-lo e encontrei uma página na internet com os contatos de seus militantes.

Após me apresentar como jornalista marquei uma conversa com Hisham Fouad na sede de sua organização em Giza. Chegando lá as pinturas de punhos levantados e uma maré vermelha expressavam que de fato estava no lugar certo.

Após um acolhedoras boas vindas, me apresentei como militante socialista do Partido Socialismo e Liberdade do Brasil. A recepção foi excelente! Entusiasmados me levaram para uma sala na qual pudemos ter uma conversa mais tranquila.

Gostaria que você apresentasse a sua organização e o jornal do qual tomei conhecimento em Tahrir.

Este é um jornal socialista semanal, além deste jornal nós produzimos uma revista chamada “Socialist Papers”. Temos também um site na internet e páginas no facebook. Nós tomamos parte desde o princípio desta revolução e agora estamos batalhando para fortalecê-la, pautando as demandas sociais ainda existentes. Acreditamos que nos próximos meses conseguiremos organizar comitês de fábricas e de bairros ao redor do país, como prioridade. Também estamos ajudando os trabalhadores a criarem sindicatos independentes. E por fim estamos organizando-os na construção de um partido de trabalhadores que já conta com mais de 200 lideranças de fábricas. Esta iniciativa se chama Partido Trabalhista, muito influenciada pela experiência brasileira, cumpre um papel de transição e poderá atender demandas mais imediatas e outras estratégicas, porém com vistas a construção de uma sociedade socialista. Nossas tarefas estão elencadas a partir destas 3 tarefas: Comitês Populares, Central Sindical Independente e Partido Trabalhista.

Qual foi o papel dos trabalhadores na revolução? Quais são as tarefas das organizações socialistas após a queda de Mubarak e na construção de um regime democrático? O que é importante para a revolução avançar?

O primeiro passo é ajudar os movimentos sociais a atingir suas demandas e organizá-los em sindicatos e comitês. Nos últimos anos as greves têm avançado e crescido sistematicamente, o que mudou a experiência dos trabalhadores e acarretou na demissão de diversos operários. O Estado tem feito de tudo para aumentar a exploração e diminuir a mobilização.

Nós estamos focados em como ajudar a classe trabalhadora a atingir seus objetivos. Estamos ajudando eles a se organizarem e a construírem seu projeto. Por volta de seis meses antes da revolução os trabalhadores

ocuparam Tahrir tentando tomar o parlamento, enquanto ocorriam diversas greves nas fábricas. Creio que as principais razões para a revolução são: as condições de trabalho, que ocasionaram o aumento dos protestos da classe; a ditadura, que nas últimas eleições coibiu a entrada de outros partidos no parlamento; a revolução tunisiana, que nos ajudou a acreditar na possibilidade de ir às ruas e mudar a história deste país.

Nós estamos trabalhando com os operários, como havia mencionado anteriormente, assim como estamos fazendo uma frente política para cobrar mudanças, uma aliança que é composta especialmente por trabalhadores e juventude.

O ato do dia 25 de janeiro foi realizado por uma ampla coalizão de grupos da juventude e partidos políticos. Nós realizamos uma reunião e decidimos aderir às manifestações logo no princípio, outros grupos se incorporaram a partir do dia 28 de Janeiro. Neste momento já estávamos participando das greves e dos protestos da Praça Tahrir. Agora nosso foco já deixou de ser somente baseadi em demandas democráticas, e avançou para demandas sociais, com o intuito de construir uma sociedade socialista.

A imprensa internacional tem tratado o enfrentamento às greves como o principal desafio da era pós-Mubarak. Como estas paralisações sistemáticas podem impulsionar a revolução? Como vocês estão atuando neste momento?

Para nós, sem dúvida, os trabalhadores têm um papel central na vitória desta revolução. Três dias antes da queda de Mubarak os operários começaram a entrar em greve e um ponto de avanço foi a greve dos trabalhadores do transporte público que impulsionou uma greve geral. A partir disto a burguesia viu o perigo que se aproximava e fez pressionou para a queda de Mubarak e a entrega do poder ao exército. Após a revolução a manutenção das greves é fundamental para a tomada de novas posições nas fábricas, a constituição de comitês



e a expansão das demandas da revolução pela conquista de um salário mínimo e a expansão dos direitos da classe trabalhadora.

Fale um pouco sobre a repressão dos trabalhadores após a queda de Mubarak.

Ela diminuiu bastante. De forma geral o governo tem concordado com as reivindicações dos trabalhadores por elas não agredirem o sistema. Elas ainda estão no plano econômico, não passando para o político. Apesar disso, o exército tem feito pressão sobre as greves, tem detido alguns líderes dos trabalhadores por períodos breves e agredido alguns deles. Porém, não há uma grande repressão, a estratégia deles não é o enfrentamento, mas a desmobilização do movimento através do atendimento de algumas demandas econômicas.

Vocês têm relações com outras organizações no Mundo Árabe? Conseguiram fazer contato com outros países que estão no processo revolucionário, como Tunísia, Líbia, Iêmen, Argélia...?

Infelizmente não temos contatos com organizações de outros países Árabes, porém o avanço de nossa Revolução fará não apenas com que as outras revoluções avancem como também que entremos em acordo com outros grupos e realizemos coordenações. Apesar de termos contato com pessoas no Líbano e na Tunísia, pouco podemos falar sobre uma coordenação ou uma organização internacional. Será um desafio para nós no próximo período conseguir realizar esta coordenação internacional afim de enfrentar o imperialismo.

O Egito tem um papel muito importante na causa Palestina. Como você vê o imperialismo no próximo período na região? Como Israel vai reagir?

Para nós esta revolução coloca três tarefas para a nossa organização: democráticas, socialistas e nacionalistas. Quando falamos de demandas nacionalistas estamos dizendo que somos contra o Estado Sionista, que somos anti-imperialistas.

Nós acreditamos que a maioria dos grupos envolvidos nesta revolução buscarão cumprir apenas as tarefas democráticas. Nós acreditamos que esta revolução deve se estender para as demandas socialistas e anti-imperia-

listas! Também achamos que esta revolução terá um papel central para derrotar o Estado de Israel, não é possível um acordo de paz entre eles e nós e a construção um Estado laico, é exatamente isto que dizemos em nossos materiais de propaganda e em nossos jornais.

Como vocês enxergam as outras organizações envolvidas nesta revolução? Em especial a Irmandade Muçulmana e os grupos de juventude, como o Movimento 6 de Abril?

Nós acreditamos que a burguesia está organizando novos grupos e fazendo um acordo com a Irmandade Muçulmana, eles estão tentando estabelecer um acordo para barrar as demandas políticas e conquistar apenas algumas vitórias econômicas e imediatas. A Irmandade entrou na revolução apenas após o dia 28 de Janeiro.

Não há uma organização que liderou esta revolução, o que houve aqui foi um levante popular. A burguesia não quer ver uma coalizão radicalizada que enfrente o imperialismo e Israel, com receio das tarefas políticas partirem para as socialistas. Nós acreditamos que a Irmandade e outros grupos liberais estão fazendo um acordo com a burguesia para serem cumpridas apenas as suas demandas e garantirem uma transição segura. Por outro lado, organizações de esquerda e trabalhistas estão buscando atingir outros patamares, focando especialmente em tarefas sociais. As cartas estão na mesa, ambos os lados estão fazendo pressão para que a sua parte vença. A Irmandade e outros grupos reformistas estão falando que não é apropriado pautar estas demandas agora, temos de consolidar o já conquistado e dar tempo para que o governo estabilize a sociedade e faça as mudanças necessárias. É por isso que temos que empurrar os trabalhadores para alcançar novas conquistas.

Eu tenho visto chamados para a construção de diversos partidos socialistas na Praça. Quem são eles e qual o papel que eles cumprem?

Estes são a esquerda democrática, ou melhor, os social-democratas. Eles buscam as garantias dos direitos sociais. Porém, existem grupos como nós que buscam atingir a revolução socialista. Muitas destas organizações sociais democratas buscam organizar ONGs, tornando-se mais liberais e não tendo em vista o apro-

fundamento da revolução, pois eles conseguem suporte financeiro de inúmeras agências internacionais. Todos estes grupos agora estão tentando formar partidos para conquistar cadeiras no parlamento. Agora, se eles vão conseguir é outra história.

Vocês são Trotskistas? São próximos a alguma organização internacional?

Sim somos trotskistas e estamos construindo com o SWP da Inglaterra.

Você poderia desenvolver um pouco o que ocorreu com o aparelho repressivo da burguesia? Ao mesmo tempo em que não vejo a polícia nas ruas, a população adora o exército. O que vocês acham disso?

Se tem uma instituição que o povo egípcio odeia é a polícia. Muitos querem que o Estado de Sítio seja dissolvido e que a forças de segurança sejam reformuladas, isto é para ontem. A burguesia achou melhor deixar a polícia fora do jogo atualmente, mas pretendem retomá-la. Enquanto isso, a população está construindo comitês populares para fazer a segurança dos bairros e se preparando para que, quando a polícia voltar ela tenha as comunidades sob seu controle. É ainda mais importante afastar a polícia da vida política, garantir que ela sirva apenas para a proteção do povo.

Já as forças armadas têm uma relação diferente. A população acredita que ela não poderá intervir em assuntos domésticos, mas como sabemos que eles interferiram diversas vezes a favor da burguesia, como no dia 6 de Abril de 2008 e nas greves que estão ocorrendo agora na região do Suez. Logo, em várias ocasiões o exército entrou para defender um lado e não foi o do povo. Nos primeiros dias da revolução o povo sempre gritava: “o povo e o exército estão de mãos dadas”, porém não funciona assim. Esperamos que os soldados fiquem do nosso lado, pois os generais estarão do lado da burguesia. No Egito as forças armadas detém cerca de 30% da economia do país, isto é uma parte gigantesca da riqueza de um Estado. Apesar da repressão realizada pelo exército após a revolução, as forças liberais e a Irmandade tentam impor que continuamos de mãos dadas com eles, porém o povo está vendo o contrario. Acreditamos sim que o

povo e os soldados poderão andar de mãos dadas, mas não o exército.

Quais são as principais reivindicações para o próximo período? Quais são as tarefas a serem cumpridas?

Nossa prioridade imediata é a construção de comitês populares, nas ruas e nas fábricas. Isso irá desestabilizar o Partido Nacional Democrático. Temos que exigir o cancelamento da Lei de Emergência, isso tudo no âmbito das tarefas democráticas. No que se refere às tarefas sociais, nós vamos lutar pelas demandas dos trabalhadores. Nós realizamos um encontro com 50 lideranças de trabalhadores para construir uma plataforma de demandas, a partir desta reunião tiramos 5 objetivos econômicos a serem atingidos. Também precisamos criar sindicatos independentes para assim construir uma federação.

E o referendo de 19 de Março?

Nós somos contrários a ele, pois acreditamos que essa é apenas uma iniciativa para estabilizar e amortecer a luta de classes no Egito. Nós queremos uma nova constituição e não remendos. Por isso, vamos dizer Não no próximo referendo. Eles estão tentando estabilizar a sociedade, mas não vão conseguir.

Muito obrigado pela entrevista Hisham, também gostaria de agradecer a Legan Thawry por me acolher aqui na sede. Espero que possamos nos manter em contato.

Claro Fred. É muito gratificante ver como a esquerda brasileira está acompanhado este processo e prestando solidariedade.



Loay Kahwagi, dirigente do movimento 6 de Abril

por Fred Henriques

Durante as minhas primeiras visitas a Praça Tahrir, tomei contato com um grupo de quatro jovens que há três dias faziam greve de fome pela queda do ex-Primeiro Ministro do Egito Shafiq. Dentre eles aquele mais convicto era Loay Kahwagi, professor de inglês e geografia de 23 anos que, além de ter muito orgulho das cicatrizes conquistadas na defesa da revolução, é um dos muitos dirigentes do movimento 6 de Abril. Após alguns dias conversando em Tahrir, ele me convidou para conhecer sua bela cidade, Alexandria, e os ativistas que também se encontravam por lá. Aproveitei a viagem para entender melhor o que pensam esses jovens que há anos batalham por um novo Egito. Realizei essa entrevista na costa do Mediterrâneo.

Primeiro gostaria que você se apresentasse.

Meu nome é Loay Kahwagi, tenho quase 24 anos e tenho o orgulho de fazer parte daqueles que fizeram a Revolução Egípcia em 2011.

No Brasil ficamos surpresos e contentes com a forma na qual aconteceram as revoluções aqui no mundo árabe. Apesar de acompanharmos os fatos pela internet e por diversas mídias, pouco sabemos sobre suas raízes. Você poderia nos explicar como se deram os fatos?

O Egito foi um dos primeiros países a disseminar um movimento pela democratização há 6 ou 7 anos. Esse Movimento se chamava Kyfaya que, em inglês significa “enough” (basta). Ele surgiu em 2004, com algumas pautas e demandas específicas: Mubarak não poderia participar de uma nova campanha eleitoral, o fim da Lei de Emergência (lei que permite o presidente a governar com poder quase absoluto) e o início da transição para um regime democrático eram as principais demandas do Movimento Kyfaya. É claro que muitos deles foram presos, torturados.

Quantos?

Muitos e sem uma característica em comum, pois havia pessoas de todas as origens. Eu não diria que eles eram Cristãos, Muçumanos, Comunistas ou classe média, pois definitivamente eles tinham diferentes histórias. Claro que, naquele momento, o número de manifestantes era reduzido. A perseguição a este grupo aconteceu por anos. Em 2008, explodiram greves massivas ao redor de todo o país. Elas não falharam, mas tampouco venceram. O importante foi o fato de que toda a juventude se levantou, apesar de muitos serem presos, alguns serem torturados. O importante é que neste dia, 6 de Abril, se inicia um outro nível de mobilizações no Egito e é a partir dele que se inicia o nosso movimento. Foi com esse movimento que a juventude, inclusive a mais escolarizada, perdeu o medo de enfrentar o regime.



Eu pulei uma parte importante. As eleições presidenciais de 2005 foram o que chamamos de um show, baseado em mentiras. Para completar, nas eleições de 2010, o partido do governo excluiu toda a oposição do parlamento. Ele teve a capacidade de retirar cadeiras até da oposição mais mansa. Assim, ele fechou mais uma porta para a oposição e as pessoas em geral.

Outro fator importante foi a morte de Khaled Said em

7 de Junho de 2010, ele era de Alexandria. Estava realizando um vídeo sobre a corrupção na polícia e a mostrou dividindo o dinheiro obtido por meio de drogas e álcool. Ele distribuiu este vídeo e foi morto. A polícia afirmou que ele havia engolido um grande cigarro de “bango”, uma droga. Caso vejam a imagem de Khaled Said após sua morte, vocês se depararão com seu rosto. Assim, poderão julgar se o que foi dito pelo ministro – que ele morreu por sufocamento – é verdade ou não. Acho que a imagem fala por si só.

Por que vocês escolheram o dia 25 de Janeiro para iniciar as manifestações?

Nós escolhemos este dia porque é o Dia da Polícia, mas não quer dizer que respeitamos a polícia. Esta foi a data que escolhemos para protestar contra os que não reconhecemos como aliados ou amigos de forma alguma. A insatisfação com o regime repressor e a morte de Khaled Said foram motivos para iniciar as manifestações.

Você pode nos dizer como convocaram esta data e quais são seus principais aspectos?

Nós usamos os grupos no Facebook, acho que esta é a primeira revolução a utilizar este tipo de ferramenta para mudar totalmente um regime. Na verdade, esta era a única maneira de entrarmos em contato uns com os outros, por meio do Facebook, twitter...

Apesar de algumas reuniões terem acontecido, estou certo que esse não foi o elemento majoritário que levou às mobilizações, especialmente porque os seguranças do regime estavam nos espionando, prendendo e vigiando. De fato, eles também estavam no Facebook, como vimos posteriormente, porém a agilidade e a facilidade de encontrar muitos amigos é diferente.

Apesar de termos acompanhado no Brasil pela internet os 18 dias de 25 de Janeiro até a queda de Mubarak, obviamente, não temos clareza da sensação de quem enfrentou o cotidiano de todos estes dias de mobilização. Você poderia descrever um pouco de sua experiência e quais foram os dias chaves para você?

Sem dúvida o primeiro dia, 25 de Janeiro, foi muito importante, porque foi o momento em que tudo começou, as idéias e a preparação estavam ali. Infelizmente eu o perdi. Os camaradas do movimento 6 de Abril já tinham se preparado bem para as manifestações, fazendo escudos de plástico e coisas similares para se proteger das balas de borracha e da polícia. Não é a toa que todos a chamam de Revolução 25 de Janeiro.

Outra data central foi a Sexta-Feira da Fúria que certamente foi o dia da virada. Primeiro, pelo enorme nú-

mero de participantes de todo o país, e porque todos vieram para um único lugar, a Praça Tahrir. Foi neste dia que tivemos muitos mortos em Cairo, em Suez e em todo o país. Também foi esse o dia que Mubarak fez o seu primeiro discurso, e no fim desse dia, a polícia deixou todo o país. O que a polícia queria e conseguiu foi construir o caos. Todos estavam lutando contra o mesmo inimigo, eles queriam conquistar Tahrir, mas não conseguiram.



Os policiais utilizaram balas de borracha, jatos de água fervendo, gás lacrimogêneo... Eu estava usando o meu cachecol sobre o rosto como forma de proteção, duas latas de Pepsi nos meus bolsos eram para o gás lacrimogêneo. Esta batalha durou horas, pois rebatíamos o gás, as bombas e lançávamos pedras, enquanto eles utilizavam as suas armas tradicionais. Até que no pôr do sol conseguimos derrotá-los pela última vez. Então tomamos conta de Tahrir. Este foi um dos principais pontos da revolução. Nesta noite, queimamos boa parte das delegacias e a sede do Partido Nacional Democrata. Eu particularmente não sei quem fez isso, já que depois do enfrentamento me virei para trás e vi o prédio todo em chamas. Não temos certeza. Apesar de queimarmos boa parte das delegacias, acreditamos que alguns prédios governamentais foram queimados pelo próprio governo para queimar arquivos que os incriminariam. Além disso, quando observamos o fogo indo em direção ao Museu Egípcio nós fizemos uma corrente humana para protegê-lo.

Uma das noites mais tensas pelas quais passamos foi a do dia 2 de fevereiro. Este foi o dia em que o governo pagou milhares de bandidos para virem nos atacar em Tahrir e dispersarem a Praça, muitos deles à cavalo e com camelos. Diferente da batalha anterior, o ataque vinha de todos os lados. Foi neste dia que ganhei esta cicatriz na cabeça e esta outra no braço. Duas coisas dificultaram este momento. Primeiro que a praça estava

esvaziada e, segundo, os capangas do Mubarak não tinham nenhum pudor na forma na qual nos atacavam. O maior exemplo disso foram as 13 mortes e as centenas de feridos apenas naquela noite. Mas existe uma grande diferença entre ser pago para lutar ou acreditar naquilo que luta. Acredito que por isso vencemos.

Gostaria de saber a opinião de vocês em relação à revolução árabe e o internacionalismo.

Primeira coisa: Temos que agradecer à Tunísia, pois, sem dúvida, foram eles que nos inspiraram. Apesar do Egito normalmente ser vanguarda em boa parte das mobilizações, temos de dar todos os créditos à Tunísia que iniciou este processo. Claro, nós temos a mesma cultura, a mesma língua, é lógico que sentimos muito um pelo outro, talvez seja a mesma relação que vocês têm na América Latina. É claro que apoiamos uns aos outros! Me lembro do pessoal da Tunísia mandando por facebook e twitter: “Pessoal do Egito, utilize spray preto no vidro dos blindados da polícia, assim eles não vêem e vocês têm maior controle. Caso atingidos por gás lacrimogêneo, não fechem os olhos e utilize Pepsi para diminuir os efeitos”. Dicas como estas...

E a relação com a Líbia?

É a mesma coisa. Infelizmente, a Líbia tem um governante louco que já está no poder há mais de 40 anos. Sabemos que não será fácil, mas acreditamos que ele irá cair...

E a relação com o imperialismo, Israel e a causa Palestina?

Acredito que os irmãos, especialmente, da Faixa de Gaza perderam o respeito com o Egito há muito tempo. E o pior é que eles têm razão. Apesar do povo egípcio odiar Israel, o nosso governo traiu os palestinos há muito tempo.

Eu, particularmente, desejo ver uma Palestina livre e com as bordas referentes às de 1948. Não que eu queira que Israel seja riscada do mapa. A solução é um estado, que não seja este chamado Israel, e que inclua Cristãos, Muçulmanos e Judeus no mesmo lugar com a capital em Jerusalém. Não queremos que os Judeus se vão, mas o Estado de Israel precisa partir.

E os Estados Unidos e sua mídia?

Nós não acreditamos nos Estados Unidos e muito menos em sua mídia, apesar de não confiarmos na nossa mídia governamental também.

Nestes últimos dias, caminhando pelas ruas de Cairo e Alexandria não tenho visto nenhum policial. O que aconteceu com eles e como a população os vê?

Para ser honesto, a relação entre a polícia e o povo é horrível agora, porque eles nunca trataram o povo com o devido respeito e nós tiramos seu poder por meio da força, através da revolução. Quando as delegacias voltarem a funcionar, é claro que a relação com os cidadãos será diferente e com muito mais respeito. Isto significa que o povo não vai permitir outro tipo de tratamento, ou seja, mudamos a relação estabelecida. Agora, eles são o lado fraco dessa relação e mais cedo ou mais tarde eles voltarão, mas não como eram antes. Na atualidade, terão de servir o cidadão, sem propina, sem corrupção.

Muitos na sociedade ocidental temem que a revolução egípcia dê uma virada religiosa. Qual é o papel do movimento islâmico nesta revolução?

Vou falar mais especificamente da Irmandade Muçulmana. No início das manifestações, os seus dirigentes não deram a devida importância para os atos e não ordenaram que sua juventude participasse deles. Porém, conforme ocorreram as manifestações, em especial depois da grande vitória no dia 28 de Janeiro, eles entraram como um todo na Revolução. Eu particularmente não sei as reais motivações da Irmandade, mas mesmo que eu tenha minhas dúvidas sobre suas intenções, a primeira coisa que tenho que fazer é reconhecer e respeitar eles,



pois afinal de contas eles são uma parte importante da comunidade egípcia. Então, mesmo que eu não goste deles – na, verdade não gosto deles –, tenho que respeitá-los, reconhecer os seus direitos que foram brutalmente retirados nos últimos 80 anos. Não concordei com o fato de que eles não apoiaram a oposição nas eleições do ano passado, contudo, eles alegavam que sem observadores para garantir o voto não valeria à pena engajar-se. Não devemos mais perder tempo com esse tipo de desentendimento, afinal de contas, eles participaram também, mesmo que tardiamente, da construção desse processo. Além do mais, os anos na clandestinidade fizeram com que eles dessem muito sangue por essa revolução e eu sou grato a eles por isso.

Fale-me um pouco sobre o movimento 6 de Abril.

Já contei um pouco sobre a história de formação do movimento, então detalharei um pouco sobre como ele funciona hoje. Nós não temos um grande líder ou uma liderança clara. As pessoas em destaque se dão conforme o seu envolvimento no processo e no movimento. Por causa da Lei de Emergência e do Estado Policial, as reuniões e convocações se dão principalmente pela internet e, em especial, o Facebook. Apesar das conquistas, temos clareza que não podemos parar de nos movimentar para conquistar os nossos direitos. Enviamos uma carta de reivindicações referentes a eles para nosso novo Primeiro Ministro.

Quais as perspectivas e as demandas concretas do movimento para o próximo período?

Não podemos pensar que o governo de Mubarak e o regime são uma cobra e que, se simplesmente cor-

tarmos a sua cabeça, tudo estará resolvido. Esta é uma ideia equivocada. Temos que ver o Regime como um câncer, espalhado por vários setores da sociedade e que, por consequência, deve ser combatido em diversas frentes. Logo, temos várias demandas: a derrubada de todos aqueles ligados ao antigo regime, a supressão da lei de emergência, a criação de um salário mínimo de 1200 LE, a libertação dos presos políticos, que apesar de ocorrer, está num ritmo muito lento. Outro importante ponto é destituir os parlamentares locais, pois eles respondem ao antigo regime e não ouvem as pessoas das comunidades nas quais são ligados. Com esse poder, eles poderiam utilizar sua influência para se manterem no poder nas próximas eleições.

Precisamos de uma nova Constituição sobre marcos muito mais profundos que aqueles propostos para serem executados no dia 19 de Março. Assim como está previsto no referendo, a ser realizado nas próximas semanas, estas mudanças serão realizadas pelos parlamentares eleitos em eleições limpas. Nós temos um novo Primeiro Ministro e a sua vinda a Praça Tahrir fez com que déssemos a ele nosso voto de confiança. Não significa um cheque em branco, mas que esperamos mais dele. Nós não deixaremos esta revolução parar se as nossas demandas não forem cumpridas. Fazemos isso pelo nosso povo, mas especialmente, pelos nossos mártires que se foram acreditando em um novo Egito.

Obrigado Loay pela entrevista e, especialmente, um sincero agradecimento ao seu povo por inspirar tantos jovens ao redor do mundo a sonhar que outra sociedade é possível.



A Revolução Egípcia e a Estratégia Estadunidense

Por Hassan Nasrallah, Secretário Geral do Hezbollah



Transmissão de 7 de fevereiro de 2011 – ... hoje declaramos nossa solidariedade. Uma das formas de nossa solidariedade é defender essa revolução, essa intifada, este grande movimento popular histórico. Uma das responsabilidades de defender essa revolução é revelar sua verdadeira imagem, como todos os dados indicam... Entramos em contato com aqueles que estavam na terra, nas praças, nas ruas, os jovens e os velhos. Falamos com eles e escutamos o que eles tinham a dizer: seus slogans, músicas, cantos, palavras e declarações. Escutamos o que é dito na mídia via satélite e outros meios de comunicação. É por isso que eles, os egípcios mesmos, são os únicos que podem mostrar-nos a verdade, a forma e o conteúdo, a natureza, objetivos e esperanças de sua revolução, sua intifada...

Primeiro: nós estamos testemunhando uma revolução popular real, uma revolução nacional egípcia real. Muçulmanos e cristãos estão participando dessa revolução, assim como facções islâmicas, os partidos seculares, os partidos nacionalistas e os intelectuais. De fato, todos esses setores das classes populares estão participando dessa revolução: os jovens, velhos, mulheres, homens, padres, artistas, intelectuais, trabalhadores e agricultores. No entanto, o mais importante é a presença da juventude. A partir dessa perspectiva estamos testemunhando uma revolução completa.

Segundo: essa é uma revolução da vontade do povo, de sua determinação e de seu compromisso. As pessoas estão se expondo, oferecendo-se como mártires, fazendo sacrifícios e arriscando-se. Eles estão dormindo debaixo dos céus neste tempo frio e chuvoso. Eles estão determinando por eles mesmos o que eles querem, o que querem fazer, aonde querem ir, que regime aceitarão e que tipo de solução adotar. Eles são os tomadores de decisão em tudo o que dizem, fazem

e anseiam. Então, todas as acusações de estarem sendo parte de uma agenda externa – quem quer que seja esse dito partido estrangeiro, se é amigo ou inimigo do Egito – são acusações que não vingarão, não vingam, dada a determinação do povo egípcio e de sua brava juventude. Esse é um ponto ao qual voltarei em breve.

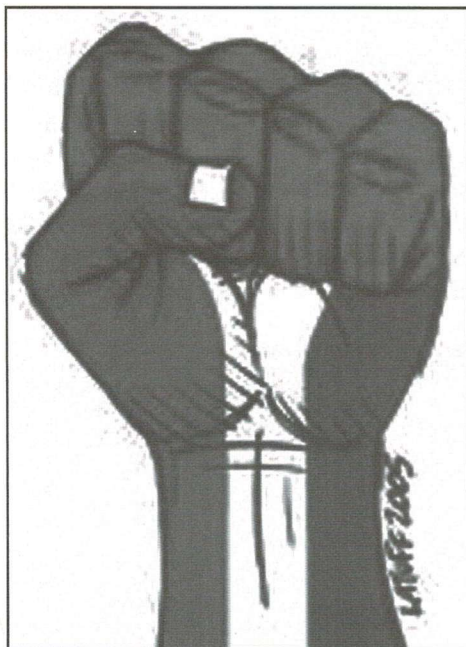
Terceiro: a essência e o conteúdo dessa revolução, essa intifada. É a revolução de pão, porque as pessoas têm fome? Ou é uma revolução para alcançar justiça e igualdade social? Ou é uma revolução por liberdade e democracia? Ou uma revolução por razões políticas? Ela tem algo a ver com a política externa do regime e a postura do Egito na região, a ummah, e o mundo? Ouvimos muitas explicações e análises. Todo mundo está tentando levar as coisas numa certa direção.

Os amigos de Israel e dos EUA – intelectuais, líderes políticos e a mídia com ligação íntima com esses países – querem convencer o mundo de que o que está acontecendo no Egito é apenas uma revolução por pão, uma revolução dos famintos. A verdade, no entanto, é contada a todo o mundo pelos manifestantes egípcios na Praça da Libertação.

Está expressa por suas palavras de ordem, por seu sangue, seus sorrisos, por sua braveza e por suas decisões... Isso significa que estamos testemunhando uma revolução completa em sua essência, em suas partes fundamentais. É uma revolução dos pobres. É uma revolução dos que amam a liberdade, dos seguidores da liberdade. É uma revolução daqueles que se negam a serem humilhados e insulta-

dos porque sua nação tem se sujeitado e cedido suas vontades aos EUA e à Israel.

É uma revolução humana, política e social. É uma revolução contra tudo – corrupção, opressão, fome, delapidação dos recursos do país, e a política do regime no conflito árabe-israelense.



Egito: Reforço na luta pela libertação da Palestina?

Quarto: é uma obrigação solidarizar-se com a revolução popular do Egito. É uma revolução nobre, que não foi manchada, mesmo com todas as acusações feitas sobre ela.

Uma das piores acusações, feitas por certas figuras do nosso mundo árabe, que temos ouvido desde o início – também ouvimos isso durante a revolução tunisiana – é que essa revolução é fabricada pela administração dos Estados Unidos – o serviço de inteligência americana, o Pentágono e o departamento de estado estadunidense; que os americanos são os que estão por trás do movimento popular, levando o povo a protestar e coordenando com a juventude, o movimento; que os estadunidenses são os que estão conduzindo e controlando essa revolução.

Nesse dia de solidariedade, devemos dizer que essa acusação é uma grande injustiça. Nenhum árabe ou muçulmano ou qualquer ser humano livre, em qualquer canto desse mundo, pode pensar isso sobre a juventude tunisiana ou egípcia; qualquer um que faça isso, está cometendo uma grande injustiça. É uma maneira injusta falar, um insulto para as mentes e desejos dessa juventude e desse povo – para sua consciência, sua cultura e sua compreensão.

Irmãos e Irmãs! Quem entre nós pode acreditar que os Estados Unidos estão tentando derrubar um regime que providencia todos os seus serviços e que trabalha fielmente para proteger seus interesses e projetos na região? Alguém pode acreditar que os estadunidenses estão por trás dos protestos? É absolutamente ilógico e irracional...

Sim, os estadunidenses estão tentando surfar na onda. Estão tentando tirar vantagem da revolução. Estão tentando travar e absorver essa revolução. Estão tentando embelezar sua feia imagem em nosso mundo árabe e islâmico, e estão tentando apresentar-se como os defensores do povo, de seus direitos, vontades e liberdades, depois de décadas de absoluto apoio para a pior das ditaduras já vistas em nossa região. Esse é o maior perigo contra o qual nossas pessoas em revolta, nossos movimentos de resistência devem estar conscientes e atentos.

Irmãos e irmãs... A administração dos Estados Unidos tem realizado muitos estudos e pesquisas de opinião em nossa região, especialmente no mundo árabe e islâmico. Isto quer dizer: o que apontam suas opiniões?

O que pensa o povo? O que aceitam? O que rejeitam? E quais suas perspectivas? Os resultados foram bastante claros...

Eles publicam em jornais e revistas – especialmente aqueles especializados em assuntos estratégicos – e fóruns e conferências... todos os estudos e pesquisa de opinião chegaram às seguintes conclusões:

A esmagadora maioria de novo povo árabe e islâmico está contra as políticas dos Estados Unidos. Rejeitam-nas. Isso não significa que são inimigos do povo estadunidense. Talvez daqui a algum tempo a gente descubra que a maioria do povo estadunidense é um povo pobre que não sabe o que está se passando no mundo e que seus interesses e prioridades são totalmente diferentes. A maioria esmagadora da população de nosso mundo árabe e islâmico rejeita as políticas dos Estados Unidos por razões óbvias: o absoluto apoio à Istael e suas guerras desde a criação da Entidade Sionista na Guerra de Gaza em 2008 (também vimos isso na guerra do Líbano em 2006); o absoluto apoio estadunidense a ditadores corruptos, aliados dos Estados Unidos na região; as próprias guerras estadunidenses e crimes no Iraque, Afeganistão, Paquistão e outros lugares no mundo árabe e islâmico; a divulgação de mentiras por parte dos Estados Unidos e o fato de existir dois pesos e duas



medidas em tudo, quando se trata de direitos humanos, liberdades e democracia.

Esses estudos e pesquisa de opinião estadunidenses também revelaram que há grandes mudanças nos negócios na região. Foi o que Hillary Clinton insinuou há poucas semanas atrás. Os estadunidenses tiveram certeza de que os regimes que são seus aliados e colaboram com Israel estão contra a vontade do povo quando se trata da relação política com Israel e os EUA e, por isso, sabem que não serão capazes de suportar a pressão popular por muito tempo.

O povo já está farto desse status quo. As pesquisas e estudos mostraram também que esses regimes, seus líderes, suas figuras, não têm nenhuma popularidade, respeito e estima entre as pessoas; ao mesmo tempo, as pesquisas mostraram que outras figuras, outros líderes ocupam os primeiros, segundos e terceiros lugares por causa de suas posturas em relação à questão palestina e à política dos EUA. Então, a administração americana expressou sua inquietação.

Isso não significa que a administração estadunidense está trabalhando para derrubar o regime que o serve. No entanto, ele está se preparando para o que pode acontecer: eles aprenderam que se o povo que está nas

O Movimento no Egito

Samir Amin*

revoltas e está tentando expressar sua rejeição ao regime em cada país, a melhor saída é ficar no meio do caminho; eles aprenderam com a sua experiência no enfrentamento da revolução no Irã bem com de todas as suas experiências anteriores que eles não deveriam apoiar a repressão e o enfrentamento sangrento, porque como sabem, o resultado de confrontos sangrentos com o povo poderia ser catastrófico para eles próprios e para seus aliados, seus agentes, e seus novos e antigos funcionários. É por isso que, agora, mantêm-se em cima do muro. Estão tentando apresentar-se como alternativa – como os defensores do povo e de suas escolhas – e tentando garantir um tipo de transição de poder, autoridade e liderança que possa preservar suas relações e alianças e os projetos e interesses dos EUA...

E agora, Obama?

O que preocupa o regime dos EUA na região são seus próprios interesses e os de Israel. Não importa, de fato, quem está no poder. Eles podem abandonar qualquer um que esteja no poder a qualquer momento. Mais precisamente, não importa quem está no poder – se quem está no poder é ou não Islâmico não importa para os EUA. Ninguém lá liga para isso. Os estadunidenses não vetam ninguém baseando-se no fato de se é muçulmano, participa de algum movimento islâmico, se é de esquerda, de direita, nacionalista, secularista, um padre, um sheik, um patriarca ou um bispo. Não, isso não os preocupa. Os EUA não estão preocupados com uma posição ideológica de um líder. O que é mais importante é isso: Esse regime, esse líder, está comprometido com os interesses dos EUA e de Israel? Se a resposta for sim, sem problemas, independente da postura ideológica do líder e do regime

Egito é a pedra angular do plano norte-americano para controlar o planeta. Washington não vai tolerar nenhuma tentativa do Egito de por fim à sua total submissão aos interesses imperiais algo que Israel também precisa para seguir colonizando o que resta da Palestina. Este é o objetivo excluyente de Washington em seu “envolvimento” para impulsionar uma “transição suave” no Egito. Em vista dessa situação, os EUA poderiam considerar que Mubarak deveria renunciar. O recém designado vice-presidente, Omar Suleimán, chefe da inteligência militar ficaria a cargo. Mas o exército foi muito cuidadoso em não ser identificado com a repressão, preservando sua imagem ante a sociedade.

Aí aparece então El Baradei. Ele é mais conhecido fora do que dentro do Egito, mas poderia se corrigir esse defeito rapidamente. El Baradei é um “liberal”, sem idéias sobre o manejo da economia e por isso, não pode compreender que é precisamente isso o que produziu a devastação atual do Egito. É um democrata no sentido de que quer “eleições genuínas” e o respeito à lei (por exemplo, parar as prisões e as torturas), mas nada mais.

Não é possível que El Baradei possa ser um aliado na transição. Tampouco o exército e as agências de Inteligência estão dispostos a abandonar a posição dominante de que desfrutaram no comando da sociedade. Baradei aceitará isso?

No caso de “êxito” e “eleições”, a Irmandade Muçulmana será a principal força parlamentar. Ao que parece, os EUA veriam com satisfação este resultado porque caracterizam a Irmandade como “moderada”, dócil, disposta a aceitar a submissão do país à estratégia americana, deixando, além do mais, que Israel continue com a ocupação da Palestina. A irmandade Muçulmana está também a favor da economia de mercado existente, que faz do Egito um país totalmente dependente do exterior. Esses são, de fato, os sócios e aliados principais da burguesia “compradora” aliada de mil modos ao imperialismo. Não é um dado menor que a Irmandade Muçulmana se manifestou contra as greves operárias e das lutas dos camponeses pela propriedade da terra.

O Plano dos Estados Unidos para Egito é similar ao modelo paquistanês: uma combinação de “Islã político” mais Inteligência Militar. A Irmandade Muçulmana poderia compensar seu apoio a estas políticas sendo precisamente “não-moderada” em sua conduta até outras confissões. Mas, um sistema deste tipo poderia ser identificado com uma democracia?

O movimento atual tem como seus componentes fundamentais a juventude urbana, com estudos e diplomas mas sem trabalho, apoiada pelos segmentos de classe mais educados, democratas. O novo regime poderia talvez fazer algumas concessões – por exemplo, garantir seu recrutamento para servir aos aparatos estatais – mas dificilmente será mais que isso.

É claro que as coisas poderiam mudar se a classe operária e os movimentos camponeses entram em cena. Mas, por agora, tal coisa não parece estar na agenda. É claro que na medida em que o sistema econômico seja manejado de acordo com as regras da “globalização neoliberal”, nenhum dos problemas que deram origem ao movimento atual de protesto contra Mubarak poderão ser realmente solucionados.

* Economista egípcio. Professor na Universidade de Paris y no Centro de Investigações Africanas e Árabes do Cairo.

“Bem-vindo à revolução”

Pedro Fuentes

Secretaria de Relações Internacionais PSOL

Tive a sorte de poder passar quatro dias em Túnis, a cidade onde se iniciou a revolução árabe, enviado pelo PSOL; sem dúvida, uma experiência inesquecível, talvez a mais intensa e rica que vivi, maior que a queda da ditadura na Argentina ou o Cordobazo no mesmo país. Cheguei no domingo, e cedo, na manhã seguinte, me encontrei com Jabel, um revolucionário que passou uma década no exílio e várias mais militando na clandestinidade. Ele é dirigente da Liga de Esquerda Operária, integrante do Movimento 14 de Janeiro. Quando apareceu no lobby do hotel, entre tímido e respeitoso eu o estendi a mão; ele a tomou com um gesto emotivo para dar-me um forte abraço e me dizer “camarada, seja bem-vindo à revolução”.

Desde a minha chegada ao aeroporto já estava sentindo a revolução. Quando saí do setor de imigração, me deparei com o setor de desembarque cheio de manifestantes. Não vieram saudar um time de futebol ou algum artista famoso, como seria comum em manifestações nos aeroportos. Estavam lá para receber vários defensores de direitos humanos, entre eles um jornalista que havia sido deportado em 2008 por seu programa de defesa de direitos humanos. Eram várias dezenas de famílias com cartazes e com crianças na primeira fileira, segurando bandeiras, habitantes de uma cidade do interior da Tunísia. Quando apareceram na porta do hall, ele irrompeu de gritos e júbilo. Ali tive a primeira sensação de que era uma revolução que havia sacudido todos os cantos do país. Essa impressão continuou quando peguei um táxi para procurar um hotel. O taxista me perguntou por que eu havia vindo e como me apresentei como jornalista e socialista brasileiro, ele disse que me levaria a um hotel bom e barato na Av. Burguiba, o centro das mobilizações, onde eu poderia trabalhar comodamente. Me co-

braria os três euros da viagem se o hotel estivesse em condições para que pudesse fazer meu trabalho, se não, continuaria comigo até que encontrasse um alojamento adequado sem me cobrar um euro. Fez questão de ir por uma avenida para mostrar como havia ficado a sede principal do partido de Ben Alí, um prédio monumental localizado no meio de um grande terreno, no estilo dos ministérios de Brasília, que teve uma parede e um grande portão derrubados pelos manifestantes. Assim, a revolução tunisiana começou a me receber antes de eu me encontrar com Jabel.

A simpatia com a América Latina

O diálogo com Jabel foi imediatamente fluido. Ele estava interessadíssimo em iniciar contato com revolucionários latino-americanos. Não só por que admirava Che Guevara; ele havia acompanhado os processos de queda das ditaduras da Argentina e do Brasil nos anos 1980 e, mais recentemente, os processos bolivarianos. Nos dias seguintes, entendi melhor seu interesse pela América Latina que é parte de um sentimento generalizado presente na revolução árabe. O povo simpatiza com Evo e Chávez pelas posições assumidas com relação à causa palestina, questão muito presente na revolução. Enquanto também observa o Brasil com simpatia, por que o sentimento de nação que surge com a revolução, de ruptura com o imperialismo europeu e norte-americano, que os dominaram política e economicamente, os leva também a observar com uma perspectiva econômica a atual ascensão do Brasil como exemplo do que poderia ser seu próprio desenvolvimento.

Jabel contou que a revolução tinha um caráter **29**



nacional e que todo o povo havia participado. Destacou, dentro disso, o papel dos trabalhadores. Explicou como os professores, que possuem um sindicato nacional, haviam cumprido um papel importante nas tarefas e na extensão da revolução. Ele havia estado no sábado, em uma cidade do interior na qual havia assistido a uma manifestação popular que reuniu mais de 10 mil pessoas. Nela, como em toda Túnisia, existem edifícios públicos ocupados por jovens e trabalhadores, especialmente as sedes confortáveis do partido de Ben Alí.

O povo na ofensiva

Em sua primeira fala, foi pouco entusiasta com a frente de partidos do movimento 14 de Janeiro que sua Liga integra. Com razão, ele falou que alguns grupos como os nasseristas e os socialistas pan-árabes são somente figuras públicas com um número pequeno de pessoas. Contudo, salienta que o Movimento 14 de Fevereiro é uma perspectiva real, um lugar no qual deve-se estar para ser

parte do processo. No sábado anterior a minha chegada, havia sido realizado um ato do movimento. O local havia sido previsto para duas mil pessoas, mas se aglomeraram mais de oito mil, mais uma constatação da situação revolucionária em que se vive.

Trocamos opiniões sobre o que a revolução havia conquistado e as perspectivas que a Assembleia Constituinte tinha. É muito fácil perceber que todo o povo se sente orgulhoso e participou da derrubada de Ben Alí e a vê como um grande triunfo. "Tiramos o presidente ladrão que havia roubado meio país", nos dizia orgulhosa uma tunisiana. Agora, se olhar só pelas mudanças ocorridas para o regime, poderia dizer que a mudança foi muito parcial, já que até agora o governo atual de Ganuchi mantém a polícia que foi a coluna vertebral do velho regime, o Exército e muitos personagens do mesmo. Deste ponto de vista, seria necessário mediar o que foi esse triunfo.

Mas, esse novo governo está na defensiva e as mudanças de conquistas democráticas são já irreversíveis. A situação revolucionária não se fe-

chou. A relação de forças depois da derrubada de Ben Alí é totalmente favorável ao povo. Isso se vive nas ruas, que estão nas mãos do povo. A polícia e o Exército estão em alguns lugares escondidos defendendo Ministérios, estão encurralados e protegidos por vales e arame farpado, enquanto o povo se manifesta todos os dias sem nenhum medo ao seu lado. Agora, está nas ruas por reivindicações econômicas. Há muitas greves operárias e mobilizações permanentes na Av. Burguiba da juventude desempregada. O povo se sente triunfante por ter derrubado Ben Alí e seus quarenta ladrões.

Ghanouchi se mantém por que prometeu eleições em seis meses e começou a dar legalidade aos partidos políticos opositores. Trinta e um partidos já se apresentaram e só são necessárias algumas assinaturas e formalidades para que sejam reconhecidos. Entre eles está o Partido Comunista Operário da Tunísia que também participa do Movimento 14 de Fevereiro e tem origem na tradição albanesa. Diferente do Partido Comunista "oficial", que não enfrentava a ditadura e que participa, com ministros, desde o primeiro governo formado por Ben Alí, o PCOT tem uma longa trajetória de luta contra a ditadura. O dirigente Mohamed contou para mim com orgulho que, durante 20 anos, mantiveram sua imprensa clandestina regularmente e que tem grande interesse de manter relações com os socialistas brasileiros.

Tarefas concretas de solidariedade

Das conversas surgiu a proposta de uma grande reunião internacional de solidariedade com a revolução árabe convocada pelo Movimento 14 de Fevereiro; uma reunião ampla para apoiar o programa dessa organização que inclui, entre outros pontos, uma Assembleia Constituinte. Demonstramos nosso interesse em uma ação desse tipo que, seguramente, convocaria muitas correntes socialistas e democráticas antiimperialistas do mundo.

Na terça-feira, participei de uma reunião com a direção da Liga de Esquerda Operária. Além de Jabel, participaram quatro militantes, todos dirigentes sindicais do sindicato de correios e telecomunicações, dos professores e dos trabalhadores da justiça.

Logo após as apresentações, conversamos sobre a conjuntura e as possibilidades que foram abertas com ela. Uma nova crise revolucionária que acabe com o governo de Ghanouchi e imponha a Assembleia Constituinte ou a realização de novas eleições daqui a seis meses. Evidentemente, a Liga está empurrando com todas as forças pela primeira saída, mas eles mesmos sabem que a segunda não pode ser descartada. Seja qual forem as perspectivas, a Liga está decidida a formar um novo partido amplo com todos os novos ativistas e militantes que conheceram no curso da revolução. Um novo partido anticapitalista no estilo do PSOL. Um dos companheiros colocou as coisas de forma muito precisa no sentido de manter uma colaboração com o PSOL, para que ajude nesta tarefa. Sem pensar duas vezes, oferecemos toda nossa colaboração para esta tarefa que apresentaram. A conclusão prática foi a organização de um giro de uma semana de um de seus dirigentes no Brasil para difundir a revolução árabe e para poder obter fundos para abrir sedes e levar adiante a construção de um novo partido.

O povo da Tunísia deu muito de si para fazer essa revolução árabe. Já deixou mais de duzentos mortos. O povo brasileiro tem que reconhecer e apoiar essa grande obra que, sem dúvidas, vai mudar o mundo em que vivemos.



Os trabalhadores têm um papel político e social destacado na revolução

Fizemos esta entrevista telefônica com Amami, uma semana antes de programar a sua vinda a nosso país que será na primeira semana de abril. A Fundação Lauro Campos e o PSOL o convidaram para um giro por algumas cidades de nosso país, para divulgar a revolução Tunisiana e buscar solidariedade com a mesma e suas organizações de esquerda.

Amami nos falou primeiramente como iniciou sua atividade política.

Comecei sendo estudante de colégio secundarista, com 15 anos em 1975, quando o país era governado por Bourguiba, também um governo autocrático que já havia perdido a popularidade alcançada com a independência. Me incorporei à organização do sindicato estudantil e pelas reivindicações dos estudantes. O fato mais significativo de minha atividade estudantil foi o apoio à greve geral dos trabalhadores de 1978. A juventude da Tunísia estava sob influência da onda revolucionária do maio francês. Nós, estudantes, tivemos apoio ativo em uma greve geral dos trabalhadores em 1978 contra o governo de Bourguiba, que também era um governo autocrático.

No começo dos anos 80, com outros camaradas, fundamos a Liga Comunista Revolucionária, que aderiu à Quarta Internacional. Durante todo um período, nós fizemos uma atividade intensa de esquerda, editamos um jornal, fazíamos nossos congressos e manifestações e panfletos para difundir nossa luta política. Fomos duas vezes golpeados pelo governo, detidos pela polícia política. Tivemos quarenta prisioneiros de nossa organização na cidade de Túnis e em outras cidades no interior onde tínhamos militantes. Muitas de nossas casas foram invadidas e tivemos camaradas presos por sete anos.

Pedro Fuentes

Secretaria de Relações Internacionais PSOL



Depois de ser estudante, me converti em um desempregado que fazia trabalhos eventuais por conta própria, até que em 90 entrei para os correios. Me filiei ao sindicato e, em pouco tempo, fui secretário-geral do sindicato de base. Em 1990, tivemos uma luta ativa contra a invasão das tropas do EUA no Iraque. A partir de 2001, passei a ser parte da Federação. Nesta época, nós tivemos que lutar contra a privatização dos Correios e a separação da Telecom que fazia parte da mesma empresa e foram separadas para poder fazer passar a privatização. Enfrentamos a reestruturação e as privatizações e nosso sindicato fez muitas lutas nesse período.

O Papel dos trabalhadores na Revolução

O movimento dos trabalhadores na cidade de Túnis e em todo o país esteve desde os primeiros dias contra o governo. Túnis tem uma organização sindical importante, tem mais 600 mil trabalhadores filiados a sindicatos de base e tem a UGTT que é uma cen-

tral unitária. Há aproximadamente, dez mil responsáveis sindicais em todo o país. Existem diferentes estruturas, a cúpula sindical e as estruturas médias de base e regional em todo o país. A mesma UGTT teve que se somar aos protestos sociais e à greve geral que provocou um giro à situação revolucionária e provocou a queda de Ben Alí. Em todas as manifestações populares, os desempregados e os trabalhadores estiveram à frente.

Conseguimos terminar com o governo de Ben Alí e essa mobilização continua agora contra a política do governo que pretende fazer novos instrumentos para contornar a revolução e frear os setores progressistas. Nós, trabalhadores somos a força política e social mais forte depois da queda do regime e a estrutura mais forte e seguimos organizando numerosas mobilizações pelas reivindicações econômicas, também de desempregados.

As expectativas de solidariedade internacional

Em Túnis, depois da queda de Ben Alí, estamos diante de uma nova situação. Aqui, a luta pelas reivindicações dos trabalhadores continua, e também a luta política. Foram convocadas eleições para a Assembléia Constituinte e nós não queremos que sejam os partidos dos empresários os partidos vinculados ao regime os que participem. A esquerda anti-capitalista, os setores democráticos conseqüentes que surgiram da revolução têm que disputar a luta pelo poder político. A solidariedade da esquerda latino-americana com a esquerda tunisiana será, para nós, muito importante. Por um lado, a conexão e a solidariedade já que estamos frente a enfretamentos ao mesmo imperialismo, em particular, no nosso caso, o francês e o norte-americano. Nós sabemos que a esquerda tem sua tradição internacionalista e nós queremos procurar manter relações com os revolucionários da América Latina, com

seu partido, com os sindicatos. Queremos compartilhar experiências, já que vocês jogaram um papel importante, pois derrubaram ditaduras. Em relação a nossa organização política, queremos fazer uma relação estreita para tentar construir em Túnis uma força política popular revolucionária que participe em todos os processos e das eleições para a Constituinte. A revolução é permanente e a classe burguesa quer procurar um instrumento para ir ao poder, e nós com o povo e os trabalhadores, temos que fazer um movimento unido, um verdadeiro movimento anti-capitalista, para concorrer na luta pelo poder e para lutar por democracia e enfrentar o projeto capitalista. Temos que enfrentar a política econômica e social e a política da burguesia, defender a saúde, os serviços públicos, a luta dos desocupados.

Há uma importante semelhança entre nossos países, porque nós revolucionários latino-americanos e tunisianos fazemos parte do terceiro mundo. Somos países do sul governados pelo imperialismo e o capitalismo local associado, seja na região árabe ou na América Latina e necessitamos de uma verdadeira independência para garantir que nossas riquezas sejam nossas, e estamos unidos pela independência política e econômica de nossos povos.

Por isso, é muito importante construir esta solidariedade com as forças revolucionárias e progressistas de todo o mundo e em especial com a esquerda latino-americana.



Apoio à revolução líbia! Fora Kadaffi!

As ondas de choque das revoluções egípcias e tunisianas continua a espalhar-se pelo mundo árabe e para além dele. Durante estes dias, é a Líbia que está no centro do turbilhão revolucionário. Os acontecimentos evoluem a cada dia, a cada hora, mas hoje tudo depende da mobilização extraordinária do povo líbio. Centenas de milhares de líbios ergueram-se para atacar a ditadura de Kadaffi, muitas vezes, apenas com a força das suas mãos desarmadas. Cidades e regiões inteiras caíram nas mãos das populações insurgentes. A resposta da ditadura foi impiedosa: repressão sem piedade, massacres, bombardeamento das populações com armamento pesado e ataques aéreos. Hoje, há uma luta até à morte entre o povo e a ditadura. Uma das características da revolução líbia, comparada às da Tunísia e do Egito, é a fragmentação do aparelho policial e militar. Há confrontações dentro do próprio exército, uma divisão territorial, que e opõe as regiões e cidades controladas pelos insurgentes à área de Trípoli, onde está a base da força militar da ditadura. A ditadura líbia representa as profundas injustiças sociais e a ausência de direitos democráticos, além da repressão e dos ataques aos direitos e liberdades elementares do povo e por isso, ela tem de ser vencida.

A revolução líbia é parte dum processo que abarca o mundo árabe no seu conjunto e vai para além dele, no Irã e na China. Os processos revolucionários na Tunísia e no Egito estão se radicalizando. Na Tunísia, os governos caem um após o outro. A juventude e os trabalhadores estão a levar mais longe os seus movimentos. Todas as formas de continuidade do regime estão sendo postas em causa. A reivindicação de uma assembleia constituinte, oposta a todas as operações de salvamento do regime, se fortalece. Em ambos os países, Tunísia e Egito, o movimento dos trabalhadores reorganiza-se no lume da vaga de greves pela satisfação de necessidades sociais vitais. Este ascenso revolucionário tem formas particulares e distintas consoante os países: confrontos violentos no Iémen e Bahrein, manifestações na Jordânia, Marrocos e Argélia. O Irã apresenta, novamente, uma explosão das lutas e das manifestações contra o regime de Ahmadinejad e pela democracia.

É neste contexto que a situação na Líbia adquire uma importância estratégica. Este novo ascenso já traz consigo mudanças históricas, mas o seu desenvolvimento pode depender da batalha da Líbia. Se Kadaffi tomar de novo o controle da situação, com milhares de mortes, o processo poderia se abrandar, ser contido ou mesmo bloqueado. Se Kadaffi for derrubado, o movimento será por consequência estimulado e amplificado. Por esta razão, todas as classes dominantes, todos os governos e todos os regimes

reacionários no mundo árabe estão mais ou menos apoiando a ditadura líbia.

É também neste contexto que o imperialismo norte-americano, a União Européia e a OTAN estão tentando em manobras para controlar este processo. Apesar dos discursos de uns e outros, as revoluções em curso enfraquecem as posições dos imperialismos ocidentais. Por isso, como sempre, o imperialismo usa o pretexto da “situação de caos”, como lhe chama, ou da “catástrofe humanitária” para preparar uma intervenção e voltar a controlar a situação. Que ninguém se engane sobre os objetivos das potências da OTAN: elas querem confiscar as revoluções em marcha aos povos da região e tirar vantagem da situação para ocupar novas posições, nomeadamente no controle de regiões petrolíferas. Por esta razão, é fundamental rejeitar qualquer intervenção militar do imperialismo norte-americano. É o povo líbio, que começou este trabalho, que o deve agora terminar com o apoio dos povos da região e todas as forças progressistas à escala internacional devem contribuir, através da sua solidariedade e apoio.

Deste ponto de vista, estamos em total desacordo com as tomadas de posição de Hugo Chávez, Daniel Ortega e Fidel Castro. Fidel Castro denunciou o risco duma intervenção do imperialismo norte-americano em vez de apoiar a luta do povo líbio. Quanto a Chávez, reiterou o seu apoio ao ditador Kadaffi. Estas tomadas de posição são inaceitáveis para as forças revolucionárias, progressistas e antiimperialistas do mundo inteiro. Não nos opomos ao imperialismo apoiando os ditadores que massacram os seus povos, porque isso é reforçá-lo. A tarefa fundamental do movimento revolucionário, à escala internacional, é defender estas revoluções e de se opor ao imperialismo, apoiando as revoluções em vez dos ditadores.

Estamos ao lado do povo líbio e das revoluções árabes em marcha. A nossa solidariedade incondicional deve exprimir-se pelos direitos cívicos, democráticos e sociais que emergem nesta revolução. Uma das prioridades consiste em apoiar todas as ajudas ao povo líbio – ajudas médicas vindas da Tunísia e do Egito, ajuda alimentar necessária –, a exigir a rescisão de todos os contratos comerciais com a Líbia e o fim de todo o fornecimento de armas. É preciso impedir o massacre do povo líbio.

Solidariedade com as revoluções árabes!
Apoio ao povo líbio!
Não à intervenção imperialista na Líbia!



As tarefas dos socialistas frente à Revolução Árabe

Nenhuma intervenção imperialista!

Armas para o povo rebelde líbio para derrotar Kadaffi!

Silvia Santos

Executiva Nacional do PSOL/Coordenação da CST

A Revolução Árabe comove o mundo. Depois da Tunísia e do Egito, cujos povos derrubaram aos ditadores Ben Ali e Mubarak, agora é a vez do povo líbio que se levantou contra Muamar Kadaffi. As forças do imperialismo intervêm militarmente em nome da luta “contra Kadaffi, mas seu objetivo é impedir um novo triunfo revolucionário no país e na região. O processo revolucionário não pára: na Tunísia o Primeiro Ministro, Ghanouchi, foi derrubado e o governo interino comprometeu-se a convocar uma Assembléia Constituinte em julho. De acordo com um militante da Liga de Esquerda, na perspectiva “... da nova tarefa estratégica do movimento revolucionário... **UM GOVERNO POPULAR, DEMOCRÁTICO, ANTIIMPERIALISTA, UM GOVERNO DO POVO POBRE E DOS TRABALHADORES...**”.

No Egito, as mobilizações e as greves obrigaram a renúncia do gabinete e a troca do Primeiro Ministro e acabaram com a odiada polícia secreta do regime. Esses passos significam poderosos triunfos democráticos do povo em luta. O imperialismo, que perdeu importantíssimos aliados nessa convulsão da região, procura negociar com líderes burgueses e os conciliadores, para impedir que os processos revolucionários avancem.

Na Líbia, o cruel tirano Kadaffi resiste à força, de bombas, destruição e morte, numa contraofensiva que busca derrotar a insurreição e recuperar cidades conquistadas pelos rebeldes.

Neste país, depois de falar e ameaçar, a coalizão imperialista, que diz apoiar o povo líbio, decidiu intervir, mas uma vez que Kadaffi havia colocado a rebelião na defensiva. Na Líbia, acontece, hoje, o confronto central entre a contra revolução e a revolução. Tanto o imperialismo, quanto seu laçao Kadaffi, em que pese aparecerem formalmente se enfrentando, têm o mesmo objetivo: derrotar o levante popular.

O imperialismo precisa derrotar ao levante líbio para buscar um ponto de apoio que lhe possibilite recuperar estabilidade nos países do norte da África, tudo para prosseguir com o saque do petróleo e das riquezas dos países da área. Kadaffi, para manter seus exorbitantes

privilégios à custa da corrupção, da entrega, da repressão e da exploração de seu povo. Os dois têm muito a perder caso triunfasse a rebelião popular.

Por essa razão, buscar todas as formas de rechaçar a intervenção imperialista e apoiar o heróico povo líbio que resiste é a tarefa primordial dos revolucionários e dos socialistas no mundo inteiro. Esta é a tradição do socialismo e do marxismo revolucionário: acompanhar os processos da luta de classes mundial, localizando as tarefas e o programa que possam ajudar a avançar a luta. Assim o fizeram Marx, Lênin, Trotsky a vida inteira: seguiam com paixão o que acontecia no mundo, e lutavam por um programa correto que precisasse e ajudasse nas tarefas centrais da revolução. Ainda que hoje nos resulte difícil, e não tenhamos dirigentes dessa estatura, é preciso empreender o esforço de responder corretamente a este desafio.

Nesse marco, rechaçamos o apoio ao sanguinário ditador Kadaffi por parte de lideranças que se consideram antiimperialistas e mesmo socialistas, como Fidel Castro e os presidentes Chávez e o nicaraguense Daniel Ortega. Suas declarações e propostas, se refletidas sob o histórico de Kadaffi que enfrentou, no passado, às grandes potências, criam perplexidade e uma grande confusão em honestos lutadores que viam, naqueles, referências de luta contra o imperialismo. O objetivo deste texto é colocar nossa visão sobre a revolução em curso no norte da África, contemplando seus diferentes momentos. Pretendemos igualmente apresentar nossas propostas frente às perspectivas, centrando na Líbia, no intuito de colaborar com a imensa tarefa que nos coloca essa convulsão que se espalha pelo mundo árabe e além dele. Ao final, são revoluções, que no século XXI, abrem caminho para a revolução anticapitalista e socialista.

A crise de dominação do imperialismo se agrava

Somente no marco da situação mundial é possível entender o processo revolucionário aberto no norte de África. Os Estados Unidos atravessam a pior etapa de

sua decadência. Existe uma profunda unidade entre esse processo, a derrota militar dos EUA no Iraque, o pântano que se tornou a intervenção no Afeganistão e a impossibilidade de derrotar as massas palestinas. Se a isso somamos a crise econômica, que não conseguem superar, pois existe uma luta tenaz do movimento de massas mundial contra os planos de austeridade, teremos o quadro que explica a brutal crise da hegemonia imperialista. Isso não significa que tenha surgido outro poder hegemônico. Mas o determinante é que esse marco possibilita que eclodam processos revolucionários. Concretamente, o movimento de massas mundial e a Revolução Árabe em particular enfrentam um imperialismo enfraquecido (não menos agressivo), o que possibilita avançar nas lutas antiimperialistas e anticapitalistas.

A perda de Mubarak ou Ben Ali, firmes aliados dos EUA, significou um duro golpe à enfraquecida dominação imperialista. Por sua vez, na Líbia, Kadaffi deixou de servir aos interesses imperiais, uma vez que ao invés de conter o movimento de massas, o estimulou com sua brutalidade repressiva.

O imperialismo procura desesperadamente achar quem poderá cumprir o papel dos ditadores e que seja capaz de desviar, frear e derrotar o ascenso revolucionário do movimento de massas, preservando assim seus interesses econômicos e geopolíticos.

O caráter das revoluções em curso: “as reivindicações sociais estão no coração dessas insurreições”.

Existe um importante debate no seio da esquerda e no próprio PSOL sobre a perspectiva e a política para o processo revolucionário. As mobilizações de massas que derrubaram Mubarak e Ben Ali expressam que a única reivindicação do movimento é a conquista das liberdades democráticas e, inevitavelmente, se detém uma vez alcançadas? A dinâmica desta luta é a de chegar até conseguir a Assembléia Constituinte, para, dessa forma, conquistar a independência política nacional, nos moldes da experiência venezuelana, estando impossibilitada de ir além? Acreditamos que não. Concordamos que a derrubada de uma ditadura é uma tarefa democrática, como também o é a independência do imperialismo ou a reforma agrária. São tarefas democráticas antiimperialistas. Mas, devemos considerar que, o motor da revolução nos países do norte de África não é somente a falta de liberdade, o movimento não luta somente para ter direito ao voto. Sua luta é também um grito de guerra contra o desemprego, a pobreza, pelo “pão”, enfim, contra todas as consequências da



brutal crise econômica que castiga o povo trabalhador e, sobretudo, a sua juventude.

Também, não podemos falar simplesmente de uma revolução democrática, sem analisar que está enfrentando um inimigo capitalista e imperialista (Mubarak, Kadaffi, EUA, Israel, etc.) e não um inimigo feudal. Por isso, é objetivamente anticapitalista. Como diz o Manifesto das 28 organizações presentes no Congresso do NPA: “Estas revoluções não só abrem caminho para demandas democráticas que acabam com as ditaduras, como também ao questionamento dos sistemas econômicos capitalistas que são as causas de tanta injustiça. As reivindicações sociais estão no coração destas insurreições”.

No caso da Líbia, “Abaixo Kadaffi!” unificou o povo insurrecto atrás desta palavra de ordem revolucionária e democrática. Mas, o objetivo de acabar com o ditador, abre a possibilidade de organização e luta para recuperar, para o povo líbio, o petróleo e outras riquezas, levadas hoje pelas multinacionais. Também, para expropriar a corrupta burguesia ligada aos negócios com o imperialismo e ao saque do Estado, encabeçado pelo próprio Kadaffi e sua família, passos necessários para acabar com a fome e o desemprego. Esse processo é o que abre objetivamente uma dinâmica socialista, pois uma revolução não precisa agitar a bandeira do socialismo para sê-lo. A própria revolução russa se fez pelo PÃO, A PAZ E A TERRA.

A experiência histórica demonstrou que uma vez derrotada a ditadura, esta dinâmica separará o joio do trigo. A grande frente unitária de caráter heterogêneo e policlassista que se forma para derrotar o ditador tende a se dividir. Os setores vinculados à burguesia, à pequena burguesia mais acomodada, às forças armadas, assim como as correntes políticas reformistas e conciliadoras, tentarão fazer que a revolução pare por

ai. Por exemplo, no Egito, o Exército em nome da “solidariedade”, exortou aos trabalhadores a acabar com as greves, após muitos empregados terem sido encorajados pelos protestos que derrubaram o ditador Hosni Mubarak a demandar melhores salários. Na Tunísia, o novo governo provisional se comprometeu com a Assembléia Constituinte, o que é mais uma vitória do povo, mas a par, denunciou aqueles que “perturbam o desenvolvimento normal dos serviços públicos” e convocou a “renunciar às demandas parciais”, em um claro recado aos setores que continuam mobilizados na luta pelas conquistas sociais.



Mas a classe trabalhadora e os setores populares, assim como importantes setores da juventude, não arriscaram sua vida para conquistar unicamente o direito ao voto e à liberdade, objetivo primordial que estão em vias de conquistar. Eles querem mais!

Os trabalhadores são protagonistas do processo revolucionário

Na Tunísia e no Egito, tem sido importante a participação da classe trabalhadora. Os internacionalistas têm a tarefa de ajudar a superar as informações propositais de setores da mídia burguesa que falam da importância das redes, mas, querem ignorar o peso e o papel dos trabalhadores nesses processos revolucionários, precisamente porque estão empenhados em que não tenham nenhum papel. Enfatizamos a seguir trechos que extraímos da mídia independente, que merecem ser lidos com atenção e divulgados para combater às limitadas, e muitas vezes falsas, análises burguesas.

O site Rebellion.org de 10/02, a respeito da Tunísia publicou uma entrevista com Hama Hammami, secretário geral e porta voz do Partido Comunista dos Trabalhadores Tunisianos (PCOT), realizada por Myriam Martin e Coralie Wawrzniak do NPA. Nela, relata com detalhes o papel do movimento sindical na sua luta contra o regime e contra os dirigentes

sindicais governistas, esclarecendo que a luta não aconteceu somente em regiões de históricas insubordinações operárias, mas se estendeu a todo o país. Afirma: “Há uma consciência política nascida de uma acumulação de lutas nos últimos vinte anos. Por exemplo, a sede da UGTT na cidade de Redeyef é agora o palácio de governo”.

Nizar Amami, sindicalista, porta voz da liga da Esquerda Operária da Tunísia, ([Rebellion](http://Rebellion.org), 01-02-11 – Wassim Azreg – NPA) afirma que “[... a esquerda sindical, algumas federações e regionais da UGTT estão hoje no coração do processo revolucionário. Não por acaso são vários anos que foram convocadas greves sem o acordo do secretário geral... Desde o começo das manifestações a ação dos militantes sindicais das federações de professores, de alguns setores da saúde, dos setores de correios, se combinou à dos advogados e dos estudantes da União Geral dos Estudantes da Tunísia]”.

No Egito, relata o jornalista e blogueiro Hossam el-Hamalawy em 06/02, as greves com ocupações de fábrica, os protestos em Suez, nas cidades de Mahalla, Quesna e em Cairo, trabalhadores que exigem aumento salarial e a destituição do presidente da administração, entre outras muitas greves.

Também, informa o programa que defendem os trabalhadores do Metal e do Aço em Helwan, que partem da luta contra a ditadura, mas agrega reivindicações políticas e sociais. Entre elas, “o confisco da fortuna e das propriedades de todos os corruptos – a criação de sindicatos independentes e a preparação de conferências para eleger e formar suas organizações – a recuperação das empresas públicas, sua nacionalização e participação dos trabalhadores e técnicos na sua administração - formação de comitês para assessorar os trabalhadores nos locais de trabalho e supervisionar a produção, distribuição e os preços e salários – a convocação a uma assembléia constituinte de todas as classes populares e tendências para aprovar uma nova constituição e a eleição de conselhos populares sem aguardar as negociações com o regime atual”.

Desta forma, o peso e a tradição da classe operária com as suas reivindicações são a melhor garantia para que o processo revolucionário possa avançar.

Os objetivos imperialistas na conjuntura atual

Como não poderia ser de outra maneira, o imperialismo busca intervir neste processo revolucionário de diferentes formas. Os governos aliados, a quem sustentou durante décadas, caíram fruto da revolução. E

aqueles que resistem, como Kadaffi, fortaleceram a rebelião. Se atribuindo o papel de “custódio da democracia” de forma cínica, logo eles que a violentam ou ignoram quando convêm aos seus interesses, se colocaram formalmente contra os ditadores. Agora, após Kadaffi ter retomado a ofensiva militar, decidiram declarar a zona de exclusão aérea, e pesados bombardeios imperialistas caem sobre Trípoli e outras cidades e alvos. Vemos mais difícil que intentem desembarcar com tropas; o imperialismo hoje procura evitá-la, pois não se saiu bem no Iraque nem no Afeganistão, além que uma ação desse tipo poderia fortalecer Kadaffi que busca no “inimigo externo” o argumento para justificar sua política genocida.

Mas não podemos nos enganar, Kadaffi hoje não é seu alvo central: o que ameaça os interesses imperialistas na região é a gigantesca rebelião popular que não conseguem, até aqui, deter. Sabem que na atual correlação de forças é impossível voltar para trás, a regimes ditatoriais ferozes contra os povos, mais dóceis com as multinacionais. Na Líbia, enquanto jogam bombas para acabar com a insurreição, em nome da luta “contra Kadaffi”, procuram se credenciar posando de democratas para poder influenciar o futuro governo. No Egito e na Tunísia buscam novos interlocutores entre as poucas lideranças burguesas que ficaram de pé; na cúpula das forças armadas, nas direções dos comitês revolucionários, nos sindicalistas conciliadores. Procurarão de toda forma desvirtuar as imensas conquistas democráticas cooptando seus dirigentes para que a legítima luta pelas conquistas sociais não avance. Ao final, em boa parte dos países do mundo, os agentes do capital se utilizaram da enorme conquista do povo que foi derrubar ditaduras e alcançar a democracia formal para desviar, frear, congelar ou evitar os processos revolucionários, para o qual contaram com a colaboração decisiva dos dirigentes e partidos conciliadores.

Duas políticas frente à Revolução Árabe

Assim, adquire importância cada vez mais estratégica que naqueles países onde foi derrubada a ditadura, o processo de luta avance, em torno das demandas políticas e sociais dos trabalhadores e do povo pobre. Nesta época de decadência imperialista, rebeliões e insurreições obtêm vitórias políticas, mas a solução de fundo frente à miséria e exploração só pode vir se a luta ataca o coração do sistema: o poder das multinacionais, da grande burguesia e do imperialismo, expropriando e estatizando as empresas, colocando a economia a funcionar com o planejamento e controle dos trabalhadores e do povo mobilizado.

Até lá, todo o conquistado é breve e instável, se perde e retrocede. O fim da ditadura no Brasil foi um triunfo imenso para o povo. Mas com a democracia e com Lula e o PT no governo, não só o país agravou sua dependência externa: em todos os terrenos como direitos humanos, direito de greve, reforma agrária, meio ambiente, direitos sociais básicos como saúde e educação, a vida dos trabalhadores e do povo não melhorou, piorou. E, sobretudo, pelo papel da direção petista vivemos um retrocesso colossal da consciência política do movimento de massas.

Não vemos muito diferente, hoje, com o governo Chávez, na Venezuela. Ainda que tenha surgido de um processo revolucionário fantástico e de ter tido confrontos políticos com o imperialismo norte-americano, que levou a certo grau de independência o país, a vida do povo está cada vez pior. Frente à crise econômica mundial, também Chávez joga sua conta sobre os trabalhadores. A própria UNETE da Venezuela (Central de Trabalhadores) denuncia: “rejeitamos de forma categórica os assassinatos, perseguições, amedrontamentos e perseguições dos representantes sindicais, trabalhadores e dirigentes classistas e revolucionários, assim como a judicialização e penalização dos conflitos produto da luta de classes, prática de setores de burguesia e da tecnoburocracia”.

Ou, como testemunha a jornalista e historiadora gaúcha Carla Ferreira, militante do PSOL que deixou de apoiar Chávez ao vivenciar que, na Venezuela, nos últimos dez anos, não só aumentou a violência contra os trabalhadores, como a “acumulação de capital da “bolitecnoburguesia” assombraria até mesmo as mais tradicionais máfias estabelecidas em nosso “stablishment” mundial, mergulhada no desvio de vultosos volumes de petrodólares, no desperdício e no saque dos recursos do país...] [o governo Hugo Chávez não alterou substancialmente, sustentavelmente, nenhum dos indicadores sociais e econômicos em benefício da maioria do povo venezuelano, seja comparado com o período “puntofijista” seja comparado com os resultados obtidos pelos demais países latino-americanos, no mesmo período...] (*Carta de Carla Ferreira aos amigos e companheiros que acompanharam durante anos sua posição de solidariedade com o processo venezuelano).

Ou seja, tampouco a independência política que conquista um país em determinada conjuntura, dentro dos marcos do capitalismo, como também o foi a do Egito sob Nasser, não é sinônimo de melhoria na vida do povo. Nos momentos de maior ascenso e apogeu dos líderes nacionalistas, são alcançadas conquistas e melhorias importantes, que vão se desfigurando e perdendo pelos

limites do projeto nacionalista burguês que encabeçam esses dirigentes. Assim foi com Nasser no Egito, cujos herdeiros Sadat e Mubarak acabaram como ditadores pró-imperialistas. Foi com Perón na Argentina de cujo seio surgiram as bandas fascistas da triple A na década de 70; com Kadaffi na Líbia e com Paz Estenssoro na Bolívia, cujo herdeiro Sanchez de Lozada foi expulso pela insurreição popular de 2003 por entreguista e neo-liberal. Nessa dinâmica, está Chávez na Venezuela.

Pretender separar a política interna do governo chavista da sua política internacional, constitui um gravíssimo erro, um abandono do método marxista e do internacionalismo: é impossível sustentar Chávez como “progressivo” na Venezuela enquanto apóia Kadaffi para derrotar a revolução árabe. São inseparáveis as políticas internacionais de Castro de apoiar a invasão das tropas soviéticas em 1968 na Checoslováquia; de impedir o avanço da Revolução Nicaragüense em 1979, chamando a não fazer “outra Cuba” e de seu apoio atual a Kadaffi, de sua política interna de monolitismo burocrático, pensamento único e abertura ao capital estrangeiro. Isto não significa que não existam contradições, pois elas existem em tudo que é vivo. Mas o determinante da sua política não são alguns confrontos parciais com o imperialismo: é seu alinhamento na trincheira da contra-revolução nos momentos decisivos, como está acontecendo agora sustentando o sanguinário Kadaffi. Daí que fortalecer Chávez “desde a esquerda” é um crime, significa fortalecer e dar fôlego ao seu apóio ao ditador árabe; significa fortalece àqueles que esmagam e matam com bombas o povo insurrecto da Líbia. Pelo contrário, fortalecer a luta e a organização independente da classe possibilita avançar e conquistar, como acaba de acontecer na Venezuela: a forte mobilização dos setores classistas possibilitou a liberdade do dirigente sindical Ruben Gonzalez, preso pelo governo chavista por liderar uma greve.

Por estas razões, não duvidamos que a tarefa central é a de fortalecer e desenvolver todas as formas democráticas de auto-organização popular, como os comitês revolucionários na Líbia; os sindicatos independentes como na Tunísia ou no Egito, as Frentes como a 14 de Janeiro, na Tunísia ou o Movimento 6 de abril, da Juventude no Egito, continua sendo decisivo, tanto para que o processo avance, quanto para impedir e derrotar a intervenção militar imperialista. Assim como na Líbia hoje, passa por defender que o Conselho Nacional Líbio por rejeitar a intervenção imperialista e exigir aos países da Liga Árabe o envio de armas e voluntários para a resistência.

Se Kadaffi não é antiimperialista, porque o apóiam Castro, Chávez e Ortega?

Esta é uma reflexão imprescindível no atual momento em que as atitudes destas lideranças criaram uma enorme confusão na vanguarda lutadora mundial. A responsabilidade de Castro, Chávez e Ortega é imensa, considerando a expectativa que despertam em setores de massas, sobretudo em nosso continente, e a confiança que –erroneamente– lhe depositaram setores da esquerda mundial, permitindo que eles falassem em nome dela. Inclusive confiando que poderiam ser um apoio fundamental para a revolução em curso nos países árabes.

Que Kadaffi não é antiimperialista o reconhece o próprio Fidel Castro, que nas suas “Reflexões” de 4 de março afirmou: “... É um fato irrefutável que as relações entre EUA e seus aliados da OTAN com a Líbia nos últimos anos eram excelentes, antes que surgisse a rebelião no Egito e na Tunísia... Nos encontros de alto nível entre a Líbia e os dirigentes da OTAN ninguém tinha problemas com Kadaffi. O país era uma fonte segura de abastecimento de petróleo de alta qualidade, gás e inclusive potássio. Os problemas surgidos entre eles durante as primeiras décadas tinham sido superados... se abriram aos investimentos estrangeiros setores estratégicos como a produção e distribuição do petróleo... A privatização alcançou muitas empresas públicas. O FMI exerceu seu papel beatífico na instrumentação destas operações.”

No entanto, Fidel Castro se ocupou logo que começou o processo revolucionário, de condenar uma possível agressão militar imperialista negando os crimes de Kadaffi e apoiando-o contra a rebelião de seu povo. Hugo Chávez, por sua vez, para saber o que estava acontecendo quando começou o processo revolucionário na Tunísia e no Egito, ligou diretamente para seu “amigo” Kadaffi, a quem considera “companheiro”. Tanto que em 2009 lhe entregou uma réplica da Espada de Bolívar e o comparou com o Libertador. Também denunciou a possível intervenção militar imperialista como perigo imediato das massas líbias e calou-se frente ao massacre que realiza esse regime corrupto contra seu povo. Daniel Ortega considerou Kadaffi vítima de uma “ofensiva midiática feroz”, declarando apoio total ao regime do ditador. Evo Morales, numa atitude aparentemente neutra, conclamou Kadaffi e o povo líbio a realizar “esforços para resolver a crise política de forma pacífica”, proposta assumida posteriormente também pelo presidente Chávez e aprovada na reunião da ALBA.

A proposta de “paz” em momentos que um cruel ditador está reprimindo ferozmente um poderoso movimento revolucionário de seu povo em que estava à ofensiva e avançando na sua luta contra o tirano, é uma clara traição. O povo líbio não quer a “paz” com Kadaffi, pois significa a paz dos cemitérios. Quer derrubá-lo, seguindo o exemplo das massas tunisinas e egípcias. Pretender ser neutro significa apoiar de fato o ditador, o qual busca massacrar o povo insurreto.

Não atribuímos esta política à falta de recursos políticos ou ideológicos. Não há “confusão” nem “ignorância”. Tampouco estamos frente a um problema tático. Nem existem razões de estado nem diplomáticas que justifiquem o apoio a um governo assassino, que massacra seu povo, e menos ainda em nome do “antiimperialismo” e do “socialismo”. Também não é porque temem que o “imperialismo tente se aproveitar” para dominar, como tentam justificar, pois são dirigentes expertos que sabem muito bem que o imperialismo sempre tentou e tentará intervir de alguma forma, se aproveitar, para não perder tudo.

Eles atuam desta forma porque estão defendendo até o fim seus próprios regimes, suas próprias burocracias, seus próprios privilégios, sua situação material que não se contrapõe frontalmente com os interesses do imperialismo; mas o que não pode suportar é o movimento de massas mobilizado em busca de pão e liberdade, pois isso pode representar seu túmulo.

Fidel Castro não pode apoiar a luta por liberdade, democracia e pão, enquanto em Cuba existe regime de partido único, não existe liberdade sindical, e avança a abertura e entrega do país às multinacionais imperialistas. Também Chávez não pode apoiar essa rebelião, pois estimularia a luta de seus próprios trabalhadores e setores populares, reprimidos pelo seu governo quando lutam pelo salário, condições de trabalho ou direitos de se organizar de forma independente do governo. Confundir antiimperialismo com a defesa de interesses burocráticos e capitalistas é a tarefa que a esquerda consequente tem a responsabilidade de desfazer. É necessário falar com total transparência, colocar o nome aos bois e esclarecer àqueles que vêm nestes governos um possível apoio à sua luta, que infelizmente, eles estão na trincheira de Kadaffi, como estiveram na de Mubarak e Bem Ali, uma vez que nunca se pronunciaram em apoio ao povo que se insurgia legitimamente para derrubá-los.

Não existe hoje um partido ou organização socialista, de luta e consequente que seja reconhecida pelas massas nestes países. Mas existe um povo e uma classe trabalhadora que estão fazendo uma revolução o que possibilita aprender em dias o que não se aprende em décadas.

Existe assim uma oportunidade ímpar para avançar na tarefa de construir essa direção, que será chave para que o processo avance e possa resolver os graves problemas sociais que atingem a maioria da população.

Basta de bombardeios! Fora a intervenção imperialista! Armas para o povo rebelde líbio para derrotar Kadaffi!



O ataque militar dos EUA, Grão Bretanha, França e outros países imperialistas com a autorização do Conselho de Segurança da ONU, não é para salvar o povo líbio da ditadura de Kadaffi, mas para tentar uma “solução” favorável ao imperialismo na crise da Líbia.

A resolução aprovada é suficientemente vaga e ampla – “zona de exclusão aérea e proteger por qualquer médio os civis” – como para permitir a liberdade de manobra dos atacantes, que, reiteramos, não vão para defender o povo líbio como afirmam, mas a intervir para frear o processo revolucionário líbio, frear todo o processo revolucionário no mundo árabe e preservar seus interesses petrolíferos.

EUA, Inglaterra e França que estão massacrando o povo afegão e paquistanês, não são nenhuma garantia de “defender os civis líbios”, como afirmam. Seus regimes aliados árabes como Iêmen e Bahrein estão massacrando manifestantes desarmados, e no caso de Bahrein com ajuda do exército da Arábia Saudita, sem que os Estados Unidos (que fornece enorme ajuda militar ao Iêmen e tem uma base militar no Bahrein) faça nada para defender os civis.

A intervenção imperialista procura liquidar a rebelião popular líbia

Ainda que compreendamos a confusão e expectativa de setores populares árabes e especialmente dos próprios resistentes líbios, denunciemos esta intervenção e exigimos a retirada imediata dos imperialistas da Líbia. Porque consideramos que sua atuação é um perigo

para o próprio povo rebelde que pode ser despojado da possibilidade de um triunfo democrático revolucionário que possibilite que resolva livremente seu futuro.

Nos Bálcãs na década de 90, se demonstrou claramente que a intervenção da OTAN e dos EUA serviu para impor suas bases militares e seu domínio. Só após a revolução ter derrubado o regime de Bem Ali na Tunísia, o de Mubarak no Egito e começou a insurreição popular contra Kadaffi, a mídia e os governos imperialistas começaram a criticá-lo porque já não lhes é útil. No entanto, as multinacionais petrolíferas continuaram a comprar e pagar petróleo a Kadaffi fornecendo dinheiro ao ditador. Também, possibilitaram nos fatos, sem denunciar, que as ditaduras da Argélia, subordinada ao imperialismo francês, e Marrocos, subordinada ao imperialismo espanhol, e também a Síria enviaram armas e mercenários a Líbia. Isto aconteceu sim que a ONU, que proibiu o envio de armas a Líbia, não abrisse a boca. A proibição de armas na prática afetou somente aos rebeldes, não a Kadaffi.

Desta forma puderam justificar sua intervenção militar frente aos povos árabes e frente aos povos da Europa e Estados Unidos, com a chantagem: “Ou intervimos ou deixamos que Kadaffi os massacre”. Porém os rebeldes nunca receberam armas para poder se defender, nem sequer ajuda humanitária.

O imperialismo agora intervém para tentar controlar a situação, ainda que tenha que atropelar seu antigo aliado, Kadaffi, que há anos pactuou com o imperialismo, o FMI e as multinacionais petrolíferas. A realidade é que o imperialismo procura acabar com a revolução anti-ditatorial líbia para impor um governo aliado e sob seu controle.

Os responsáveis da intervenção imperialistas são Kadaffi e os governos árabes

Ainda sob ataque imperialista, Kadaffi não está defendendo seu país, mas suas próprias riquezas e seu poder familiar e pessoal contra a insurreição popular e continua massacrando seu próprio povo. Frente ao ataque imperialista e ainda depois, Kadaffi afirmou que está combatendo contra “terroristas de Al Qaeda” (assim chama os rebeldes) e que Ocidente “deveria o apoiar”.

O principal responsável da agressão imperialista é o assassino Kadaffi que preferiu massacrar o levante popular contra sua ditadura, favorecendo os pretextos do imperialismo. Mas também são responsáveis os governos da Liga Árabe que não mexeram um dedo para apoiar os rebeldes de Benghazi e foram pedir a intervenção da ONU e da OTAN que agora, criticam. Como os governos de Castro ou Chávez que calaram

frente os massacres de seu “amigo” Kadaffi a quem sempre apoiaram e defenderam uma saída negociada em momentos que os rebeldes estavam na ofensiva e vencendo. Também tem responsabilidade os escravocratas chineses e o governo Putin, os dois governos amigos de Chávez, que se abstiveram no Conselho de Segurança ao invés de votar contra a intervenção imperialista, da mesma forma que se absteve o governo do PT brasileiro.

O fato é que, com diferentes posições, os governos do mundo deixaram sozinho o heróico povo rebelde líbio e com isso favoreceram o acionar criminoso de Kadaffi e a intervenção imperialista.

A única forma de ter uma posição realmente antiimperialista na Líbia é estar do lado de povo rebelde, contra a intervenção imperialista e contra a ditadura de Kadaffi!

Armas para o povo rebelde líbio!

O povo rebelde líbio está batalhando heroicamente. Em que pese as forças de Kadaffi ter entrado nas cidades de Brega ou Misrata, e inclusive atacaram Benghazi graças a sua superioridade militar, não conseguiram consolidar seu domínio em nenhuma delas, que se mantêm em mãos dos rebeldes.

Mas, a diferença militar é muito grande. O povo líbio em rebelião precisa urgente de armas e combatentes voluntários, tanto para exigir a retirada imediata dos barcos e aviões do imperialismo como para enfrentar Kadaffi desde uma posição de forças mais favorável.

A batalha da Líbia é fundamental para todo o processo revolucionário dos países árabes. E esta ajuda pode vir hoje em primeiro lugar dos países árabes. É chave a mobilização dos povos árabes, em especial do Egito, para exigir aos seus governos que os rebeldes líbios sejam reconhecidos como força beligerante e enviem as armas que reclama e precisa o povo rebelde.

É urgente que o povo, os trabalhadores e a juventude do Egito, que acaba de derrotar Mubarak, exijam a seu governo que entregue o armamento necessário aos rebeldes e que autorize o envio de combatentes voluntários, militares e civis para combater junto ao povo líbio.

Também, é necessário que os trabalhadores e o povo da Tunísia exijam ao seu governo que abra as fronteiras para enviar armas e combatentes voluntários.

Hoje, mais do que nunca, é a tarefa dos democratas, dos antiimperialistas e dos revolucionários, fortalecer a mobilização mundial contra a intervenção imperialista e em apoio ao heróico povo combatente líbio para que acabe com Kadaffi e sua ditadura assassina.

O futuro da Líbia e das revoltas árabes diante da ingerência imperialista

por Juliano Medeiros e Luiz Arnaldo Campos

O mundo tem acompanhado nas últimas semanas, maravilhado e estarecido, as rebeliões que tomam conta do mundo árabe e o desmoronamento de regimes tidos como exemplares pelas potências ocidentais. Governos como os de Tunísia e Egito não só eram considerados vitrines da excelente relação do ocidente com o mundo árabe, como também serviam de entreposto para o controle político e militar do imperialismo sobre a região.

A queda destes regimes autoritários e as crises envolvendo outros países como Líbia, Arábia Saudita e Bahrein, combinadas com o surgimento de novas organizações populares, o fracasso da política de submissão aos ditames do capital internacional e o desejo de liberdade dos povos daquela região, têm colocado em alerta o imperialismo. Essa mistura explosiva que, por exemplo, alimentou centenas de greves no Egito nos últimos dois anos, mesmo sob a perseguição do governo de Hosni Mubarak, tem se alastrado por outros países, ameaçando o sensível equilíbrio dos interesses das elites nativas e da burguesia internacional.

Os altos níveis de desemprego, a falta de liberdade política, a corrupção e as violentas medidas contra as oposições, além das diferenças religiosas em cada país, têm alimentado um descontentamento que agora explode em forma de revolta. De repente, o imperialismo colhe as tempestades que plantou, deixando cair por terra a máscara democrática que encobria a violência utilizada contra os povos daquela parte do mundo.

O componente religioso em segundo plano

Em carta endereçada a Engels, onde discute a natureza das sociedades asiáticas, Marx questiona: “Por que a história do Oriente sempre aparece como história das religiões?” Levando em conta os últimos acontecimentos no mundo árabe e as interpretações difundidas no Ocidente por “especialistas” de toda sorte, nunca esta pergunta esteve tão atual. Isto porque, ao contrário do que muitos afirmavam, o componente religioso ocupa um papel absolutamente secundário nas revoltas que tem varrido o norte da África e o Oriente



Médio (com exceção do Bahrein), questionando os mitos difundidos pela inteligência ocidental, segundo a qual a separação entre política e religião é impensável no mundo árabe.

Em artigo publicado recentemente, Robert Fisk, o badalado correspondente do jornal britânico *The Independent*, aborda corretamente a questão, afirmando:

Mubarak alegou que os islamistas estariam por trás da Revolução Egípcia. Ben Ali disse o mesmo, na Tunísia. O rei Abdullah da Jordânia vê uma sinistra mão escura – da Al Qaeda, da Fraternidade Muçulmana, sempre mão islâmica – por trás da insurreição civil em todo o mundo árabe. Ontem, autoridades do Bahrein descobriram a amaldiçoada mão do Hezbollah, ali, por trás do levante xiita. Onde se lê Hezbollah, leia-se Irã. Por que, diabos, tantos intérpretes cultos, embora impressionantemente antidemocráticos, insistem em interpretar tão mal as revoltas árabes? Confrontados por uma série de explosões seculares – o caso do Bahrein não cabe perfeitamente nessa classificação – todos culpam os islâmicos radicais. O Xá cometeu o mesmo erro, só que ao contrário: confrontado com um óbvio levante islâmico, pôs a culpa nos comunistas.”

Evidentemente, isso não significa que o componente religioso inexistia. Ele está presente e mobiliza as massas, na sua maioria muçulmanas, sob a idéia-força de que não há senhor acima de Alá, nem mesmo os ditadores que controlaram a região pelos últimos trinta anos. Porém, as revoltas árabes têm um conteúdo principalmente político e econômico. São rebeliões

com características notadamente ocidentais que colocam em xeque a tese utilizada pelo imperialismo em sua “guerra contra o terror”, segundo a qual o mundo árabe representava uma ameaça ao modo de vida da civilização ocidental, com seus extremistas e fundamentalistas empenhados numa guerra impiedosa contra a sociedade judaico-cristã. Ao contrário, o que temos visto são jovens, operários, camponeses, militares, homens e mulheres, cristãos e muçulmanos, lutando lado a lado por emprego, democracia e liberdade, e derrubando ditadores até então financiados pelas potências ocidentais em nome de algo muito mais concreto que a salvação noutra mundo.

Revolução?

Se compreender o caráter secular das revoltas é fundamental para se poder afirmar que a saída para o levante popular no norte da África e Oriente Médio é política, e que esta saída deve ser a construção de uma nova ordem econômica e social que liberte a região da ingerência imperialista e inicie um tempo de liberdade e justiça social, ao mesmo tempo, torna-se urgente enfrentar a polêmica em torno do caráter dos eventos que estão em curso. O principal deles, aquele que classifica os levantes populares como “revoluções em sua etapa democrática”, tese que transplanta mecanicamente a leitura aplicada à Revolução Russa de 1917 a todos os processos com potencial revolucionário e busca a partir dela interpretar realidades com-



pletamente distintas.

O conceito de revolução pode ter variados significados. Poucos hoje em dia são os que relutam em utilizar termos como “revolução industrial” ou “revolução tecnológica”. Estes são termos que fazem parte do nosso cotidiano e foram plenamente incorporados ao vocabulário de diferentes correntes do pensamento

social ao longo do último século. Em outras palavras, o conceito de revolução tomou uma abrangência tal, que tem sido empregado no campo das ciências sociais para determinar qualquer processo de transformação mais ou menos profundo que altere uma dada condição pré-existente.

Diante dos acontecimentos no norte da África e no Oriente Médio, porém, o conceito de revolução tem sido empregado, sobretudo por segmentos de extrema-esquerda, para substituir a idéia de rebelião, revolta ou insurreição. O conceito de revolução, porém, pode trazer um significado muito mais complexo, e é aí que começam os problemas.

O primeiro esquema de desenvolvimento das sociedades esboçado por Marx e Engels em *A Ideologia Alemã* (1845) trazia a idéia básica de uma sucessão de épocas históricas, cada qual fundada em um modo de produção. A revolução, em seu sentido mais profundo, correspondia a um salto cataclísmico de um modo de produção para outro. Este salto seria provocado pela convergência de conflitos, a saber, entre as velhas instituições e as novas forças produtivas que lutam pela liberdade, e entre a classe dominante e os novos atores sociais que buscam a supressão da velha ordem em favor de uma nova classe dirigente. Porém, mesmo Marx e Engels deram certa flexibilidade ao conceito, o que permitiu classificar o processo de unificação da Alemanha levado a cabo por Bismarck como “revolucionário” ou as insurreições das aldeias indianas contra a opressão britânica, consideradas por Marx as “primeiras revoluções sociais” na história da Ásia.

Porém, mesmo dando ao conceito de revolução seu sentido mais amplo, parece um exagero classificar assim os levantes populares em curso no norte da África e Oriente Médio. Isso porque a rebelião popular em curso no Egito e na Tunísia lograram até o momento apenas a derrubada de governos, mas não a alteração da ordem política, quem dirá econômica ou social. O processo de luta está aberto, o que pressupõe que o levante popular pode evoluir para um processo revolucionário de ruptura da ordem vigente, ou retroceder até uma saída “pelo alto”, tutelada pelos interesses do grande capital. Em cada país, a luta de classes segue um ritmo diferente, daí que é possível que vejamos ambas as hipóteses ocorrendo em dois países distintos. Até lá, decretar igualmente o caráter revolucionário das rebeliões populares em distintos países é um erro que pode levar a esquerda socialista a embarcar em aventuras lideradas por arrivistas que não merecem qualquer credibilidade.

A rebelião árabe e a América Latina

No que toca à Líbia a discussão acerca do caráter “revolucionário” da guerra civil em curso neste país se torna ainda mais complicado. E não é exatamente porque Kadaffi já foi um jovem líder terceiro-mundista que expulsou as estrangeiras, criou a Companhia Nacional de Petróleo, foi solidário à causa palestina e, à frente da OPEP e do Movimento dos Países Não Alinhados, repudiou por diversas vezes o imperialismo. Há aproximadamente dez anos, o líder líbio imprimiu uma guinada à direita ao seu governo, aproximando-se da União Européia, particularmente do arqui-reacionário Berlusconi e das corporações italianas, corroborou a retórica norte-americana da “guerra conta o terror” e passou a colaborar ativamente na repressão à migração de africanos em direção à Europa. A questão principal reside no calibre de muitos dos líderes oposicionistas, como Mustafá Abdel Kalil, que até recentemente era Ministro da Justiça do próprio Kadaffi ou Abdelaziz Ghoqa, líder do Conselho Nacional de Transição, órgão centralizador do comando rebelde que se manifestou favorável à intervenção estrangeira na Líbia. Não há como negar que o levante na Líbia abriu uma “janela de oportunidades” para o imperialismo, corretamente detectada por Fidel Castro quando muitos ainda afirmavam ser impossível uma intervenção militar imperialista no solo líbio. Ainda que tímido em relação aos protestos na Líbia – mas firme em relação ao Egito, Tunísia e outros aliados dos EUA –, Fidel colocou a questão em termos adequados, ao referir-se ao risco de uma ação militar estrangeira:

“O imperialismo e a Otan – seriamente preocupados com a onda revolucionária que se iniciou no mundo árabe, onde se gera grande parte do petróleo que sustenta a economia de consumo dos países desenvolvidos e ricos – não podiam deixar de aproveitar o conflito interno na Líbia para promover a intervenção militar. As declarações feitas pela administração dos EUA desde o primeiro momento foram categóricas a este respeito.”

Registre-se também a proposta da Venezuela, a única apresentada no terreno da esquerda para enfrentar a pobreza de horizontes do simples “Fora Kadaffi”. A iniciativa do Conselho Político da Alba (Aliança Bolivariana para as Américas) de propor a criação de uma “Comissão Internacional Humanitária para a Paz e Integridade da Líbia” foi a solitária voz no cenário internacional a simultaneamente descartar a intervenção militar e repudiar a possibilidade de uma escalada de violência promovida por Kadaffi contra seus opositores.

Sem dúvida, a melhor saída seria a simples queda de

Kadaffi e a instauração de um governo democrático, popular e independente, não apenas na Líbia, mas em todos os países que vivem sob a opressão de regimes como os de Mubarak ou Ben Ali. Porém, para além das “saídas fáceis”, há a realidade imperfeita da correlação de forças existente, onde não há ainda uma oposição a Kadaffi capaz de encarnar este projeto: nesse caso, uma saída pacífica, garantindo eleições livres e democráticas e o retorno dos grupos de oposição hoje no exílio, seria uma alternativa capaz de canalizar a justa revolta de parte da população líbia, extenuada com os anos de corrupção e repressão advindos com a degeneração da revolução de Kadaffi.



Prenúncio da tragédia: a Líbia e a intervenção militar

A decisão do Conselho de Segurança da ONU, tomada dias depois dos regimes reacionários organizados na Liga Árabe terem solicitado a Zona de Exclusão Aérea, colocou por terra as afirmações daqueles que, desdenhando do apetite e força do imperialismo, afirmavam não haver possibilidade de intervenção estrangeira na Líbia. A decisão intervencionista tem por objetivo claro impedir a vitória militar de Kadaffi, que parecia até agora uma questão de dias. Isto revela que apesar de toda a aproximação do regime líbio com os Estados Unidos e a União Européia, acentuada nos últimos anos, persistem entre os dois lados contradições importantes. Tudo leva a crer que por detrás da intervenção está uma decisão estratégica de mais largo fôlego – a necessidade das forças do capital, capitaneadas pelos Estados Unidos, de assegurarem o domínio direto das fontes produtoras de petróleo. Tal como ocorreu no Iraque de Saddam Hussein, ditadores, mesmo que cúmplices do imperialismo, que demonstram algum laivo de independência, não

são suficientemente confiáveis, principalmente quando governam territórios ricos em petróleo. No plano imediato, a intervenção deverá colocar a oposição ao regime numa posição subalterna em relação às forças imperialistas, o que torna o destino da Líbia – entre Kadaffi e o imperialismo – cada vez mais sombrio.

É claro que não devemos descartar a existência de setores efetivamente democráticos no interior do levante líbio. Ainda que até agora não se distingam da geléia geral, que é composta inclusive de elementos saudosos da monarquia derrubada por Kadaffi, é razoável supor que o levante de milhares de pessoas das classes médias e trabalhadoras não seja tão somente fruto de uma conspiração urdida em silêncio pela União Européia e os Estados Unidos. Ainda que a intervenção militar reduza consideravelmente a margem de manobra de uma oposição conseqüente – espremida entre os tanques de Kadaffi e os bombardeios da OTAN –, mais do que nunca, é necessário discernir e apoiar os verdadeiros combatentes da democracia. No atual contexto, exigir a imediata suspensão dos ataques da OTAN e a abertura imediata de negociações entre as partes líbias em conflito é a única maneira de preservar a existência e a possibilidade de ação de uma oposição democrática e antiimperialista.

Desdobramentos possíveis e a posição dos socialistas

Na Líbia, a intervenção militar já está em curso e busca preservar os interesses do imperialismo na região. No Egito, a Junta Militar, financiada por décadas pelo Departamento de Estados dos EUA, trabalha para manter o establishment intocado; enquanto na Tunísia, mesmo com a formação de um governo provisório sem a presença de elementos do antigo regime, ainda é cedo para apostar numa transição para algo efetivamente mais avançado. Quais são, então, as variáveis que podem determinar os desdobramentos em torno das revoltas no mundo árabe?

Poderíamos utilizar as palavras de Rosa Luxemburgo na luta contra o revisionismo de Bernstein para afirmar que, no caso dos países árabes, “a sorte da democracia está ligada à do movimento operário”. Sem o fortalecimento das organizações populares independentes, as rebeliões podem sofrer derrotas incalculáveis. Da mesma forma, assim como Rosa Luxemburgo assinalou em relação à Alemanha, também nos países árabes a “reforma legal” dos regimes também pode levar ao

“reforço progressivo da classe ascendente, até se ter esta sentido bastante forte para se apossar do poder político e suprimir todo o sistema jurídico, substituindo-o por outro”. Ou seja, a conquista de reformas profundas no sistema político em países como Egito ou Tunísia são, de qualquer forma, um avanço que pode contribuir para a melhoria das condições gerais de luta dos trabalhadores no curto e médio prazos. Assim, diante da ameaça real de uma saída para a instabilidade política através de uma conciliação entre os representantes dos grupos opositores economicamente dominantes – conciliação que pode se expressar sob a figura de acordos “pelo alto” –, a luta pelo cumprimento de reformas democráticas profundas pode contribuir, decisivamente, para a reorganização de uma alternativa popular nestes países.

Diante deste quadro, os socialistas têm tarefas inadiáveis. A primeira é, além de expressar seu mais duro repúdio ao regime líbio, condenar explicitamente a intervenção militar estrangeira. A segunda é manifestar o entendimento de que na oposição se misturam setores muitas vezes contraditórios e que, portanto, conceder o título de “revolucionários” a gerais que até ontem comandavam a perseguição e a morte de comunistas e socialistas na Líbia, é um erro infantil. Em outras palavras, nosso apoio e solidariedade estão reservados exclusivamente àqueles que lutam por uma Líbia democrática e antiimperialista. E a terceira e não menos importante tarefa, é defender uma saída que permita ao povo líbio e dos demais países árabes cujos ventos da liberdade têm feito estremecer a ordem vigente, construir uma nova ordem social, política e econômica. Ou seja, defender que a liberdade, a democracia, a justiça e a autodeterminação, só poderão florescer no norte da África e no Oriente Médio sob o socialismo, sem jamais deixar de considerar o atual estágio da luta de classes em cada país. Cumprindo estas tarefas, talvez os socialistas ocidentais possam dar uma efetiva contribuição, não só ao mundo árabe, mas às massas trabalhadoras de seus próprios países.



O que fazer na Líbia?

Um olhar desde a América Latina

Atilio Borón

Rebelión, 07-03-2011



Não devemos abandonar nossos irmãos Árabes

A inesperada rebelião no mundo árabe tomou a todos de surpresa. As satrapias do magreb e do oriente médio ficaram tão pasmadas como seus amos imperialistas pela eclosão que se originou de um incidente relativamente marginal, para além do terrível e doloroso que foi no plano individual a auto imolação na cidade de Sidi Bouzid, Tunísia, de Muhammad Al Bouazazi, um graduado universitário de 26 anos que não encontrava trabalho e que decidiu entregar-se às chamas porque a polícia lhe impedia de vender frutas e verduras na rua. Sua família necessitava de ajuda. Al Bouazazi sendo um jovem pobre não quis se converter em mais um na longa fila de jovens desempregados de sua pátria, ou emigrar por qualquer meio para Europa. O terrível sacrifício de seu protesto foi o estopim que explodiu o paiol de uma região conhecida pela opulência de suas oligarquias governamentais e a secular miséria das massas. Ou, para dizer com as palavras sempre belas de Eduardo Galeano, o que incendiou “a formosa labareda de liberdade” que incendiou o mundo árabe e que tem ao imperialismo sobre cinzas, para seguir com metáforas ígneas tão apropriadas para os tempos de correm.

A rebelião dos povos árabes também deixou em desconfortável posição os especialistas, os analistas e os jornalistas especializados. Desnudou impiedosamente sua charlatanice, e seu papel de manipuladores da opinião pública a serviço do capital. Uma revista de

tanta experiência como *The Economist*, por exemplo, foi incapaz de antecipar, em seu último número do ano passado, dedicado a apresentar as previsões e o que esperar para 2011, os acontecimentos que poucas semanas mais tarde comoveriam o mundo árabe – e por extensão, ao equilíbrio geopolítico mundial – até seus cimentos. Este fracasso reitera pela enésima vez a incapacidade do conhecimento convencional sobre prever os grandes acontecimentos de nosso tempo. A ciência política ficou boquiaberta diante da queda do muro de Berlim e, mais recentemente, a mesmíssima Rainha da Inglaterra perguntou a um seletivo núcleo de economistas britânicos como foi possível que ninguém fosse capaz de prognosticar a atual crise geral do capitalismo. Surpreendidos ante tão inesperada pergunta, formulada no que se supunha seria uma serena noite protocolar, os intrépidos limitaram-se a solicitar, atordoados pela crítica, um prazo de seis meses para rever seu instrumental analítico e informar a sua majestade as razões por tão deplorável desempenho profissional.

O Impacto sobre América Latina

Não é casual, então, que os acontecimentos do mundo árabe tenham surpreendido, na confusão, a uma boa parte da esquerda Latino Americana. Daniel Ortega apoiou sem reservas a Kadaffi, o presidente da república Bolivariana da Venezuela, Hugo Chavez, por seu turno, se declarou amigo do governante, ainda que por certo, esclarecendo que tal coisa não significava – em suas próprias palavras - “que estou a favor ou aplaudo qualquer decisão que tome um amigo meu em qualquer parte do mundo.”, e ainda prosseguiu, “apoiamos ao governo líbio, a independência líbia.”. Com suas declarações, Chávez tomava nota da precoce advertência formulada por Fidel nem bem estalou a crise Líbia: esta poderia ser utilizada para legitimar uma “intervenção humanitária” dos EUA e seus aliados europeus, sob o guarda chuvas da OTAN, para apoderar-se do petróleo e do gás líbio. Porém de ne-



nhuma maneira esta sábia advertência do líder da revolução cubana poderia se traduzir em endossar sem qualquer reserva o regime de Kadaffi. Não o fez Chavez, porém sim o fez Ortega. Como era de se esperar, a descarada manipulação midiática com a que o imperialismo ataca aos governos de esquerda de nossa região distorceu o sentido das palavras de Chavez e de Fidel fazendo com que parecem cúmplices de um governo que estava descarregando suas metralhadoras sobre seu próprio povo.

Em uma esclarecedora nota publicada poucos dias atrás em *Rebelión*, Santiago Alba Rico e Alma Alende argumentaram persuasivamente que o um posicionamento equivocado da esquerda latino americana – e muito especialmente dos governos da Venezuela e Cuba – na atual conjuntura do mundo árabe “pode produzir pelo menos três efeitos terríveis: romper os laços com os movimentos populares árabes, dar legitimidade para as acusações contra Venezuela e Cuba e ‘re-prestigiar’ o já muito desgastado discurso democrático imperialista. Todo um triunfo, sem dúvida, para os interesses imperialistas na região.” Dai a gravidade da situação atual, que exige transitar por um estreitíssimo despenhadeiro ladeado por tremendos abismos: um, de fazer o jogo do imperialismo norte americano e seus sócios europeus e facilitar seus descarados planos de arrebatar o petróleo dos líbios; outro, sair a respaldar um regime que havia sido anti-colonialista e de esquerda na sua origem – como foi, por exemplo, o APRA no Perú – nas últimas décadas se subordinou sem escrúpulos ao capital imperialista e abraçou e pôs em prática, sem reparos, as fatídicas

políticas do consenso de Washington e os preceitos da chamada “luta contra o terrorismo” instituída por George W. Bush.

O mundo Árabe: revolta, revolução ou conspiração?

Não acreditamos que seja necessário nos determos em explicar as razões pelas quais há que se opor sem atenuantes à opção intervencionista dos Estados Unidos e seus cúmplices europeus. Vejamos, pelo contrário, quais seriam os argumentos para evitar que essa correta e não negociável postura desemboque infelizmente em um respaldo a um regime contra o qual levantaram suas armas a maioria da população. É necessário argumentar que o que está ocorrendo na Líbia é apenas o “efeito contágio” do que ocorreu na Tunísia e Egito e não há razões de fundo que justifiquem está insurreição popular. De contra partida convêm recordar duas coisas: que as revoluções são processos dialéticos e não acontecimentos metafísicos ou um raio que cai em céu azul. Na gênese da revolução francesa está um tumulto originado em uma padaria nas imediações da Bastilha. Sabemos o que ocorreu depois. Segundo, que inevitavelmente, os processos revolucionários são contagiosos. Isso é o que ensina a história. Recorde-se se não ocorreu com as revoluções de independência da América Latina, dois séculos atrás. Ou as de 1848 e as que tiveram lugar, também na Europa, no rescaldo da Primeira Guerra Mundial e com o estalido da revolução Russa em fevereiro de 1917.

Porém, se em alguns lugares esses processos foram adiante e em outros não, foi porque o contágio não opera num vazio sócio-econômico e político senão que depende fundamentalmente das condições internas de cada país. Se a revolução de 1848 triunfou na França, porém não no Reino Unido, foi porque na primeira o desenvolvimento das lutas de classe criou as condições internas para por um ponto final, a restauração monárquica do Orleanismo, enquanto que nada disso ocorria cruzando o canal da Mancha que, nesta mesma encruzilhada histórica, podia acolher sem sobre saltos aos refugiados políticos como Karl Marx e Frederik Engels. E se depois da Primeira Guerra Mundial a revolução triunfou na Rússia, porém não na Alemanha foi porque a propagação do fervor revolucionário que impactou com muito força na última, era condição necessária, porém não suficiente para garantir o triunfo da revolução, coisa que foi expressamente reconhecida por Rosa Luxemburgo em uma de suas brilhantes intervenções poucos meses antes de seu vil assassinato. Em outras palavras, a insurgência que tem como cenário a Líbia foi indubitavelmente estimulada pelas grandes vitórias populares na Tunísia e Egito, porém nada haveria ocorrido que não fora medido pelos estragos que duas décadas de neoliberalismo produziram em um país muito rico, no qual as classes populares apenas recebem umas poucas migalhas da colossal renda petroleira, os jovens carecem de perspectivas laborais e a crise geral do capitalismo fechou a saída emigratória que até poucos anos aliviava a pressão do sistema ao mesmo tempo em que se elevava extraordinariamente os preços dos alimentos. Por último. A taxa de mortalidade infantil – falando de um indicador muito sensível para medir o nível de bem estar de uma população- flutua, segundo as diversas fontes consultadas, entre 20 e 25 por mil; ou seja, umas quatro ou cinco vezes superior a que registram em Cuba e aproximadamente o dobro da do Brasil.

O mesmo cabe dizer sobre a possibilidade de que o que está ocorrendo na Líbia seja obra de agentes do imperialismo. Porém, como esquecer que até o estalido da revolução na Tunísia, Kadaffi era elogiado pelos chefes de estado das “democracias capitalistas” como um governante, que havia abandonado suas velhas obsessões, reconciliado com a globalização neoliberal e feito as pazes com seus antigos inimigos, desde a Casa Branca até o regime racista de Israel? Não obstante, quando estes se deram conta de que seu trono estava cambaleante e perceberam

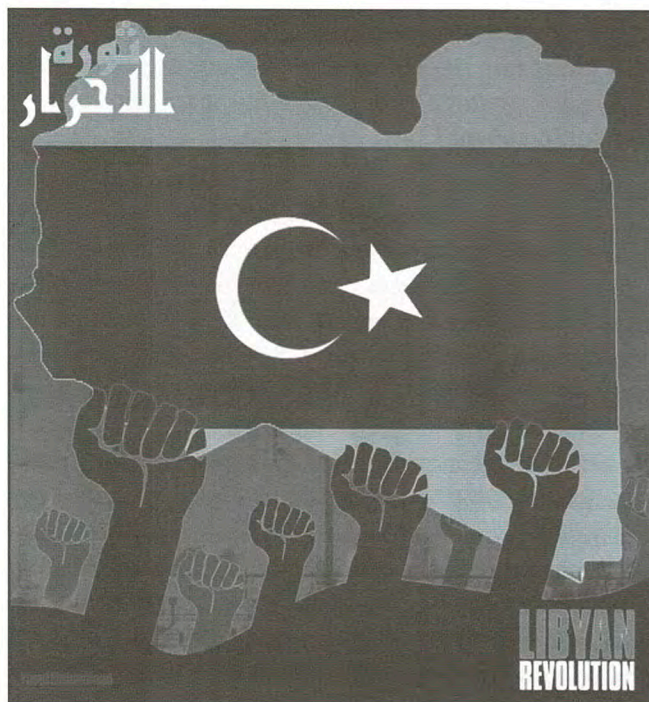
que Kadaffi poderia ter a mesma sorte de seus homólogos da Tunísia e Egito os imperialistas modificaram rapidamente sua postura, se recordaram que Líbia não era uma democracia e que neste país não se respeitavam os direitos humanos – coisa que jamais lhes havia preocupado – e com inigualado cinismo se colocaram ruidosamente “do lado do povo” e contra do até ontem racional governante subitamente convertido em inadmissível tirano. Porém, outra vez, o trabalho destes agentes imperialistas jamais poderia haver desencadeado uma insurreição tão impressionante como a da Líbia – ou as da Tunísia e Egito – se não houvesse existido as condições de fundo requeridas para que, desafiando a pressão, as massas saíssem às ruas dispostas a derrocar o governo. Ou seja, tal como o anotou Lenin em vários de seus escritos, se os de baixo já não queriam e os de cima já não podiam seguir vivendo como antes. Por outro lado, se os agentes do imperialismo tem em suas mãos a capacidade de fazer e desfazer revoluções teríamos que reconhecer que nossa luta está de antemão condenada ao fracasso. Afortunadamente não é assim. Tão pouco tem algum sentido deduzir que foram as “redes sociais” (Facebook e Twitter) que provocaram a rebelião, artisticamente orquestradas pela CIA e os agentes do imperialismo. Para descartar esta hipótese, basta uma só cifra: segundo as últimas estatísticas das Nações Unidas, os usuários de internet na Líbia são apenas 5,1 % da população total. Isso mal pode explicar o multitudinário caráter da rebelião do mundo árabe porque no Egito e Tunísia tanto como na Líbia os internautas são uma ínfima minoria da população. Essas “redes sociais” podem servir para facilitar a comunicação entre os ativistas, porém não podem desencadear a insurreição das massas que, na sua grande maioria, jamais teve ao seu alcance um computador.



Kadafi e o Neoliberalismo, de ontem à hoje

Chegado a este ponto, convém perguntar quem é Kadafi e o que representa. Vicenc Navarro ilustra com clareza o contraste entre o Kadafi “nasserista” de seus primeiros anos e o que é hoje: “um ditador corrupto e profundamente repressivo.” Segundo Navarro, em 1969 e com apenas 27 anos de idade, o Coronel Kadafi liderou um golpe de estado, inspirado na experiência de Nasser no Egito, e derrocou a monarquia imposta pelo imperialismo britânico depois da Segunda Guerra Mundial. Durante esses primeiros anos, Kadafi, pois em marcha uma reforma agrária, nacionalizou o petróleo e algo mais do que 80 empresas (que se reorganizaram com uma importante participação dos trabalhadores em sua gestão) ao passo que introduzir algumas melhorias em qualidade e cobertura da saúde e da educação. Um forte intervencionismo estatal e a nacionalização do crédito foram outros traços das políticas daqueles anos. “Kadafi apresentou aquela experiência” – anota Navarro – “como a terceira via entre capitalismo e o socialismo, associado então com a União Soviética.” Agora bem: esse é o Kadafi que persiste no imaginário de importantes setores da esquerda latino americana. O problema é que se trata de uma imagem completamente desatualizada, porque a partir dos anos noventa o regime líbio inicia uma manobra que, poucos anos depois, situaria esse país nas antípodas de onde se encontrava nos anos setenta. A terceira via degenerou em um “capitalismo popular” – tardia reprodução da consigna elaborada

nos anos oitenta por Margaret Thatcher no Reino Unido – e as nacionalizações começaram a ser revertidas mediante um corrupto festival de privatizações e aberturas ao capital estrangeiro que afetou a indústria petroleira e os mais importantes ramos da economia. Não há que se equivocar: Kadafi não é Nasser senão Mubarak. Um agudo observador da cena Magrebi, Ayman El-Kayman, descreveu como precisão o percurso desta involução: Há quase dez anos, Kadafi deixou de ser para o Ocidente democrático um indivíduo pouco recomendável: para que lhe tirassem da lista estadunidense de estados terroristas reconheceu sua responsabilidade no atentado de Lockerdia; para normalizar suas relações como o Reino Unido, entregou os nomes de todos os republicanos irlandeses que haviam treinado na Líbia; para normalizá-las com Estados Unidos, entregou toda a informação que tinha sobre os líbios suspeitos de participar no jihad junto com Bin Laden e renunciou a suas “armas de destruição em massa”, além de pedir a Síria que fizesse o mesmo; para normalizar as relações com a União Européia, se transformou em guardião dos campos de concentração, onde são internos milhões de africanos que se dirigiam para a Europa; para normalizar suas relações com seu sinistro vizinho bem ali, lhe entregou seus opositores refugiados na Líbia”. E quando os povos da Tunísia e Egito se rebelaram as posições dos líderes, Kadafi se alinhou com seus verdugos, coincidindo esta postura com as primeiras reações dos líderes das “democracias ocidentais”, com Obama, Sarcozy, Cameron, Berlusconi, Zapatero e o regime genocida de Netanyahu. Porém estes, vendo que as sublevações populares se encaminhavam para uma vitória histórica, em poucas semanas passaram de fazer cautelosas exortações a seus bandidos regionais para que concedessem umas poucas reformas cosméticas a exigir imperiosamente que abandonassem o poder. Quando o incêndio chegou a Líbia, a burguesia imperial e seus representantes políticos viram a oportunidade de tirar partido da previsível queda do Kadafi impedindo que sejam as massas líbias as que tomem o futuro em suas mãos, seja mediante uma “intervenção humanitária” que lhes permita apoderar-se da Líbia com o pretexto de deter o banho de sangue que o ditador promete aos insurgentes ou, em seu defeito, diminuir sua participação, ou sua divisão, tal como fizeram na extinta Iugoslávia e como, sem êxito, tentaram na Bolívia em 2008. Tal como Lênin, Gramsci e Fidel assinalaram mais de uma vez, a direita e as classes dominantes, por sua longuíssima experiência de governo, aprende muito rápido e reage com fulminante rapidez ante uma conjuntura como a que hoje caracteriza a Líbia. E se ontem apoiava sem condições a Kadafi agora tratam de



livrar-se dele o quanto antes e facilitar uma “transição ordenada”, Hillary Clinton disse, que organize a traição às expectativas das massas e instaure um simulacro de democracia que permita que os imperialistas continuem sangrando a Líbia e o mundo árabe em geral

Em sua apressada conversão neoliberal Kadafi abriu a economia para as grandes transnacionais, principalmente européias. Em uma detalhada nota, Modesto Emilio Guerrero assinala que a partir de 1999 os países acidentais começaram a dispensar-lhe um tratamento muito especial, por três razões que soam como musica celestial nos bolsos da burguesia: a) é muito bom cliente; b) é muito bom sócio de suas empresas; c) além de ser um provedor estratégico de petróleo e gás. Bom cliente porque quando foi levantado o embargo de armas que pesava sobre a Líbia (em outubro de 1999) por sua participação com - cumplicidade em - ações terroristas em diversos países: Espanha, Itália, Inglaterra e Alemanha se converteram em seus principais provedores das armas que logo Kadafi utilizaria contra seu próprio povo. Pouco depois umas 150 empresas britânicas vinculadas aos negócios petrolíferos - entre elas a British Petroleum, principal responsável pela destruição do ecossistema marinho no golfo do México - se instalaram na Líbia junto com o Repsol, a francesa Total, a empresa italiana ENI e a austríaca OM para explorar o negócio dos hidrocarbonos. Outras empresas, destes mesmos países e dos Estados Unidos, participaram ativamente das obras de infra-estrutura a parte da já mencionada venda de armas. Bom sócio porque a través dos 65 bilhões de dólares de que dispõe a Libyan Investment Authority a família Kadafi realizou importantes investimentos na FIAT, na petroleira italiana ENI e é acionista da Unicredit, o maior banco da Itália. Também tem ações no grupo econômico Pearson, editor do periódico ultra-neoliberal Financial Times. Várias grandes empresas alemãs e francesas também contam com a participação de capitais líbios. Provedor seguro, por último, porque, tal como expressou Silvio Berlusconi, o controle do fluxo migratório “ilegal” procedente do Megrab e, em geral, de toda a África, e o confiável provedor de petróleo líbio são serviços de extraordinária importância que os líderes das democracias capitalistas não podiam senão apreciar em toda linha. O presidente do governo espanhol, José Maria Aznar, seu sucessor, Rodriguez Zapatero e o próprio Rei Juan Carlos da Espanha rivalizaram com “Il Cavaliere” italiano e o primeiro ministro britânico e figura central do “new labor” em cultivar a amizade do líder líbio, quase sempre com ribetes escandalosos. Em consonância com estas mudanças, a relação com Washington experimentou um giro de 180 graus: em 2006 o



Departamento de Estado tirou a Líbia da lista de países que aprovavam o terrorismo. Aterrorizado pela guerra do golfo de fevereiro de 1991 e aterrorizado ao observar o ocorrido no Iraque desde 2003 e o destino de Saddam Hussein, Kadafi supervalorizou seu arrependimento ao extremo, e passar os limites do ridículo, ao declarar uma e outra vez sua vontade de ajustar a conduta da Líbia às regras do jogo impostas pelo imperialismo. Foi em função disso que em 2008, a ex-secretária de Estado, Condoleezza Rice pode declarar: “Líbia e Estados Unidos compartilhem interesses permanentes: a cooperação na luta contra o terrorismo, o comércio, a proliferação nuclear, África, os direitos humanos e a democracia.” Diante de tudo isso cabe então perguntar-se: É isto socialismo pan-árabe, preconizado no Livro Verde do auto-proclamado “Líder e guia da revolução”? É esta a política que deve fazer a jamahiriya um “estado das massas”, como definiu Kadafi a sua organização política? Será Kadafi a o correspondente megrabi de Chavez e Fidel? O que tem haver este regime com estes processos emancipatórios em curso na América Latina, para não falar da revolução cubana?

O que fazer?

O que deve fazer então à esquerda latino americana? Em primeiro lugar, manifestar sem rodeios seu absoluto repúdio a selvagem repressão que Kadafi está perpetrando contra seu próprio povo. Solidarizar-se, sob qualquer circunstância, com quem incorre em semelhante crime mancharia irreparavelmente a integridade moral e a credibilidade da esquerda de nossa América. O reconhecimento da justiça e legitimidade dos protestos populares, tal como se fez sem vacilação alguma no caso da Tunísia e Egito, tem um único possível corolário: o alinhamento de nosso povo com o processo revolucionário em curso no mundo árabe. Por suposto, a forma como isso se manifeste não poderá ser igual no caso das forças políticas e movimentos sociais e, por outro lado,

os governos de esquerda da América Latina, que necessariamente tem que contemplar aspectos e compromissos de diversos tipos que não existem naquelas. Porém, a consideração das sempre complexas e geralmente traiçoeiras “razões de estado” e as contradições próprias da “real política” não podem levar aos segundos tão longe como para respaldar um ditador encurralado pela mobilização e a luta de seu próprio povo, reprimido e ultrajado enquanto o entorno familiar de Kadaffi e o estreito círculo de seus apoiadores incondicionais se enriquece até o limite inimaginável. Como explicar para as massas árabes, que por décadas buscaram as chaves de sua emancipação nas lutas de nosso povo e que reconhecem em Che, Fidel e Chaves a personificação de seus ideais libertários e democráticos, a indecisão dos governos mais avançados da América Latina enquanto que toda a canalha imperialista, desde Obama para baixo, se alinha – ainda que seja hipocritamente – do seu lado?

Segundo, será preciso denunciar e repudiar os planos do imperialismo norte-americano e seus serventes europeus. E ademais organizar a solidariedade com os novos governos que surjam da insurgência árabe. Os próprios rebeldes líbios emitiram declaração claríssima a respeito: se houver invasão dos Estados Unidos, com ou sem a (pouco provável) cobertura da OTAN, os insurgentes voltaram seus fuzis contra os invasores e logo ajustaram contas com Kadaffi, principal responsável da submissão da Líbia aos ditames das potências imperialistas. América Latina tem que apoiar com todas as suas forças a resistência a eventual invasão imperialista, consciente de que o que hoje está em jogo no Norte da África e no Oriente Médio não é um problema local senão uma batalha decisiva na longa guerra contra a dominação

imperialista em escala mundial. O triunfo da insurreição popular Líbia terá como correlato o fortalecimento das rebeliões em curso no Yemen, Marrocos, Jordânia, Argélia, Barheim, e a que faz tempo vem se gestando na Arábia Saudita, além de fortalecer a resistência dos sindicatos e os movimentos sociais no Wisconsin, Estados Unidos, e em diversos países europeus, hoje vítimas preferenciais do FMI. Barheim é a sede da Quinta Frota dos Estados Unidos, com a missão de monitorar todo o que ocorra no golfo pérsico e suas imediações; e Arábia Saudita um regime totalmente submetido à vontade da Casa Branca e o grande regulador do preço internacional do petróleo e seu adequado abastecimento ao mundo desenvolvido. Se o mapa sócio político do mundo árabe chegara a mudar, como esperamos que fosse a geopolítica internacional veria modificada a correlação de forças a favor dos povos e nações oprimidas. E América Latina, que desde o final do século XX se colocou na vanguarda das lutas anti-imperialistas, haveria por fim encontrado aliados que necessita em outras regiões do sul global para seguir avançando em suas lutas por a autodeterminação nacional, a justiça social e a democracia. Por isso, nossa região não pode nem tem o direito a se equivocar ante um processo cujas projeções podem ser ainda maiores que as que em seu momento teve a queda da União Soviética, e de um signo distinto, e cujo desenlace revolucionário fortalecerá os processos de emancipação em curso em nossa região. Abandonar nossos irmãos árabes nesta batalha decisiva seria um erro imperdoável, tanto do ponto de vista ético como desde o mais especificamente político. Seria trair o internacionalismo de Che e de Fidel e arquivar, talvez definitivamente, os ideais bolivarianos. Não podemos perder esta oportunidade!



Líbia: um debate legítimo e necessário desde uma perspectiva antiimperialista

Gilbert Achcar

Traduzido para Rebelión por Loles Oliván

Traduzido para Socialismo e Liberdade por Antônio Neto

[...]O Tratado de Brest-Litovsk foi de fato um compromisso com os imperialistas, porém foi um compromisso que, dadas as circunstâncias, havia que ser feito [...] Rechaçar compromissos “por princípios”, rechaçar a validade dos compromissos em geral não importa de que tipo, é infantilismo, o que torna difícil sequer considerá-lo seriamente... há que ser capaz de analisar a situação concreta e as condições concretas de cada compromisso, ou de cada variedade de compromisso. Deve-se aprender a distinguir entre um homem que entrega seu dinheiro e suas armas aos bandidos com o fim de diminuir o mal que possam fazer e para facilitar sua captura e sua execução, e um homem que dá seu dinheiro e suas armas aos bandidos para repartir com estes o botim.

Vladimir I. Lenin



A entrevista que dei a meu bom amigo Steve Shalom no dia seguinte à aprovação, pelo Conselho de Segurança das Nações Unidas (CSNU), da resolução 1973, publicada em Znet no dia 19 de março, provocou uma tormenta de debates e declarações de todo tipo – amistosas, pouco amistosas, de apoio total, de leve

apoio, educadamente críticos ou freneticamente hostis – muito mais ampla que qualquer coisa que poderia esperar, ainda mais porque foi traduzida e distribuída em vários idiomas. Se isso indica algo, é que as pessoas sentem que havia um problema real em jogo. Assim vamos discuti-lo.

O debate sobre o caso da Líbia é legítimo e necessário para os que compartilham uma posição antiimperialista, a não ser que alguém acredite que a adesão a um princípio nos poupa a necessidade de analisar concretamente cada situação concreta e determinar nossa posição à luz de nossa apreciação dos fatos. Cada regra geral admite exceções. Isto inclui a regra geral de que as intervenções militares das potências imperialistas autorizadas pelas Nações Unidas são simplesmente reacionárias e não podem ter um propósito humanitário ou positivo. Só pelo bem do argumento: se pudéssemos voltar atrás na roda da história e remontar o período imediatamente anterior ao genocídio de Ruanda, nos oporíamos a uma intervenção militar liderada pelo Ocidente, autorizada e iniciada pelas Nações Unidas com o fim de evitá-lo?

Claro, muitos diriam que a intervenção de forças imperialistas/estrangeiras corre o risco de produzir vítimas. Porém, pode alguém em sua sã consciência acreditar que as potências ocidentais teriam massacrado entre meio milhão e um milhão de seres humanos em 100 dias?

Isto não quer dizer que Líbia seja Ruanda: Explicarei brevemente por que as potências ocidentais não se preocuparam com Ruanda ou por que não se preocuparam com o número de mortos de proporções genocidas na Republica Democrática do Congo, e por sua vez agora atuam sem reservas na Líbia. A referência ao caso Ruanda é feita para mostrar que cabe discutir casos concretos ainda que aderindo a firmes princípios antiimperialistas. O argumento de que a intervenção ocidental na Líbia provocará vítimas civis (eu inclusive me preocupo pelos soldados de Kadafí desde uma perspectiva humanitária) não é determinante. O decisivo é a comparação entre os custos humanos desta intervenção e o custo que teria se ela não tivesse sido levada a cabo.

Para fazer outra analogia extrema no sentido de mostrar o âmbito completo da discussão: Se pode derrotar o nazismo por meios não violentos? Não eram os meios utilizados pelas forças aliadas cruéis? Não bombardearam selvagemmente Dresden, Tóquio, Hiroshima e Nakazaki, matando a uma grande quantidade de civis? Em retrospectiva, diríamos agora que o movimento antiimperialista da Grã Bretanha e dos Estados Unidos deveriam ter feito campanha contra a participação dos Estados Unidos na Guerra Mundial? Ou seguimos pensando que o movimento antiimperialista fez o correto ao não se opor à guerra contra o “Eixo” (assim como o fez quando se opôs à anterior, a Guerra Mundial de

1914-1918), porém, deveria ter feito campanha contra qualquer dano intencional causado às populações civis, ou seja contra os ataques que não tenham como razão evidente a derrota do inimigo?

Já basta de analogias. Estão sempre sujeitas a debates intermináveis por mais que sirvam ao útil propósito de mostrar que podem existir situações nas quais pode haver debate, situações nas quais tens que te entregar aos bandidos, ou chamar a polícia, etc. Mostram que a crença de que estas atitudes devem ser rechaçadas automaticamente como uma “violação dos princípios”, sem se dar ao trabalho de avaliar as circunstâncias concretas, é simplesmente insustentável. Do contrário, pareceria que ao movimento antiimperialista dos países acidentais só lhes preocupa seus próprios governos, sem lhes importar uma vírgula com o destino de outras populações. Isso já não é antiimperialismo senão isolamento da direita: a atitude de “que vão todos ao inferno e nos deixem em paz” a la Patrick Buchanan. Assim que avaliemos com calma a situação concreta que estamos tratando nestes dias.

Começemos pela natureza do regime de Kadafi. Os fatos aqui deixam pouco espaço para desacordos legítimos. Falo disso unicamente como deferência aos que acreditam de boa fé e por pura ignorância, que Kadafi é um progressista e um antiimperialista. É certo que Kadafi começou como um ditador populista relativamente progressista e antiimperialista, que liderou um golpe militar contra a monarquia Líbia em 1969, se espelhando no golpe egípcio que derrotou a monarquia em 1952. Seu primeiro herói foi Gomal Abdel Nasser, apesar de que seu regime se situou inicialmente mais na direita ideológica, com muito mais ênfase na religião (mais tarde, Kadafi pretendeu fazer uma nova interpretação do Islã). Desde muito cedo começou a contratar gente dos países mais pobres como mercenários para suas forças armadas, no principio, para a legião islâmica que ele mesmo criou.

Proclamou a substituição das leis existentes pela sharia no começo dos anos 70, justo antes de embarcar em uma imitação da “revolução cultural” chinesa com sua própria versão islâmica do Pequeno livro vermelho de Mao: o Livro verde. Também imitou pretexto da “revolução cultural” instituindo a “democracia direta” mediante a criação de um sistema de “comitês populares” que supostamente converteram a Líbia em um “Estado das massas” – de fato com um percentual recorde de indivíduos nas folhas dos serviços de segurança- mais de 10% da população Líbia era composta de informantes pagos para exercer a vigilância sobre o

resto da sociedade. Kadafi prendeu e executou a sangue frio aos opositores do seu regime, entre eles vários dos oficiais que haviam participado com ele da derrubada da monarquia. No final dos anos 70, decidiu converter a economia da Líbia em uma combinação de capitalismo de Estado para as grandes empresas e capitalismo privado com trabalhadores “associados” para as pequenas, e abolir a renda e o comercio a varejo (até a barbearias foram nacionalizadas). Da mesma forma, dedicou parte dos ingressos petroleiros do Estado para melhorar as condições de vida dos cidadãos da Líbia, uma versão “revolucionária” da forma com que algumas monarquias do Golfo com altos ingressos petroleiros per capita atendem as necessidades de seus próprios cidadãos com o objetivo de comprar respaldo social, enquanto que, da mesma forma que na Líbia, maltratam aos trabalhadores imigrantes que constituem uma parte importante de sua força de trabalho e de sua própria população.

Na década seguinte, frente aos desastrosos resultados de sua política equivocada e a crise da URSS, da qual dependia para suas compras de armas, Kadafi pretendeu imitar a perestroika de Gorbachev liberando a economia líbia, porém dificilmente sua vida política. Seu novo giro político foi em 2003. Em dezembro deste ano saiu em defesa de Bush e Blair ao anunciar que havia decidido renunciar a seus programas de armas de destruição em massa. Esse foi um impulso necessário para a credibilidade da invasão do Iraque como meio de deter a proliferação de armas de destruição em massa (ADM). Kadafi converteu-se repentinamente em um líder respeitável e foi felicitado calorosamente; Condoleezza Rice o mencionava como modelo. Um após outro, líderes ocidentais se congregavam na Líbia para visitá-lo em sua tenda de campanha e fechar fabulosos contratos. Quem construiu a mais estreita relação com ele foi o primeiro ministro italiano, de extrema direita e racista, Silvio Berlusconi: sua amizade com Kadafi foi muito frutífera não só economicamente. Em 2008, chegaram a um dos acordos mais sujos dos últimos tempos a acertar que os imigrantes do continente africano interceptados pela marinha italiana tentando alcançar a costa europeia seriam entregues diretamente a Líbia ao invés de ser transportados para território italiano, onde lhes deve dar asilo. Este acordo foi tão eficaz que reduziu o numero das solicitações de asilo, na Itália, de 36.000 em 2008 para 4.300 em 2010. Foi condenado, em vão, pelo Alto Comissariado para os Refugiados.

A ideia de que as potências ocidentais estão intervindo na Líbia porque querem derrubar a um regime hostil a seus interesses é absurda. Igualmente absurda é

a idéia de que o que buscam é botar em suas mãos o petróleo líbio. De fato, todas as petroleiras ocidentais e companhias de gás estão presentes na Líbia: a italiana ENI, a alemã Wintershall, a britânica BP, a francesa Total e GDF Suez, as empresas estadunidenses ConocoPhillips, Hess e Occidental, a anglo-holandesa Shell, a espanhola Repsol, a canadense Suncor, a norueguesa Statoil, etc. Por quê, então, estão intervindo as potências ocidentais hoje na Líbia e não ontem em Ruanda, ou no Congo, nem ontem nem hoje? Sendo um dos que argumentaram energicamente que a invasão do Iraque foi “por petróleo” contra quem tratava de nos taxar de “reducionistas”, não espereis que eu sustente que esta não é por petróleo. É, categoricamente. Porém, como?

Minha análise a respeito é a seguinte: depois de ver durante umas semanas como Kadafi levava a cabo a supressão terrivelmente brutal e sangrenta da insurreição que começou no meio de fevereiro – estima-se que o número de pessoas mortas no início de março oscile entre 1.000 e 10.000, esta última segundo o Tribunal Penal Internacional, e as estimativas da oposição líbia oscilam entre 6.000 e 8.000 –, os governos ocidentais, como todo o mundo, se convenceram de que com Kadafi situado em uma ofensiva contrarrevolucionária e chegando às portas da segunda maior cidade líbia, Benghazi (mais de 600 mil habitantes), era iminente uma matança em massa. Para dar uma idéia do que governos tão repressivos são capazes de fazer, basta pensar que a repressão do regime sírio ao levante de 1982 na cidade de Hama, com menos de um terço da população de Benghazi, deu lugar a mais de 25 mil mortos. Se houvesse ocorrido um massacre similar que, como resultado houvesse consolidado o governo de Kadafi, os governos ocidentais não teriam mais remédio que impor sanções e um embargo de petróleo sobre seu regime.

As condições do mercado do petróleo imperantes na década de 1990 se caracterizavam pelo descenso dos preços em um momento em que os Estados Unidos atravessavam sua mais longa expansão econômica, o auge da bolha-sustentável dos anos de Clinton. Para Washington e seus aliados foi muito cômodo manter um embargo contra Iraque durante a década (a um custo quase genocida). Até o final da década o mercado do petróleo não começou a sair da depressão rumo a um aumento de preços que, tudo indicava, era de natureza estrutural, ou seja, uma tendência de aumento em longo prazo. E não é casualidade que George W. Bush e seus cúmplices se colocaram a favor da “mudança de regime” no Iraque. Era a consolidação sem a qual Washington não toleraria a suspensão do embargo a

um país cujos principais acordos sobre petróleo haviam sido feitos atendendo aos interesses franceses, russos e chineses (os três principais opositores da invasão no conselho de segurança da ONU... surpresa, surpresa!).

As condições atuais do mercado petroleiro mundial são, de fato, condições nas quais os preços do petróleo, depois de uma breve queda sob o choque da crise mundial, retomou seu movimento ascendente vários meses antes da onda revolucionária no norte da África e Oriente Médio. Isso é assim em uma situação de crise internacional não resolvida, com uma falsa recuperação extremamente frágil. Em tais condições, um embargo de petróleo na Líbia simplesmente não é uma opção. O massacre teria que ser evitado. O melhor cenário para as potências ocidentais se converteu na queda do regime porque lhes aliviava o problema de enfrentar-se com ele. Uma opção do mal menor para eles seria um estancamento prolongado e a divisão do país de fato entre o leste e o oeste, com as exportações de petróleo sendo retomadas desde as duas províncias ou exclusivamente desde as principais jazidas localizadas no leste sob o controle rebelde.

A estas considerações ha que agregar o seguinte: que não tem sentido, e constitui um exemplo de “materialismo” muito cru descartar por irrelevante o peso da opinião pública sobre os governos ocidentais, especialmente no caso dos governos europeus próximos. No momento em que os insurgentes líbios cobravam do mundo de maneira cada vez mais insistente que lhe proporcionasse uma zona de exclusão aérea para neutralizar a importante vantagem das forças de Kadafi, e com o público ocidental vendo os acontecimentos pela TV – o que fazia impossível que passara despercebido o grande massacre em Benghazi, como ocorreu freqüentemente em outros lugares (como na mencionada Hama, por exemplo, ou na República Democrática do Congo) – os governos ocidentais não só haviam provocado a ira de seus cidadãos, senão que haviam colocando em perigo, por completo, sua capacidade de invocar pretextos humanitários para novas guerras imperialistas como a dos Balcãs e a do Iraque. Não só estavam em jogo seus interesses econômicos senão também a credibilidade de sua própria ideologia. E a pressão da opinião pública árabe, sem dúvida, jogou um papel importante no chamado a Liga de Estados Árabes para uma zona de exclusão aérea sobre a Líbia, apesar de que, indubitavelmente, a maioria dos regimes árabes desejasse que Kadafi pudesse sufocar os levantes e reverter assim a onda revolucionária que se estendeu por toda a região afetando a seus próprios regimes desde o começo deste ano.

Bom, e agora, que fazemos com isso? Um levante popular enfrentando a uma ameaça demasiado real de massacre solicita uma zona de exclusão aérea com o propósito de que lhes ajude a resistir à ofensiva do regime criminoso. Ao contrario da forças contrarias a Milosevic no Kosovo, [os rebeldes líbios] não pediram que as tropas estrangeiras ocupassem seu território. Pelo contrario, tinham uma boa razão para não confiar nem um pouco neste tipo de movimento: seu conhecimento, à luz do Iraque, Palestina, etc., de que as potências internacionais têm agendas imperialistas, assim como sua própria experiência do modo como as potências mundiais se acomodaram com o mesmo tirano que lhes oprime. Rechaçaram de maneira explícita qualquer intervenção estrangeira sobre seu território; unicamente solicitaram cobertura aérea. E a resolução do CSONU exclui explicitamente, baseando-se em sua solicitação, “uma força de ocupação estrangeira de qualquer tipo em qualquer parte do território líbio”.

Não vou me deter nos argumentos inaceitáveis dos que tratam de levantar duvidas sobre a natureza da liderança dos levantes. Com frequência são os mesmo que acreditam que Kadafi é um progressista. Os líderes dos levantes são um mescla de dissidentes políticos e intelectuais dissidentes e de direitos humanos, alguns dos quais passaram longos anos nas celas de Kadafi, homens que romperam com o regime para unir-se à rebelião e representam a diversidade regional e tribal da população líbia. O programa sob o qual se uniram é a mudança democrática – liberdades políticas, direitos humanos e eleições livres – exatamente igual a todos os demais levantes na região. E ainda que não esteja claro como será a Líbia pós-Kadafi, duas coisas são certas: não poderá ser pior que o regime de Kadafi, e não poderá ser pior que o cenário bastante mais provável de um papel crucial dos fundamentalistas Irmãos Muçulmanos no Egito pós-Mubarak, argumento que deram alguns para apoiar o ditador egípcio.

Pode alguém afirmar pertencer à esquerda e ignorar a súplica de um movimento popular que pede que os policiais e bandidos imperialistas lhes proteja, quando o tipo de proteção requerido não pode servir para exercer o controle sobre seu país? Evidentemente que não, segundo eu entendo a esquerda. Nem um verdadeiro progressista poderia ignorar o pedido de proteção do levante – a menos que, como é muito freqüente entre a esquerda ocidental, se ignore simplesmente as circunstâncias se e as ameaças iminentes de massacres e se preste atenção para a situação em seu conjunto só quando seu próprio governo se envolve, despertando com

isso seu reflexo (normalmente são, devo agregar) de se opor à participação. Em todas as situações em que os antiimperialistas se opuseram a intervenções militares ocidentais utilizaram como justificativa a prevenção de um massacre assinalaram alternativas demonstrando que a escolha dos governos ocidentais de recorrer à força só se deriva dos planos imperialistas.

Houve uma saída não violenta para a crise no Kosovo: por um lado, a oferta feita pelo governo russo de Yeltsin em agosto de 1998 de uma força internacional para por em marcha uma solução política comum imposta por Moscou e Washington. Foi transmitida pelo então embaixador dos Estados Unidos na OTAN, Alexander Vershbow, e Washington simplesmente a ignorou. O mesmo se poderia agregar com relação a fevereiro de 1999. As posições sérvias e da OTAN eram diferentes porem negociáveis como demonstrou depois de 78 dias de bombardeios, quando a resolução das Nações Unidas refletiu o compromisso entre ambos. Havia uma saída não violenta para que Saddam Hussein retira-se suas tropas do Kuwait em 1990: aparte de que não poderia haver resistido durante muito tempo, as duras sanções que impuseram a seu regime com o objetivo de obrigá-lo a sair, lhe foi oferecido negociar sua retirada. Washington preferiu destruir a infra-estrutura do país e enviá-lo “de novo a idade da pedra”, tal como o enviado do Conselho de Segurança descreveu a situação do país depois da guerra de 1991.

Qual era então a alternativa para a zona de exclusão aérea no caso Líbia? Nem uma é convincente. O dia em que o Conselho de Segurança votou a resolução, as forças de Kadafi já estavam às portas de Benghazi e sua força aérea atacando a cidade. Em uns quantos dias poderia haver tomado Benghazi. Os que consideram esta questão dão respostas muito pouco convincentes. Poderia haver uma solução política se Kadafi estivesse disposto a permitir eleições livres, porém não estava. Ele e seu filho Saif não deixaram alternativa ao levante que não a rendição (lhes foi prometida uma anistia na qual ninguém poderia confiar) ou a “guerra civil”. Vou ignorar aqueles que dizem que a população de Benghazi poderia ter fugido para o Egito e refugiar-se ali... Nem sequer é digno de comentários. Também vou ignorar aqueles que dizem que só deveriam intervir os exércitos árabes, como se uma intervenção das forças armadas egípcia e sauditas houvesse causado menos vítimas e representasse menos influência imperialista no processo líbio. A resposta que soa mais convincente é a que advoga por entregar armas aos insurgentes, porém não era uma alternativa plausível.

A entrega de armas não pode ser organizada e feita efetiva –sobretudo se estamos pensando em sofisticados mísseis antiaéreos – em 24 horas. Não poderia haver sido a alternativa a um massacre anunciado. Em tais condições, na ausência de qualquer outra solução possível, era incorreto moral e politicamente, para qualquer que seja de esquerda, se opor à zona de exclusão aérea, ou em outras palavras, se opor à solicitação dos rebeldes de uma zona de exclusão aérea – a menos que Kadafi já não pudesse mais utilizar sua força aérea. Caso contrário, não ter a zona de exclusão aérea significaria uma vitória para Kadafi, que logo voltaria a utilizar seus aviões e esmagaria a sublevação de modo ainda mais feroz do que estava disposto a fazer previamente. Por outro lado, devemos exigir claramente que cessem os bombardeios uma vez que os meios aéreos de Kadafi tenham sido neutralizados. Devemos exigir transparência sobre qual o potencial aéreo que ainda tem Kadafi e, no caso de ainda dispor de algum, o que se necessita para neutralizá-lo. E devemos nos opor a que a OTAN se converta em uma participante com plenos direitos na guerra terrestre para além dos ataques iniciais aos blindados de Kadafi, necessário para deter a ofensiva de suas tropas contra as cidades rebeldes na província ocidental – mesmo no caso de que sejam os insurgentes que convidem a OTAN para participar ou lhes dêem as boas vindas.

Isso significa que apoiemos ou devemos apoiar a resolução 1973 do Conselho de Segurança da ONU (CSONU)? Não, em absoluto. Trata-se de uma resolução má e perigosa precisamente porque não define garantias suficientes contra a transgressão do mandato de proteger aos civis líbios. A resolução deixa demasiada margem para a interpretação e poderia ser utilizada para impulsionar uma agenda imperialista que vai além da proteção até a intromissão no futuro político da Líbia. Não se poderia apoiar, e deve ser criticada por suas ambigüidades. Porém, tão pouco se poderia rechaçar, no sentido de se opor à zona de exclusão aérea e dando a impressão de que não se preocupar pelos civis nem pelo levante. Não podíamos mais que expressar nossas fortes reservas. Uma vez que começou a intervenção, o papel das forças antiimperialistas deveria haver consistido em seguir de perto e em condenar todas as ações de ataque contra civis onde não se observar as medidas para evitar assassinatos, assim como todas as ações da coalizão que não respondam à razão de proteger civis. Não obstante, há um artigo da resolução do CSONU ao qual há que se opor definitivamente: aquele em que se confirma o embargo de armas para a Líbia, se ao

que se refere é ao país e não só ao regime de Kadafi. Ao contrário, devemos exigir que se entreguem armas de maneira aberta e massiva aos insurgentes para que deixem de necessitar de apoio militar estrangeiro direto tão logo seja possível.

Um último comentário: há anos denunciemos a hipocrisia e duplo critério das potências imperialistas, assinalando o fato de que não impediram o genocídio em Ruanda enquanto intervinham para por fim ao fictício “genocídio” do Kosovo. Isso supõe que pesamos que a intervenção internacional houvesse de ser feita para impedir o genocídio em Ruanda. Desde logo, a esquerda não deve proclamar tão absolutos “princípios” como “estamos contra da intervenção militar das potências acidentais sob “quaisquer circunstâncias”; esta não é uma posição política senão um tabu religioso. Pode-se apostar com segurança que a atual intervenção na Líbia resultara mais embaraçosa para as potências imperialista no futuro. Como esses membros do *stablishment* estadunidense que se opunham a intervenção de seu país advertiram com razão, a próxima vez que a força aérea de Israel bombardear um de seus vizinhos, tanto de Gaza como do Líbano, o povo exigira uma zona de exclusão aérea. Eu, por exemplo, o farei. Devem-se organizar piquetes diante das Nações Unidas em Nova York para exigí-lo. Todos devemos estar dispostos a fazê-lo, agora com um argumento poderoso.

A esquerda deve aprender a expor a hipocrisia do imperialismo usando contra ele as mesmas armas morais que ele explora cinicamente, ao invés de fazer com que esta hipocrisia seja mais eficaz parecendo que não se preocupa com considerações morais. São eles que têm dois critérios, não nós.



Fonte: <http://www.zcommunications.org/libya-a-legitimate-and-necessary-debate-from-an-anti-imperialist-perspective-by-gilbert-achcar>

Revolução e contra-revolução na Líbia e no mundo árabe

Todo apoio à Revolução na Líbia! Fora Kadaffi!

Pedro Fuentes

A Revolução democrática líbia pela derrocada de Kadaffi é uma parte importante, fundamental, da onda de levantes populares dos países árabes, cujos maiores triunfos são a derrocada dos regimes autocráticos no Egito e na Tunísia. Este processo, também, chegou a Bahrein, Iêmen e, em menor medida, Argélia e Marrocos. Nestes países, os governos fizeram mudanças políticas preventivas, mas a mobilização e o descontentamento não pararam. Enquanto no Egito e na Tunísia as mobilizações populares determinaram a queda das autocracias e o estabelecimento de governos provisórios de transição, na Líbia, a insurreição do povo contra a ditadura repressora de Kadaffi desencadeou uma guerra civil e a divisão do exército: uma parte com o ditador, outra com a rebelião.

Os grandes setores do povo pobre insurretos lutam em desvantagem militar contra Kadaffi, que tem lançado todo o poder de fogo das modernas armas aéreas e terrestres. Armas que lhe foram fornecidas há anos pelas potências imperialistas, que são suas aliadas em negócios e, agora, por Marrocos e Argélia, países nos quais o ditador está recrutando seus mercenários.

Grande parte do futuro da revolução árabe em curso depende desta guerra civil. A revolução continua avançando na Tunísia e no Egito, onde caíram os governos que tinham elementos de continuidade com o velho regime. No primeiro país já se conquistou a Constituinte livre e soberana, enquanto que no segundo a mesma será resultado de uma eleição parlamentar. O companheiro Fred de volta desse país nos informa que lá a polícia foi praticamente destruída. A mobilização continua e os revolucionários acabam, nesses últimos dias, de assaltar as redes de polícia secreta. O governo ficou tão na defensiva que só pediu, por favor, que não façam públicos os papéis confiscados.

Entretanto, a resistência assassina de Kadaffi significa uma cerca que tenta deter a revolução regional. Não por casualidade, a monarquia apoiada na casta minoritária sunita que governa o Bahrein e que está sendo rechaçada pela mobilização do povo majoritariamente xiita, acaba de pedir e conseguir o apoio militar da Arábia Saudita; esta atitude é parte deste processo regional de revolução e contra-revolução que atravessa a região.

Kadaffi conta com o apoio direto dos governos autocráticos do Marrocos e Argélia que lhe dão apoio logístico, militares e mercenários. Há provas confiáveis de que Argélia está lhe proporcionando pessoal, aviões, armas e mercenários. Conseqüentemente, os revolucionários líbios não só

enfrentam Kadaffi, mas ao redor do mesmo se formou uma coalizão internacional de regimes repressivos que tem seu futuro ameaçado pela Revolução Árabe em curso.

Temos posição na atual guerra civil da Líbia

A mesma posição que os socialistas e antiimperialistas conseqüentes tiveram ante os processos revolucionários da Tunísia e do Egito é a mesma que temos agora apoiando os rebeldes da Líbia. Quem se declara socialista ou inclusive aqueles que só lutam, conseqüentemente, pelas liberdades democráticas, não podem ter outra política que não seja apoiar e sustentar o triunfo desta rebelião popular contra o ditador que, insistimos, até ontem, esteve aliado aos grandes capitais europeus e estadunidenses e, muito particularmente, a Itália e Inglaterra. Estamos do lado do povo e lutamos pela derrubada do ditador que o está bombardeando e atacando.

Há toda uma corrente na América Latina de setores antiimperialistas que pensa que é preciso atuar com cautela porque o imperialismo está se aproveitando da situação, inclusive militar. Para estes setores, este é o problema fundamental agora.

Nunca um processo é puro e, em geral, sempre no mundo árabe houve e há interesses das potências que tratam de se aproveitar da situação. Mas, o que é preciso ver primeiro é o que está fazendo o povo com sua rebelião, não quais as formas e medidas com que as potências externas se aproveitam da guerra civil. Na Líbia, Kadaffi não está defendendo seu país e sim seu poder, suas riquezas, seus cárceres e suas câmaras de tortura, quaisquer que tenham sido suas medidas nacionalistas há 40 anos, e o está fazendo destruindo o povo.

Nós, socialistas e antiimperialistas não nos deixamos seduzir por posições do passado, mas olhamos a realidade concreta atual. Não nos guiamos pelo que diz uma ou outra cúpula de governo ou partido, mas a posição assumida pelo povo em luta. A contradição fundamental que é preciso resolver é enfrentar o inimigo do povo líbio agora. Esse inimigo é Kadaffi, a quem o povo enfrenta com sua rebelião. Este é o problema fundamental e não quais seriam as formas e as medidas com as quais as potências externas se aproveitam da situação de guerra civil.

Como corretamente coloca o escritor e militante Adolfo **57**

Gilly, em seu artigo no qual defende a posição assumida por Fidel Castro que, segundo ele, está sendo mal interpretado: “Não houve revolução no mundo árabe onde essas potências não tenham procedido de tal modo” e agregamos que assim o fizeram quando o Canal de Suez e em todas as listas de longas revoluções. Mas o que é preciso ver primeiro, diz Gilly “não é o que tentam e pretendem fazer seus inimigos externos, mas o que faz o povo insurreto. Quais são seus motivos e propósitos, contra quem e contra o que se rebela, quem está ao seu lado e quem está contra”. Esta luta, agregamos, é contra Kadaffi que reagiu massacrando o povo.

Caso se suceda tal intervenção imperialista, esta foi facilitada pelo próprio Kadaffi e sua resistência em deixar o poder. Apoiar a luta do povo líbio contra Kadaffi é a melhor forma de impedir a intervenção das potências imperialistas; quanto antes o derrubem, melhor será.

Diz Gilly que é “surpreendente a quantidade de partidários do socialismo ou do nacionalismo que fecham os olhos frente a essa realidade e seguem vendo Kadaffi como um aliado, um ‘antiimperialista’, ameaçado pela intervenção dos impérios. Quem faz isso não compreende o perigo imediato e real que é o massacre brutal promovido por Kadaffi contra seu povo. Se preocupam pela ameaça futura ainda não advinda: a intervenção imperial”. É uma posição correta, os tanques e aviões de Kadaffi não estão dirigidos a tropas invasoras, mas sim contra seu povo. O imperialismo está deixando Kadaffi atuar, ao ponto que somente a França reconheceu o “Conselho Nacional e Temporário Líbio para a Transição”. Se intervém enviando soldados em algum momento, situação que é cada vez mais improvável, não será antes de deixar Kadaffi massacrar e dismantelar a força da insurreição popular. Assim, atua sempre o imperialismo porque seu principal inimigo não é Kadaffi, mas a revolução árabe em curso. Coerentemente com esta idéia, a reunião do G8, realizada nesses dias, decidiu não fazer a chamada zona de exclusão.

Solidariedade por todos os meios com a revolução na Líbia

O grande problema que tem os rebeldes é o de toda guerra revolucionária: a desvantagem militar ante as tropas de Kadaffi. Apesar disso, os rebeldes não foram derrotados e, pelo contrário, continuam sua luta defendendo cidades conquistadas. Segundo informa EL País, os combates continuam em Brega, cidade das tropas leais a Kadaffi, que haviam dito que a tinham conquistado. Porém, à noite, os rebeldes anunciaram havê-la recuperado. “Ainda vai de um lado a outro. Nenhuma das partes tem o controle”, declarou à Reuters o combatente rebelde Adel Ibriki, em Ajdabiya, pouco depois de voltar de Brega.

A luta não tem volta atrás, como tem declarado em diversas oportunidades o exército popular rebelde; ou os rebeldes

acabam com Kadaffi ou ele acaba com os rebeldes. A grande maioria dos habitantes está contra o ditador, por isso, o exército de Kadaffi, que não conta com mais de cinco mil efetivos, domina em grande medida produto de seu poder de fogo aéreo. Graças a isso, Kadaffi pode avançar sobre cidades, mas uma coisa é entrar nelas e tomar prédios públicos. Outra, é ganhar a luta casa a casa, para aplastar o povo, quando nas populações do leste o sentimento anti-Kadaffi é majoritário e quando, segundo informa El País, “todo mundo tem uma arma”.

O exército de Kadaffi aparecerá nessas zonas que foram libertadas pelos rebeldes como um exército de ocupação. O jornal El País analisa, também, que esse exército de Kadaffi dificilmente pode cobrir com efetividade as zonas que vão conquistando e, também por isso, seu avanço é lento.

A história mostra que é muito difícil um triunfo do exército rebelde ou de libertação, se não conta com apoio militar exterior. Assim aconteceu no Vietnã que recebeu, por exemplo, algum apoio da URSS e da China. Mas a história mostra também que um exército considerado de ocupação não consegue aplastar às massas. Assim, é a história da heróica resistência palestina e a que está ocorrendo agora no Afeganistão.

A falta de apoio militar debilita a possibilidade de um triunfo contundente dos rebeldes e a derrocada de Kadaffi. E a negativa do G8 com a zona de exclusão solicitada pelo governo rebelde da Liga Árabe obrigará a resistência a seguir por seus próprios meios. O companheiro Fred nos comentou que, nas mobilizações egípcias, de milhares de bandeiras presentes, cerca de 20% são as bandeiras dos rebeldes da Líbia. Se, como parece cada dia mais evidente, a revolução árabe se aprofunda, como está sucedendo na Tunísia e no Egito e continua batendo à porta de outros países e parece ter chegado até mesmo na Palestina – onde milhares de jovens organizados via Facebook se manifestaram pela unidade do Hamas e da OLP –, as possibilidades da resistência de derrotar Kadaffi serão cada vez maiores. Se a revolução avança a Marrocos e Argélia que entregam abastecimento, armas e mercenários a Kadaffi, o povo desses países tomará, também, a consigna de detê-los e, dessa maneira, afetará Kadaffi que precisa deles. Será o desenvolvimento da própria revolução árabe o que vai decidir até onde podem triunfar os revolucionários da Líbia.

Nesse contexto, nós, os socialistas e antiimperialistas não podemos permanecer com as mãos atadas. Como já manifestamos em uma nota anterior, temos que nos pronunciar com clareza e lutar para que também o façam os governos. Há duas proposições concretas para levar adiante: que os governos, como fez a França, reconheçam o governo rebelde e que, ao mesmo tempo, mandem imediatamente ajuda humanitária aos rebeldes da Líbia, tal como tem solicitado o governo rebelde.

Fora Kadaffi

Apoio à Revolução Árabe em todos os países!

Um panorama da Esquerda Árabe

Gilbert Achcar*

Resumo da entrevista de Gilbert Achcar, sobre a esquerda árabe, à Revista libanesa "Al-Âdâb", ainda em 2010, pouco antes dos levantes de massa que sacudiram o mundo árabe.

Falar da crise da esquerda árabe é falar da falência do que era conhecido como "bloco socialista"?

Falar da crise da esquerda árabe não é nada novo. Já se falava disso na época da radicalização de 1967. A esquerda árabe foi incapaz de se impor como força hegemônica. Salvo em processos excepcionais e conjunturais. E mesmo nesses raros casos, a crise também se instalou. O exemplo do Iraque, nos anos cinqüenta, quando a esquerda foi capaz de se fazer hegemônica, não chegou ao poder, por diversas causas que remetem a dependência que tinha do stalinismo e da URSS - que apoiava o regime de Abd al-Karîm Qâsim e não desejava enfrentamento com o bloco ocidental numa região muito instável.

Fale do Partido Comunista Iraquiano...

Efetivamente, a aniquilação do PC Sudanês, no ano de 1971, acabou com outra organização comunista que tinha capacidade de hegemonia em seu país. Depois disso, se produziu uma onda de radicalização de esquerda que se estendeu a partes do movimento nacionalista árabe - no Movimento dos Nacionalistas Árabes, o I Ba't e outros - na esteira da derrota de 1967. Porém, o único que chegou ao poder foi a vertente do MNA no Iêmen do Sul. Esta experiência única passou por sucessivas crises desde seu nascimento e terminou com sua queda. Em todos os aspectos, a esquerda conheceu crise, rupturas e disputas. Contudo, há que distinguir entre a crise da atualidade e a crise durante o período pós 67. Naquele momento, a esquerda esteve diante da possibilidade de expandir-se por todo o mundo árabe. Se tratava de uma crise de crescimento, hoje se trata de uma crise de estagnação. A realidade foi que a maré radical teve curto alcance. O primeiro grande golpe foi a liquidação da esquerda no movimento comunista iraquiano, quando os Baatistas tomaram o poder. O segundo golpe duro foi a liquidação da resistência palestina na Jordânia, que começou no ano de 1970. E ainda que seguisse existindo forças de esquerda radical em outros lugares, a situação geral no final dos anos setenta foi de crise e retrocesso. Isto aconteceu num contexto mais amplo de retrocesso



das idéias de esquerda nos anos oitenta e noventa, anos de ofensiva neoliberal. O fim da URSS constituiu um golpe devastador contra o movimento comunista árabe. A situação que vemos hoje com a reconstrução/revitalização do Partido Comunista do Líbano é uma exceção em nível árabe.

O Partido Comunista Libanês?

Sim. Ocorre não faz muito. É um exemplo singular, que não existe em nenhum outro país árabe. O Partido Comunista Libanês é o único que tentou uma reconstrução séria, após o fim da URSS. E isso apesar de que é muito mais débil do que nos anos setenta. Porém, esta exceção confirma a regra, a corrente comunista árabe agoniza, após a queda da URSS. O Partido Comunista Libanês era muito menos dependente da URSS depois que George Hawi se consolidou como sua direção e tem uma vitalidade incomparável.

Você fala que uma das causas mais importantes da crise da esquerda árabe foi seu vínculo com a URSS e fala da experiência do Iêmen do Sul como exemplo. Fale disso.

A hegemonia soviética no Iêmen do Sul teve um papel fundamental no choque que se produziu entre Abd al-Fattâh Ismâ'îl e Sâlim Rabî' na prática; e de uma maneira geral na burocratização da experiência revolucionária luminosa para a zona, ao

ser um Estado que tentou acomodar-se em meio a um cerco reacionário ao seu redor. Se compararmos com o movimento comunista dos anos cinquenta e o movimento comunista árabe, veremos a diferença no papel da URSS: quando nos anos setenta foi menor a capacidade soviética de influir na maioria da Europa, a dependência dos partidos comunistas árabes aumentou. Uma dependência material para livrar-se da repressão e das grandes dificuldades. Este é o caso do Iêmen do Sul.

A URSS teve grande responsabilidade na "castração" dos Partidos Comunistas? Por acaso a estrutura econômica e social árabe não tiveram uma responsabilidade maior?

Eu não responsabilizo apenas à URSS. O certo é que seu papel foi um fator fundamental entre vários fatores que explicam o fracasso. Sem dúvida, a responsabilidade pelo fracasso é endógena, e recai sem dúvida, nas direções dos Partidos Comunistas, na experiência iemita. Foi a ala de Abd al-Fattâh Ismâ'il que dominou a direção. A dependência da URSS não foi "imposta" a ninguém. Pelo que se refere à estrutura econômica social árabe, me refiro a função da pobreza e do grande atraso do Iêmen. No entanto, acredito que seria possível um caminho diferente, se a direção do processo houvesse sido mais coerente e se predominasse a ala que propunha a soberania nacional e rechaçava a dependência de Moscou. Contudo, quando nos referimos a outros partidos comunistas como o iraquiano e o jordaniano ou o siri, as condições econômicas e sociais não explicam no que se transformaram (acaso essas condições na China e no Vietnã eram mais avançadas para produzir os partidos que se fizeram direção da nação?). A crise do Partido Comunista Sírio foi

causada pela ala "oficial" (pró-soviética) que se converteu numa burocracia. O Partido Comunista Iraquiano conservou algo de sua pujança se extinguiu no exílio com o tempo, mas após a invasão do Iraque pelos EUA, se deixou levar por políticas que não tem nada a ver não apenas com o marxismo, senão com o patriotismo e o antiimperialismo, que se constituíram como elementos comuns para a esquerda e os nacionalistas até o final dos anos setenta.

Quando você fala da crise da esquerda se refere às correntes marxistas. Como devemos entender hoje o conceito de "esquerda"?

Existem forças que podem classificar-se como esquerda em diferentes graus de radicalidade, desde o Oceano até o Golfo, porém, a maior parte tem tamanho e influência limitados. E isto tem a ver com o que aconteceu entre os anos cinquenta e setenta. Há uma esquerda nova, contemporânea, formada a partir de "restos" e "embriões". Tudo isso ainda muito limitado. Diante de nós, temos um presente que se caracteriza por quase uma ausência da esquerda. O que podemos definir como esquerda? Podemos dizer todos aqueles que têm um programa de mudança social em direção a valores considerados de "esquerda". Entre estes valores, o secularismo está incluído, porém, não exclusiva e isoladamente. Também devemos agregar valores como justiça social, a igualdade e a autolibertação de todos os tipos de opressão: nacional, racial, sexual, classista, etc. E entre as correntes que existem hoje, existem diferentes concepções dos valores da esquerda. Os elementos mais comuns são o anticapitalismo e o antiimperialismo. Como se relaciona a esquerda com os diferentes regimes políticos da região, como por exemplo, o regime do Irã? O regime iraniano está baseado numa ideologia religiosa e fundamentalista Xiita; esta ideologia limita as forças que podem relacionar-se dentro deste regime. As forças que compartilham seus componentes ideológicos são consideradas "irmãs", como o caso do Hezbollah no Líbano e a corrente de Muqtadâ Al-Sadr, no Iraque; fora deste âmbito restrito, estão ainda os salafistas islâmicos sunitas como o movimento da "Irmandade Muçulmana" no Egito e o Hamas no âmbito palestino. Porém, o regime iraniano não tem nenhum interesse em estabelecer relações com forças comunistas no mundo islâmico.



Voltando um pouco a história: os comunistas no Iraque eram massacrados, enquanto havia partidos comunistas irmãos no movimento nacional libanês e na OLP que estabeleceram relações em nível de direção com o Baat iraquiano.

O que estais falando é certo. Os partidos de esquerda que estabelecem aliança hoje com regimes repressivos fazem isso à custa da sinceridade de suas posições e contra sua identidade. Ao final, vendem sua alma. E para que? Por quase nada, somente por um punhado de dólares e para abrir escritório sob estreitíssima vigilância dos regimes.

Isso é que falavam os que defendiam a radicalização do movimento comunista depois de 1967 e criticavam a posição dos partidos comunistas a respeito da questão nacionalista. Se impôs a visão nacionalista?

A maioria dos partidos de esquerda estabeleceram relações com estes regimes. Tomando como exemplo o regime iraquiano: era um regime brutal, sanguinário e terrível, que chegou ao poder através de um golpe de Estado em 1968 (e em coordenação com a CIA) para salvar o Estado burguês do Iraque, afastando o “perigo comunista” que ameaçava este Estado e que estava representando pela ala da “Direção Central” do Partido Comunista e pelo foco de luta armada dirigido por Jallid Ahmad Zakí. E não tardou para ser afastada a outra ala do PC Iraquiano, a mais direitista pró-soviética, depois que esta teve uma fase suja, de colaboração com o poder do Baat. O regime tentou se impor no âmbito árabe com um verniz patriota, porém, isso não impediu de apoiar, por exemplo, o regime da Jordânia no aniquilamento da resistência palestina em setembro de 1970, ao impedir que o regime sírio do 23 de fevereiro ajudasse a resistência palestina. Depois, empreendeu uma guerra contra os curdos que levou a um acordo sujo com o Xá do Irã. E não tardou para empreender outra guerra catastrófica contra outra república islâmica, fomentado pelos EUA, após a revolução iraniana. A unidade árabe é uma missão fundamental para a revolução árabe. A revolução, no mais profundo sentido da palavra, a que leva a liberar as forças produtivas contra as estruturas sócio-políticas que impedem seu desenvolvimento. O certo é que o desenvolvimento das forças produtivas árabes não apenas se choca com a natureza de classe de

cada Estado árabe, senão com a hegemonia imperialista sobre o mercado mundial e o fracionamento árabe em Estados separados, cada um dos quais está muito mais vinculado com a economia imperialista. Estamos na época das grandes unidades econômicas. Um taxi que ia de Beirute a Damasco se queixava das travas burocráticas que impõe as fronteiras entre os dois países, e que os europeus que falam línguas diferentes, se unem e que nós, que falamos o mesmo idioma, seguimos com barreira entre nossos estados.

Fale agora sobre os movimentos populares como o Hamas o Hezbollah que enfrentam o Estado de Israel.

Estes dois movimentos são, verdadeiramente, de natureza pequeno-burguesa e são diferentes dos regimes que falamos há pouco, como o do Irã. São dois movimentos que encarnam a luta contra o Estado Sionista, porém, com um horizonte social e ideológico salafista que constitui em si a expressão mais eloqüente do retrocesso, que se produziu no âmbito árabe nas últimas três décadas. Naturalmente, nem Hamas nem Hezbollah se dizem de esquerda, nem ninguém sensato os classificaria assim. São duas forças com uma ideologia religiosa, ainda que também sejam duas forças patrióticas anti-sionistas e opositoras ao projeto imperialista. Porém, no que se refere ao Hamas, concretamente, esta última classificação tem limites óbvios, porque tem estreita relação com o Reino Saudita, que é o principal protegido imperialista da região. De maneira que se aplica ao Hamas o que se aplicou ao Fatah no seu passado. Apesar da dependência do Fatah aos Sauditas ser maior que a do Hamas e sua ideologia ser muito menos reacionária do que este último.

A esquerda árabe pode estabelecer vínculos com movimentos como o Hezbollah e Hamas?

Há uma diferença fundamental entre a relação da esquerda palestina com os regimes repressivos e a relação com as forças combatentes. Por exemplo, vejo correto que uma fração de esquerda do Líbano tenha relação com o Hezbollah, porém, não diria o mesmo em relação ao regime iraniano. O regime do Irã é um regime capitalista e uma ditadura religiosa que atua inspirada por seus interesses de classe. O Hezbollah, ao contrário, apesar de sua vinculação com o Estado Iraniano, representa em primeira instância uma força popular do Líbano. A questão não é se é lícita ou não a relação em si (a vejo, completamente, lícita). A

questão é em que se dão as condições e como se dá essa relação. A relação pode ser um acordo diante da luta anti-colonial. Porém, a relação deve ser a partir de uma posição de independência completa, com uma práxis de confrontação ideológica, ainda que a outra parte seja um aliado na luta patriótica. E, naturalmente, isso está vinculado com a necessidade de que a esquerda leve a cabo seu dever revolucionário, para que apareça diante do movimento de massas como o movimento mais opositor à atual situação. Falando da esquerda palestina, por exemplo, não levou a cabo seu dever de se diferenciar ideologicamente contra a corrente Hamas, de maneira clara e vigorosa. E isso que na Primeira Intifada, no ano de 1988, a esquerda era mais forte que o Hamas, que estava apenas começando. As facções palestinas como a FPLP e outras desempenhavam um papel fundamental na organização da Intifada. No entanto, duas coisas levaram à debilitação da esquerda.

A primeira: não se enfrentaram de forma contundente com a direção direitista da OLP. Aceitaram essa direção, à custa de privar a decisão dos dirigentes do interior e deixar os manifestos na Tunísia. Renunciaram a sua posição de força nos territórios ocupados em 1967. A segunda foi quando a direita palestina se aliou a Washington e setores da esquerda apoiaram o Hamas sob a égide síria, desistindo da militância ideológica. Por exemplo: se emitiram em Damasco manifestos conjuntos das dez facções de oposição palestina começavam com a "Basmala" [saudação religiosa muçulmana], o que simbolicamente já demonstrava o abandono sistemático de suas posições.

Assim, a corrente religiosa encabeçou a crítica mais vigorosa à direção palestina. Desta maneira, o Hamas se impôs como uma alternativa radical à direção da OLP, enquanto a posição da esquerda oscilava entre uma irritação profunda contra a direção da OLP e a conversão em seu anexo político.

Quais perspectivas que existem para a esquerda no mundo árabe?

A missão é difícil. O fracasso da esquerda deixou um espaço aberto para a corrente religiosa por ter sido esta a única que se havia provado até então. As forças liberais haviam mostrado sua negligência diante do Imperialismo e o Sionismo desde os anos 40; os nacionalistas foram provados depois e perderam a credibilidade; a incapacidade histórica da esquerda comunista seguidora da União Soviética se confirmou; a nova esquerda, que apareceu depois da guerra de 1967, também fracassou. Minha avaliação, desde o começo dos



anos oitenta, foi que onda religiosa não seria momentânea nem duraria três ou quatro anos. Ao contrário, seria hegemônica até que se produzisse uma destas duas situações: a aparição de uma alternativa dotada de credibilidade ou seu fracasso por uma crise interna. E o caso é que, até agora, nenhuma destas duas condições se produziram desde os anos oitenta.

Porém, hoje começo a ver sintomas que as duas condições começam a se realizar: aparecem elementos de crise do movimento religioso na experiência em Gaza com o Hamas e suas contradições internas. E mais importante ainda: a crise no Irã, que está recém começando, não sabemos como vai evoluir, mas pode se aprofundar. E como na revolução iraniana de 1979 que deu força enorme para as diferentes correntes islâmicas, a crise da experiência com o regime iraniano contribuirá para provocar a crise do projeto islâmico na sua totalidade, perdendo parte de sua credibilidade.

Presenciamos em 2009 e 2010 o começo do ascenso de uma força alternativa no movimento de massas, que se manifesta no crescimento da luta de classes e das lutas operárias num certo número de países, desde o Marrocos até a Jordânia e Iraque. No Egito principalmente, onde se desenvolve há três anos a maior onda de greves dos últimos 50 anos, foi criado um sindicato independente, que é o sindicato de empregados dos impostos imobiliários, sendo repetida esta experiência em vários outros setores. Nestas lutas, a corrente religiosa é quase inexistente, e os ativistas sindicais têm simpatias com a esquerda, desde nasseristas radicais até marxistas. São sintomas do que vem pela frente e, certamente, a esquerda não pode perder esta oportunidade.

*Marxista Libanês, Professor Especialista em Oriente Médio no Instituto de Estudos Orientais e Africanos da Universidade de Londres, autor de livros como "Los árabes y el holocausto nazi: la guerra árabe-israelí de los relatos" (El Cairo y Beirut, 2010).

Ventos africanos sobre o Fórum

Luiz Arnaldo Campos

Foi com uma marcha de setenta mil pessoas onde pontificaram as cores, a elegância e a garra dos povos africanos que o Fórum Social Mundial abriu sua edição em Dakar.

Camponeses, pescadores, trabalhadores urbanos, estudantes, movimentos de mulheres, artesãos e artistas encheram as ruas da capital senegalesa, dando as boas vindas da África aos militantes sociais de 136 países, no décimo aniversário do FSM.

Aberto sob os ventos da revolução tunisina que depôs o ditador Ben Ali e encerrado com a notícia da queda de Hosni Mubarak, no Egito, este foi sem dúvida o Fórum que resgatou a importância da África para a transformação do mundo e, mais do que isto, foi um espelho, onde muitos povos africanos puderam se refletir e amenizar a diáspora dos movimentos sociais que ocorre no interior do próprio continente africano.

As Mil Vozes da África

Depois do fiasco do Fórum de Nairóbi, em 2006, quando o protagonismo excessivo de movimentos religiosos e ONGs, a pequena participação de movimentos populares, a exclusão da população local e a presença de multinacionais na organização do evento, foram responsáveis pelo mais insignificante Fórum já realizado, a edição de Dakar mostrou ao mundo um continente cheio de energia e disposto a lutar por sua libertação.

Estiveram presentes delegações de 50 países africanos, muitas das quais vindas através de caravanas, representando um número expressivo de movimentos sociais. No campus da Universidade Cheikh Anta Diop – o território do Fórum –, as múltiplas faces da África se encontraram: refugiados da guerra civil de Serra Leoa, perseguidos políticos da Mauritania, saharauís do Saara Ocidental em luta contra a ocupação marroquina, camponeses moçambicanos, artistas de Burkina Faso, pescadores senegaleses encheram as tendas de debate e, apesar dos problemas organizativos – principalmente a falta de salas e tradutores – terem dificultado uma maior integração com os delegados de outros continentes, o Fórum foi um passo à frente na reorganização dos movimentos que lutam pela emancipação



dos povos africanos. Basta dizer que foi o mais representativo encontro de movimentos em luta na África, desde o Congresso Panafricano, em Gana, ainda na década de 60.

Não se trata de pouca coisa. Depois de um ciclo prolongado de guerras civis, marcado também pela capitulação ao mercado de governos de orientação progressista – como em Angola, Moçambique, Guiné-Bissau, Tanzânia e Zâmbia – o continente africano está sendo redescoberto pelo capitalismo internacional. As antigas potências coloniais –sobretudo França e Grã Bretanha – multiplicam seus investimentos, buscando defender seus espaços econômicos e políticos da investida de corporações chinesas, brasileiras e de outros países. O resultado é uma espécie de revitalização capitalista da qual Dakar, onde modernas obras viárias e um boom da construção civil convivem com uma pobreza babilônica, é um bom exemplo. Numa atividade paralela do Fórum, com a presença de Lula, o presidente do Senegal, Abdoulaye Wade foi claro: “Eu não estou de acordo com vocês, talvez, sim, nos objetivos de reduzir a pobreza e a fome mas não no caminho: Eu sou liberal e acredito no mercado”. Neste contexto, o FSM ao socializar as experiências de vários atores sociais do continente, proporcionar o intercâmbio com gente de outras plagas e criar o espaço para articulações conjuntas, jogou um papel positivo na recomposição dos movimentos de caráter anticapitalista nos países africanos.

As Encruzilhadas do Fórum

Atravessado pelos ecos das rebeliões árabes, o Fórum apresentou a sua face mais combativa, expressa principalmente, na Assembléia dos Movimentos Populares,



onde quase três mil delegados aprovaram consensualmente um documento que, além de condenar as mazelas do capitalismo, propôs para o dia 20 de março a realização de uma jornada mundial de solidariedade às revoluções democráticas árabes e para 12 de outubro – Dia da dignidade indígena – uma ação global contra o capitalismo. Apesar do entusiasmo, parece pouco provável que qualquer das duas atividades chegue sequer perto do 15 de fevereiro de 2006, quando 60 milhões de pessoas saíram às ruas no mundo inteiro para protestar contra a anunciada invasão do Iraque. Para isto, concorrem muitas razões – da desmobilização social à eterna crise da esquerda – e entre elas está a perda de centralidade do FSM, enquanto centro irradiador de uma alternativa ao sistema-mundo capitalista.

Quando foi criado – há dez anos –, o Fórum Social Mundial foi capaz de reunir um sem número de resistências ao neoliberalismo então amplamente vitorioso no mundo inteiro e não resta dúvida sobre seu papel em deslegitimar a hegemonia neoliberal, promover a convergência de lutas, até então isoladas, e em incentivar esperanças. De lá para cá, muito se debateu sobre a composição e o caráter do Fórum e, neste tempo, determinadas tendências foram se afirmando. A primeira delas é o seu caráter anticapitalista. Como bem disse o sociólogo português Boaventura Souza Santos, num dos seminários em Dakar: “um capitalismo com preocupações sociais é tão factível como um tigre vegetariano”, acrescentando que ao contrário de dez anos atrás, quando a definição antineoliberal do FSM, encobria uma frente entre reformadores e revolucionários, hoje, no interior do Fórum, não existe mais quem acredite na existência deste tipo de felino. Contraditoriamente, a afirmação deste caráter e

de diversos consensos em torno de variados temas, que vão da defesa dos direitos da Mãe-Natureza à solidariedade à Palestina, não levaram o Fórum a assumir um papel de orientador deste nascente movimento de caráter mundial –por muitos chamado de altermundialismo. Ao contrário, embora se preocupe com a unificação das lutas – em Dakar foram realizadas perto de 40 Assembléias de Convergências, com o objetivo de buscar acordos para ação por parte de centenas de organizações –, o Conselho Internacional do FSM, onde as ONGs e redes sociais são ampla maioria em relação aos movimentos sociais, tem reiterado que a abdicação de qualquer papel dirigente é o preço necessário para se manter o caráter amplo do FSM. Se é verdade que a montagem de qualquer hierarquia que modificasse a estrutura do FSM, baseada na horizontalidade e atividades autogestionadas, terá como resultado certo o fracionamento do Fórum e o afastamento de muitos setores que o compõem, por outro lado, em dez anos de prática, o FSM construiu uma série de consensos que poderiam servir de base para ações afirmativas a serem levadas adiante pelo conjunto dos movimentos. A opção radicalmente “não dirigente” gera uma sensação de vazio que sobrevém ao encerramento de cada Fórum. Não são poucos os que se sentem frustrados com o fato de que a única decisão – a ser tomada a posteriori, pelo Conselho Internacional – seja a escolha da cidade que vai sediar a próxima edição. Para Samir Amin, intelectual egípcio e um dos fundadores do FSM, a consequência é que o Fórum “não consegue mobilizar os principais movimentos de luta no ritmo requerido pela urgência dos desafios”, acrescentando sua sensação de que o Fórum “está sempre no rabo do trem, sempre atrasado em relação aos avanços registrados no campo das lutas”.

É certo que o FSM não teve nenhum papel nos levantes populares que na Tunísia e Egito derrubaram ditadores e, provavelmente, pouquíssimos jovens rebeldes de Túnis e Cairo sabem o que significa Fórum Social Mundial. Da mesma forma, os atuais movimentos de resistência anti-crise da Europa tem pouco a ver com o Fórum Social Europeu que está mergulhado em profunda crise, porém, isto não tira a importância do único espaço que permite que, de dois em dois anos, utopistas de todas as latitudes se encontrem, sonhem e busquem se articular livremente.

Na prática, o FSM tem se mostrado muito mais relevante para as regiões – como a África subsaariana – que buscam romper a fragmentação dos seus movimentos sociais e recomeçar suas lutas de libertação. Atropelado pelos processos mais avançados, o FSM continua tendo pertinência como um espaço democrático que possibilita articulações e abre discussões fundamentais.

Debates Necessários

Ainda que perdendo força política, o FSM continua sendo o melhor palco para o lançamento e desenvolvimento de idéias que combatem a ordem capitalista. Dando seguimento ao apresentado em Belém em 2009, organizações indígenas e aliados prosseguiram em Dakar o debate sobre a “Crise de Civilização”, fazendo a crítica do desenvolvimento econômico como objetivo maior da Humanidade, contrapondo ao mito economicista a idéia do Sumak Kausay, também conhecido como o Bem Viver. Centrado no combate ao antropocentrismo, o eurocentrismo, o racismo, o patriarcado e propondo a descolonização do poder e a construção de estados plurinacionais comunitários, a idéia do Bem Viver se apresenta como crítica feroz da modernidade ocidental. Como ressaltou o intelectual indígena peruano, Thomas Huanacu, em uma mesa promovida pela Rede Mundial Coletivo dos Povos, “... foi com a modernidade que nossos povos conheceram coisas novas, como a fome e as epidemias”. Para boa parte dos defensores do “Bem Viver”, o socialismo com sua crença no desenvolvimento infinito das forças produtivas, a tradição iluminista que coloca o homem e não a natureza no centro da criação e a tradição taylorista e fordista dos processos produtivos da antiga União Soviética se tornou a outra face da moeda do capitalismo. Apesar de divergências tão profundas, o diálogo entre este pensamento crítico e a tradição marxista prosseguiu em Dakar. Para o pensador Immanuel Wallenstein, trata-se da questão central da próxima década. Para ele, “se a esquerda não resolver este problema crucial, então o colapso da economia e do mundo capitalista poderá conduzir a direita para um triunfo mundial e a construção de um sistema e de mundo piores do que os existentes”

No plano interno, outra discussão herdada da edição anterior do Fórum, em Belém, foram as relações que devem ser estabelecidas entre “o movimento dos mo-

vimentos” e os governos progressistas. Em Dakar, a presença de Evo Morales e de Gilberto Carvalho, Ministro do governo Dilma, na cerimônia de abertura, ocorrida após a Marcha inaugural alimentou críticas no interior do Conselho Internacional contra o perigo do FSM vir a ser manipulado por poderes estatais. É certo que o Fórum continua a ser uma pedra preciosa de prestígio que certos governos gostariam de adendar às suas coroas. No caso do Brasil, além de Lula e Gilberto Carvalho estiveram presentes Luzia Barros, ministra da Integração Racial, um representante do Ministério do Meio Ambiente, além da onipresente Petrobrás que financiou parte da delegação brasileira e a tenda da Maison du Brésil, erguida no centro do campus da Cheikh Anta Diop. No caso boliviano, porém, a questão é mais embaixo. Evo não apenas é um militante do Fórum desde os tempos em que estava longe da presidência (Lula não compareceu à primeira edição de 2001 e quando o fez, no ano seguinte já era presidente do Brasil) como, no governo, idealizou e proporcionou a realização da Conferência



dos Direitos da Mãe-Terra, em Cochabamba, utilizando as mesmas metodologias horizontais do FSM. Os resultados desta Conferência são referências consensuais para os movimentos que se batem pela Justiça Ambiental e lutam para barrar as emissões de gases poluentes, principalmente por parte dos países de desenvolvimento avançado.

Tanto a discussão entre socialistas e defensores do Bem Viver como a que ocorre entre os que defendem a “convergência entre atores sociais e políticos” e os que preferem manter a “pureza” do FSM, tem como pano de fundo a necessidade do relançamento de uma ofensiva por parte das forças anticapitalistas contra a ordem mundial que está empurrando a Humanidade para o abismo. Para tanto, é necessário se chegar a

acordos práticos que incluem desde objetivos e plataformas comuns até a definição da relação que deve existir entre todos os atores – não governamentais e governamentais – que se disponham a participar da empreitada. Este processo passa pelo Fórum, mas este não é nem será o palco exclusivo destas definições. E não exatamente porque o Conselho Internacional do FSM queira ou deixe de querer, mas, simplesmente porque como demonstrado no Egito e na Tunísia as dinâmicas locais – que acabam compondo o quadro mundial – não pedem licença a ninguém para irromper e reformular o tabuleiro internacional. É evidente que o FSM vem desempenhando um papel nesta batalha, mas em Dakar ficou claro que o mundo que se insubordina, luta e transforma a história é bem mais amplo que as fronteiras do Fórum Social Mundial. No entanto, um papel coadjuvante num processo de luta que visa salvar a Humanidade e implantar o reino da igualdade não deixa de ser igualmente honroso.

Da África para o Mundo

No encerramento do Fórum, depois da exaustiva apresentação dos resultados das assembléias de convergências que na sua grande maioria reafirmaram postulados gerais e acordos genéricos – numa demonstração de que ainda são muitas as dificuldades enfren-

tadas pelos movimentos para realmente se porem em marcha de maneira unificada –, veio o melhor da festa. Um por um grupos musicais e culturais de quase todos os países africanos se apresentaram para um público que não arredou o pé e me fez pensar na imensa estátua de 25 metros erguida na orla de Dakar. Batizado de Monumento da Renascença Africana, esculpido no estilo grandiloqüente do realismo soviético, a construção retrata um jovem africano que abraçado a uma mulher sustenta no braço uma criança que aponta numa direção que mais tarde vim saber é a da Europa.

No dia seguinte, na reunião do Conselho Internacional do FSM, o velho continente, foi apontado como uma possível sede da próxima edição do Fórum em 2013. A crise que se alastra pelos países europeus e as dificuldades que os movimentos sociais estão tendo para contrapor uma alternativa eficaz contra os tradicionais remédios capitalistas – demissões e retirada de direitos – justificam na opinião de alguns dos fundadores do Fórum, o deslocamento do evento até o chamado Primeiro Mundo. Para os autores da proposta, é justo que o Fórum aporte a solidariedade do Terceiro Mundo aos debilitados movimentos sociais europeus. Pode ser que tenham razão. Para mim e para muitos África, América e Ásia, a antiga Tricontinental tão querida do Che continuam sendo a esperança do mundo.



تحيا الثورة العربية

Viva a Revolução Árabe!



www.socialismo.org.br